



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA**

**PROGRAMA DE POS GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ETNICO RACIAIS  
(PPGER)**

**“ENSINO DE HISTÓRIA DA PALESTINA”: Contribuições pedagógicas para  
o ensino da Questão Palestina em sala de aula.**

**Autor: Domingos da Cruz Junior**

**Orientador: Prof. Dr Cleber Rodrigo Braga de Oliveira.**

**Co-Orientador Profº Dr Rafael Siqueira de Guimarães**

**ILHÉUS**

**2023**

**DOMINGOS DA CRUZ JUNIOR**

**Dissertação em forma de Memorial  
Dissertativo e Produto Educacional,  
apresentado como requisito obrigatório para  
obtenção do Título de Mestre em Ensino e  
Relações ÉtnicoRaciais, sob Orientação do  
Prof. Dr Cleber Rodrigo Braga de Oliveira.  
Co-Orientador Prof. Dr Rafael Siqueira de  
Guimarães .**

**Área de Concentração: Ensino e relações  
étnico-raciais nas perspectivas pós e  
decoloniais.**

**ILHÉUS**

**2022**

**Catálogo na Publicação (CIP)**  
**Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)**  
**Sistema de Bibliotecas (SIBI)**

C957e Cruz Junior, Domingos da, 1984 -  
“Ensino de história da Palestina”: contribuições pedagógicas para o ensino da Questão Palestina em sala de aula. / Domingos da Cruz Junior. – Itabuna, 2023.  
102 f.

Orientador: Prof. Dr. Cleber Rodrigo Braga de Oliveira  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais. Campus Jorge Amado.

1. Questão Palestina. 2. Israel. 3. Colonialismo. 4. Paradidático. I. Oliveira, Cleber Rodrigo Braga de. II. Título.

CDD – 956.94

**Elaborado por Lucas Sousa Carvalho - CRB-5/1883**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**DOMINGOS DA CRUZ JUNIOR**

**“ENSINO DE HISTÓRIA DA PALESTINA: Contribuições pedagógicas para o ensino da Questão Palestina em sala de aula.”**

**Itabuna, 22/09/2023.**

### BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente  
 **CLEBER RODRIGO BRAGA DE OLIVEIRA**  
Data: 19/12/2023 18:50:16-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Cleber Rodrigo Braga de Oliveira (UNIFAP/UFSEB-PPGER)**

Documento assinado digitalmente  
 **RAFAEL SIQUEIRA DE GUIMARAES**  
Data: 27/10/2023 19:02:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Rafael Siqueira Guimarães (UFSJ)**

Documento assinado digitalmente  
 **CARLOS JOSE FERREIRA DOS SANTOS**  
Data: 31/10/2023 10:10:49-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Carlos José Ferreira dos Santos (UESC/PPGER)**

Documento assinado digitalmente  
 **POLIANA FABIULA CARDOZO**  
Data: 28/10/2023 10:52:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Poliana Fabíula Cardozo (UNESPAR).**

Documento assinado digitalmente  
 **FABIO BACILA SAHD**  
Data: 20/12/2023 14:46:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Fabio Bacila Sahd (UFPR)**

## RESUMO

Este trabalho objetivou a construção de um material didático para facilitar o processo de ensino e aprendizagem da Questão Palestina, de modo a buscar abordagem de fatos desde o início até à atualidade dos conflitos entre israelenses e palestinos, com a proposta de que este material seja um suporte didático para a discussão das conjunturas e eventos recentes relacionados, as disputas territoriais entre judeus e palestinos, bem como uma breve apresentação, de aspectos culturais, sociais e políticos da população Palestina. Esse paradidático e texto dissertativo foram produzidos por meio de um levantamento bibliográfico e didático, no qual o texto apresenta a importância de estudar a Questão Palestina em sala de aula, e o material paradidático apresenta a Questão Palestina, a partir do drama social e político vivido pelos palestinos, ao debater principalmente o colonialismo israelense e o Apartheid implementado pelo mesmo na região, por meio de um texto que, ao mesmo tempo, é específico quanto pedagógico, que serve como complemento do conteúdo, presente nos livros didáticos da disciplina de História na educação básica. Portanto, o público alvo deste projeto são estudantes do 9.º ano do Ensino Fundamental da Educação Básica.

**Palavras chaves:** Questão Palestina, Israel, Colonialismo, Paradidático.

## **ABSTRACT**

This research aimed at building a didactic material to facilitate the teaching and learning process of the Palestine Question content, seeking to approach facts from the beginning to the present of the conflicts between Israelis and Palestinians, with the proposal that this material be a didactic support for the discussion of the conjunctures and recent related events, the territorial disputes between Jews and Palestinians, as well as a brief presentation, of cultural, social and political aspects of the population Palestine, this paradidactic material and the dissertation text were produced through a bibliographic and didactic survey, in which the text discusses the importance of studying the Palestinian Question in the classroom, and the paradidactic material presents the Palestinian Question, from the social and political drama experienced by the Palestinians, debating mainly Israeli colonialism and Apartheid implemented by it in the region, through a text that, at the same time, is specific as well as pedagogical, serving as a complement to the content already present in the textbooks of the discipline of History in basic education, the target audience for this project are students in the 9th grade of basic education.

**Keywords:** Palestine Question, Israel, Colonialism, Paradidactic.

## LISTAS DE FIGURAS

<b>Figura -1 Igreja da Natividade</b>	<b>45</b>
<b>Figura-2 Queffi</b>	<b>46</b>
<b>Figura -3 Bandeira da palestina</b>	<b>47</b>
<b>Figura-4 Mapas das Fronteiras da Israel</b>	<b>48</b>
<b>Figura-5 Jerusalém</b>	<b>49</b>
<b>Figura-6 Mapa da Partilha da Palestina de 1947</b>	<b>52</b>
<b>Figura-7 Mapa da Partilha da Palestina 1949</b>	<b>53</b>
<b>Figura -8 Mapa da Partilha da Palestina após a Guerra dos Seis Dias</b>	<b>54</b>
<b>Figura-9 Crianças assassinadas no Massacre de Sabra e Chatila no Libano</b>	<b>56</b>
<b>Figura 10 Tanques israelenses na Guerra dos Seis Dias</b>	<b>59</b>
<b>Figura-11 Mapa dos assentamentos judaicos da Cisjordânia</b>	<b>60</b>
<b>Figura -12 Muro que está sendo construído por Israel na Cisjordânia</b>	<b>66</b>
<b>Figura-13 Evolução da ocupação israelense na Palestina</b>	<b>67</b>
<b>Figura-14 Casa de família palestina sendo demolida pelo governo israelense</b>	<b>70</b>
<b>Figura-15 Territórios atualmente povoados por palestinos</b>	<b>71</b>
<b>Figura-16 Integrantes do grupo palestino Hamas exibindo misseis na Faixa de Gaza</b>	<b>78</b>
<b>Figura-17 Foto líder palestino Yasser Arafat que morreu em 2004</b>	<b>79</b>
<b>Figura-18 Acordo de Oslo entre palestinos e israelenses de 1993</b>	<b>80</b>
<b>Figura-19 Símbolo oficial da Autoridade Palestina</b>	<b>81</b>
<b>Figura-20 Manifestação a favor do grupo Hamas</b>	<b>82</b>
<b>Figura-21 Misseis do sistema de defesa israelenses Iron Dome interceptando misseis lançados da Faixa de Gaza</b>	<b>83</b>
<b>Figura-22 Menina palestina sendo resgatada dos escombros após um bombardeio israelense na Faixa de Gaza</b>	<b>84</b>
<b>Figura-23 Manifestante palestino na Faixa de Gaza</b>	<b>89</b>

## **Sumário**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo -1 Como não falar das questões étnico raciais sem falar da Questão Palestina? 12</b>	
<b>Revisão Bibliográfica.....</b>	<b>14</b>
<b>O “Terrorismo” .....</b>	<b>16</b>
<b>O Material de apoio .....</b>	<b>18</b>
<b>Capítulo-2 Direitos humanos e sociedade palestina.....</b>	<b>24</b>
<b>Capítulo-3 A importância de se estudar a Questão Palestina no 9.º ano do Fundamental II.....</b>	<b>26</b>
<b>Capítulo -4: A importância do Livro Paradidático no Ensino Fundamental II.....</b>	<b>30</b>
<b>Capítulo -5: A Questão Palestina como modelo de ensino descolonizador .....</b>	<b>34</b>
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>38</b>
<b>REFERENCIAS:.....</b>	<b>40</b>
<b>ANEXO: LIVRO PARADIDÁTICO .....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

Talvez a primeira pergunta que passa pela cabeça de uma pessoa quando me conhece é: O que fez esse homem que nasceu e cresceu no sul da Bahia, se interessar tanto por um conflito lá no Oriente Médio? A resposta para esta pergunta é tão complexa que nem mesmo consigo responder completamente, mas, acredito que tenha a ver com um traço da minha personalidade que é de ter empatia com as lutas de vários grupos oprimidos como: a luta das mulheres contra o machismo estrutural, a luta da comunidade LGBTQIAPN+ contra o preconceito e a discriminação, a luta da comunidade negra contra o racismo estrutural; como disse o sub comandante Marcos, líder do movimento zapatista do México, “sou aquele que se posiciona a favor de todas as minorias intoleradas oprimidas resistindo exploradas, dizendo Basta!”(INÉS, RAITER, 2000).

Meu nome é Domingos da Cruz Junior, nasci no dia 25 de outubro de 1984, no Hospital São Lucas, município de Itabuna, Sul da Bahia. Filho de Sr. Domingos da Cruz, de quem herdei o nome, e dona Maria de Lurdes de Jesus Martins Cruz, ambos se criaram no município de Serrinha, localizada no sertão baiano. Lembro-me que desde cedo aprendi a viver e valorizar a cultura daquela região, pois, cresci ouvindo as histórias ligadas à seca e a pobreza a qual meus pais tiveram que enfrentar na infância. Não poderia deixar de destacar um fato curioso da minha infância, minha mãe nunca permitiu que eu e meus irmãos brincássemos com armas de brinquedo, desde aquelas mais próximas dos modelos reais ou até aquelas mais infantilizadas, nem sequer as espadas de super-heróis da televisão a gente podia ter. Dizia minha mãe que brincar com armas incentivava as crianças a virarem adultos violentos. Porém, olha que ironia, cresci apaixonado por guerras e questões militares e até hoje acompanho conflitos mundiais.

Quando nasci, meu pai era semianalfabeto, no entanto, concluiu o ensino fundamental II em um programa de alfabetização de Jovens e adultos realizados no local que trabalhava. Minha mãe, havia estudado até a 7.<sup>a</sup> série do Ensino Fundamental II (atual, 8.<sup>o</sup> ano). Contudo, havia uma vontade de continuar os estudos. Sendo assim, por volta dos seus 37 anos, já com quatro filhos crescidos, decidiu voltar a estudar, e procurou vaga nas escolas estaduais próximas. Atualmente, ver alguém com essa idade de volta aos estudos parece ser até algo comum. Mas no início dos anos noventa, ver um indivíduo que estudasse entre os mais jovens, aqui na minha região, era algo que chamava muito a atenção. Minha mãe teve que lutar para

conseguir uma vaga na escola, e lembro-me muito bem dela acordando-nos cedo, nos arrumando e como se diz aqui na Bahia “puxando a corda de caranguejo” para a escola. O sonho dela era ser professora, tanto que concluiu o ensino médio na modalidade, magistério, e durante anos tentou ingressar na Universidade com o desejo de cursar Letras, mas infelizmente não conseguiu. Depois de muito esforço, dedicação e após enfrentar o preconceito de idade, realizou o tão sonhado diploma de nível superior no curso de Psicologia.

Meu pai apesar de ter tido pouca oportunidade de estudo sempre permitiu que os filhos estudassem, mesmo quando a idade já nos empurrava para o mercado de trabalho, isso nos possibilitou investir no sonho de entrar na Universidade. Meu progenitor sempre gostou de assistir jornal, tendo por interesse, assuntos ligados a política nacional, o que misturado com sua experiência de vida nos dava uma boa formação crítica, e foi de tanto assistir jornal junto a ele, que me interessei por assuntos de política internacional. Na escola, desde o ensino fundamental, a disciplina que mais me destacava era a de História e muitos colegas até comentavam que eu tinha jeito para ser professor da matéria. E não é que eles estavam certos! Da vontade de lecionar da minha mãe somada com o gosto por política do meu pai, tornei-me professor de História.

Certa vez, vi uma bateria de mísseis disparando em algum conflito no Oriente Médio, aquela cena me impressionou, levando-me a questionar. Como países tão pequenos conseguiam ter exércitos tão poderosos? Era o interesse por guerras que se manifestava. Algum tempo depois, minha mãe comprou uma coletânea de livros e neles falava do conflito entre árabes e israelenses, e quanto mais eu lia esse assunto surgia em mim um questionamento: por que o Estado palestino não se concretizava? Lembro-me dos dias de aulas vagas no Ensino Médio onde eu me refugiava na biblioteca da escola só para ler um livro paradidático que falava das guerras travadas entre árabes e israelense.

Lembro-me das imagens dos mártires aparecendo na TV usando uniformes militares armados com fuzis e ostentando a bandeira do grupo a qual pertencia. Grupos esses que começaram a ser conhecidos do público brasileiro como: Hamas, Hezbollah, Jihad Islâmica, Brigadas do Mártires de Al-Aqsar, etc. como afirma De Orte, 2016, p. 60 - 61.

Durante a Segunda Intifada (2000), eles eram a OLP – representada pelo Fatah – e o Hamas, mas também a Jihad Islâmica e os Comitês de Resistência Popular, grupos com alto grau de compromisso ideológico, ligado em alguns casos ao fundamentalismo religioso e, em outros, ao marxismo-leninismo. Durante a Operação Chuvas de Verão, em 2006, os palestinos foram representados pelo Fatah, pelo Hamas, novamente pelos Comitês Populares de Resistência, pelo Movimento da Jihad Islâmica na Palestina e pelo Exército do Islã. O engajamento dos atores não estatais tornasse regra. Na Guerra do Líbano de 2006 o grupo muçulmano xiita Hezbollah era o principal oponente de Israel e na Guerra de Gaza de 2008, as FDI estavam lutando

contra o Hamas, o Fatah a Frente Popular pela Libertação da Palestina, o Movimento da Jihad Islâmica na Palestina e novamente os Comitês de Resistência Popular (BICKERTON, 2009, p. 201-205). Os grupos paraestatais haviam ganhado força e se firmavam como principais combatentes

Em 30 de setembro de 2001, quando o jornal mostrou o drama de Jamal al- Durrah e seu filho de doze anos que ficaram no meio de um tiroteio entre palestinos e soldados de Israel, e de como foi chocante ver o garoto morrer atingido por tiros diante das câmeras (DE ORTE, 2016). E toda essa explosão de violência havia se iniciado após uma visita provocativa do político israelense Ariel Sharon à esplanada das mesquitas em Jerusalém. Praticamente todas as noites quando assistia o jornal, acompanhava os enfrentamentos entre aquelas pessoas com os rostos cobertos com seus tradicionais, Quefir (Um tradicional lenço, usado pelos palestinos para fazer turbantes, considerados um símbolo nacional), armados com pedras e armas leves contra modernos blindados de guerra de Israel (KAPPELOUK, 2004).

Depois que de terminar meus estudos no ensino médio veio então o desejo de prestar vestibular para o curso de História, e após algumas tentativas, no ano de 2008, fui aprovado para cursar História na Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA). Agora na universidade, minha fonte de informação sobre a Questão Palestina passou a ser a internet, principalmente nos primeiros conflitos em Gaza em 2009, e como tantos outros jovens da época, divulgávamos e compartilhávamos notícias e conteúdos apresentando o drama dos palestinos pelas redes sociais. Redes sociais que também vem sendo muito utilizadas pelas organizações e comunidade palestina.

O Wall Street Journal ainda afirma que o Hamas também tem aprimorado sua mensagem na rede, confiando cada vez mais em equipes da própria “casa”, ao invés de delegar para grupos de ativistas de fora a tarefa de fazer circular sua mensagem. Tanto o braço militar quanto o político da organização têm contas de Twitter, ainda que a plataforma esteja constantemente apagando contas ligadas a atos terroristas ou que possam representar ameaças de violência, portanto é mais difícil verificar seu número de usuários real. O Wall Street Journal ainda afirma que, naquele ano, o conflito árabe-israelense rivalizou com a Copa do Mundo por tráfego no Twitter: houve 319.757 menções a Gaza no Twitter na quinta-feira, dia em que Israel iniciou a invasão por terra. O número representava 270.292 tweets a mais do que os com a hashtag #worldcup durante a final da Copa do Mundo (HIRSCHAUGE & CASEY, & FLEISHER, 2014). (Paola De Orde p. 71)

Mesmo após conhecer outras temáticas de pesquisa, o desejo de aprofundar na Questão Palestina só fazia crescer. Foi nesse momento que comecei a ouvir as seguintes frases: não tem como. É impossível fazer uma pesquisa sobre esse tema. De maneira alguma haverá fontes! Alguns professores até tentaram me fazer desistir do tema, contudo, apesar das negativas, encontrei apoio em outros docentes e produzi meu TCC Intitulado “**A guerra entre Israel e o Hezbollah de 2006 através da revista Veja**”. (CRUZ, 2012)

Um dos meus primeiros contatos com a literatura referente à Questão Palestina ocorreu quando adquiri um livro em quadrinho intitulado *Palestina: Uma nação Ocupada*, de Joe Sacco. A leitura desse material me impressionou pelos relatos dramáticos, das condições de vida dos palestinos dentro dos TPO, (Territórios Palestinos Ocupados) bem como a vulnerabilidade nas quais essa população estava submetida. Sendo exposta principalmente a atos de violência praticados pelas Forças de Defesa de Israel, as descrições das torturas a qual muitos prisioneiros palestinos foram submetidos dentro das prisões israelenses (SACCO, 2000).

Após concluir minha graduação no ano de 2013 veio o desejo de fazer um mestrado pesquisando a Questão Palestina, iniciava aí um grande desafio, encontrar algum professor (a), de alguma instituição, que conhecia alguma possibilidade de realização de uma pesquisa sobre esse tema. Com a cara e a coragem busquei contato com docentes de Universidades brasileiras que tivessem produzido ou orientado algum trabalho sobre o Oriente Médio. Alguns deles retornaram, principalmente com dicas bibliográficas; mas nada de muito concreto em relação a um Mestrado.

Até que no ano de 2017 entrei em contato com o Professor Dr. Fábio Bacila Sath um docente com um amplo conhecimento na Questão Palestina, e que abriu as primeiras portas para a realização do meu sonho. O Prof. Fábio não só me orientou com dicas bibliográficas como acreditou no meu potencial, ao convidar-me para fazer parte de um grupo de pesquisa intitulado “Apartheid: a experiência palestina à luz do caso sul-africano”. Nesse grupo de pesquisa tive a oportunidade de conhecer e ter acesso a uma gama de fontes sobre a Palestina, o que não só mostrou que era possível realizar uma pesquisa com esse tema estando no Brasil, como também com o professor Fábio publicamos um artigo em uma revista eletrônica da UNILA-PR. (CRUZ, D, J; SAHD, F. 2020).

Parecia que as coisas iriam começar a caminhar, mas me deparei com outro desafio. Encontrar um programa de Mestrado que aceitasse um projeto sobre a minha temática. Houve várias tentativas, em diversos processos seletivos, aqui na Bahia, que foram sem sucesso. Até que contactei o professor Dr. Rafael Siqueira, o qual abriu a segunda porta para a concretização do meu sonho. Além de interessar-se pelo tema, o professor Fábio também acreditou no meu potencial, ao incentivar-me a prestar o processo seletivo do PPGER (Programa de Pós Graduação em Ensino e Relações Etnico-Raciais) de 2021, onde fui aprovado e, finalmente, meu sonho de fazer um Mestrado se concretizou. E o melhor de tudo, desenvolver uma pesquisa sobre a Questão Palestina. No decorrer do meu Mestrado, o

professor Dr. Rafael Siqueira de Guimarães se desligou do programa e se tornou meu Coorientador e Prof. Dr. Cleber Rodrigo Braga de Oliveira assumiu como meu orientador.

Hoje, após ter ingressado no curso de Mestrado profissional em Ensino e Relações Étnico Raciais da UFSB (PPGER), reforço a importância de defender todas essas bandeiras que citei anteriormente. Acredito que a Causa Palestina se insere com força no contexto do pós-colonialismo. A luta desse povo contra a opressão colonial israelense diante do abandono por parte da comunidade internacional os colocou a mercê de uma cadeia de interesses das potências mundiais que dificulta a concretização do Estado árabe-palestino na região.

Por que trazer uma pesquisa sobre a Palestina para o PPGER? Um dos objetivos desse programa de Mestrado é levantar discussões e problematizar as questões étnico raciais, tanto na contemporaneidade quanto desde a sua raiz que está no processo colonial. E a ocupação israelense dos TPO representa o emblema do colonialismo hoje.

E assim como o colonialismo implementado nos continentes africano e asiático, na ocupação colonial que Israel exerce sobre os territórios palestinos ocupados, também foram montadas estruturas e discursos visando legitimar a dominação dos territórios e das populações, tais como: as políticas racistas, restrições de livre circulação, confinamentos de populações em zonas pré-definidas, etc. Tudo isso acompanhado por teorias de supremacismo racial e de uma “missão” de desenvolvimento daquela região.

É importante salientar que apesar das singularidades, a população palestina, tanto os que vivem no exílio, são vítimas de racismo estrutural, cuja realidade é invisibilizada pelos meios de comunicação israelense, sendo que inclusive os próprios livros didáticos em Israel buscam negar a existência dos palestinos na região “(Elhanam, 2019) afirmar que, os livros escolares israelenses entre 1950 e 2000, não são agentes de história, e sim “agentes de memória” cujo objetivo é garantir a transmissão de certo conhecimento aprovado, a geração mais nova”. Ela sustenta ainda que, ao construir a memória coletiva, os livros didáticos israelenses desempenham um duplo papel: por um lado, fornecem um senso de continuidade entre o passado e o presente, ao transmitir narrativas históricas aceitas, alteram e reescrevem o passado para promover uma narrativa que corresponda às suas necessidades contemporâneas.

Algo semelhante infelizmente ocorreu e ainda vem ocorrendo com histórias e culturas afro-brasileiras, que muitas vezes não estão presentes nos livros didáticos. Essa realidade motivou a luta dos movimentos negros pela aprovação da lei 10.639 que tornou obrigatório o ensino de história da África e afro-brasileira nas escolas públicas e privadas de todo país.

Sabemos que os contextos da ocupação que Israel promove nos territórios palestinos, com um massivo uso de força militar, e a violência promovida por colonos judeus da região, recorrem a alegações, razões e motivações históricas próprias. Porém, encontramos semelhanças com alguns argumentos usados pelas forças de segurança, aqui do Brasil. Para justificar as proibições de acesso a serviços básicos, a exemplo de: saúde, educação e a livre circulação da população Palestina nota-se que o Estado de Israel justifica uma necessidade de garantir a segurança da população israelense e dos colonos contra-ataques de “terroristas”, nesse local. Em outras palavras, muitas forças de segurança locais justificam o excesso de violência, abusos de autoridade, e execuções, contra moradores de periferias, que se valem do argumento do combate ao crime organizado, mesmo que isso resulte em claras violações de direitos humanos, no caso específico do Brasil, tem na população negra, que vive nas periferias, as principais vítimas desse “encarceramento”, justificado no argumento da “guerra contra as drogas”, fato que renega essas comunidades a uma condição de ausência de amparo estatal.

Após ingressar no PPGER, durante uma aula das disciplinas que cursei, fui confrontado com a seguinte pergunta “Por que estudar a Questão Palestina?” Até poderia dar uma justificativa repleta de dados, informações, e explicações técnicas e econômicas, mas, optei por usar argumentos que já são visíveis para boa parte da população, em geral. A bandeira da Palestina é vista muitas vezes em diversas manifestações lideradas por grupos da esquerda no Brasil. Em alguns momentos, vemos esse estandarte hasteado em estádios de futebol, no meio de torcidas organizadas, em períodos de ocorrências de conflitos na Palestina, assim como a mídia brasileira vincula os acontecimentos e operações militares naquela região. Além disso, o Brasil é um dos países que além de reconhecer o Estado de Israel também identifica o Estado Palestino, com relações diplomáticas voltadas a Autoridade Palestina. Inclusive, percebe-se que há em nosso país uma embaixada palestina, que soma ao fato de que o Brasil possui fortes relações comerciais com os israelenses. A título de comparação, até o mês de setembro de 2021, o Brasil havia vendido um total de 432 milhões de dólares para Israel e comprado do mesmo quase o dobro, 817 milhões de dólares (Ahmad, 2021), lembrando que o Brasil é um importante comprador de armas e serviços de segurança israelense.

Outro motivo decisivo para a escolha da temática, baseia-se no fato da Questão Palestina fazer parte da grade curricular da disciplina de história dos 9.º ano do ensino fundamental e 3.º ano do Ensino Médio. Contudo, um dos argumentos mais fortes de todos vem do fato de que, vivemos em um país com uma forte tradição judaico-cristã. Dessa forma,

podemos destacar que anualmente diversos peregrinos brasileiros visitam à Terra Santa, e assim imaginamos que a segurança da visita seja uma das grandes preocupações por parte de quem realiza essas viagens, e por falar nisso, acredito que tal como muitos já fizeram a seguinte pergunta: por que justo na chamada Terra Santa ocorrem tantas guerras? A resposta para essa pergunta, encontraremos no estudo da Questão Palestina.

## Capítulo -1 Como não falar das questões étnico raciais sem falar da Questão Palestina?

A importância de inserir a Questão Palestina nos debates sobre questões étnico-raciais, se justifica para além de uma disputa territorial, religiosa, política e étnica, já que os conflitos entre árabes palestinos e judeus israelenses, é também uma problemática racial. Neste sentido, é preciso ampliarmos a visão de racismo, para além do binarismo de brancos e negros, visto que o objetivo desse programa de pesquisa não é se restringir unicamente a assuntos relevantes à comunidade afro-brasileira ou indígena, mas também perpassa os desafios de outras comunidades como: ciganos, refugiados, imigrantes, etc. E, portanto, exige de seus pesquisadores um conhecimento desse assunto em âmbito local, nacional e internacional. A Questão Palestina é hoje um dos últimos emblemas do colonialismo; o conflito e os embates violentos entre militantes palestinos e as forças de defesa de Israel, são uma parte de toda uma realidade que inclui violações dos direitos humanos.

Imagine se que em pleno século XXI existisse um país onde a prática da **escravidão, nos modelos do período colonial**, ainda fosse permitida, onde pessoas fossem submetidas a trabalhos forçados, sem receber nada em troca, unicamente por nascerem de uma determinada etnia. Suponha que essas mesmas pessoas fossem submetidas aos mais diversos tipos de castigos e humilhações, a exemplo de compradas, vendidas e negociadas, parecidas a objetos ou mesmo animais de atração, as vidas desses indivíduos só importassem enquanto os mesmos tivessem condições de trabalho. Neste sentido, ao complementar, as demais nações têm total conhecimento desse regime de escravidão e de todos os seus horrores praticados por ele. No entanto, ainda assim, possuem relações comerciais e diplomáticas com esse país, estabelecem parcerias com o mesmo para desenvolver e ampliar artigos, e equipamentos, que foram produzidos às custas dessa escravidão, e os representantes do país escravocrata são respeitados, e protegidos em todo o mundo.

Neste âmbito, é difícil imaginar que no mundo de hoje, com os valores humanos que temos, fosse possível aceitar um regime de escravidão como a do período colonial, de modo a existir em alguma nação mundialmente reconhecida. O mesmo não podemos dizer sobre a “reexistência” de um regime colonialista, visto que podemos encontrar diversas práticas colonialistas e neocolonialista, que se reproduzem por parte do Estado de Israel na Palestina. Dessa maneira, ao deixar de olhar apenas para os conflitos, observamos que o Estado judeu impõe contra os palestinos, toques de recolher, deslocamentos forçados, ou mesmo proibições de ir e vir. Também é notório, que há uma clara e visível tentativa de redução populacional, que se pratica contra os árabes e beduínos locais. Espécie (limpeza étnica), que essas populações sofrem, decorrentes de confinamentos em zonas exclusivas para populações cuja entrada e saída são rigidamente controladas, onde se explora ao máximo dos recursos naturais. Além da ocupação forçada de territórios historicamente pertencentes a outro grupo étnico, seus membros são assassinados por qualquer motivo, e neste mesmo Estado existe um conjunto de leis que segregam as populações que vivem na região, um modelo que o mundo conheceu no século passado pelo nome de Apartheid.

E tudo isso feito sobre o conhecimento da comunidade internacional e até mesmo, que recebe aprovação e apoio de potências mundiais. Sendo assim, podemos estar no século XXI, mas ainda temos resquícios do colonialismo.

## **Revisão bibliográfica**

Falar da Questão Palestina é falar da luta do povo palestino para criar um Estado árabe independente na região da Palestina. Um Estado que deveria ter sido criado após a polêmica aprovação da resolução 181 das Nações Unidas que previa a partilha da Palestina, com a criação de dois Estados: um judeu (Israel) e outro árabe a (Palestina). Contudo, o Estado Árabe-palestino não chegou a se concretizar, pois, um dia depois da declaração de independência de Israel, no dia 14 de maio de 1948, iniciou uma guerra entre uma coalizão formada por exércitos de países árabes: Egito, Síria, Transjordânia (Atual Jordânia), Líbano e Iraque o recém-criado Estado de Israel, que deu início à primeira guerra árabe-israelense.

Guerra essa na qual Israel teve dois objetivos: lutar contra os exércitos árabes, e expulsar milhares de palestinos de suas aldeias, e mesmo antes de consolidar sua vitória o Estado judeu aproveitou para invadir e anexar às terras que deveriam ser do Estado palestino, dando início a uma verdadeira limpeza étnica na região (MASALHA, 2005, Ilan Peppe, 2008).

Israel chamou esse conflito da guerra da Independência. No entanto, os palestinos denominaram o final desse conflito, que representou a Nakba (catástrofe em árabe). Pois, ao findar os confrontos, centenas de milhares de palestinos tiveram que abandonar suas casas, sendo obrigados a viver em campos de refugiados nos TPO ou em países vizinhos. O Estado de Israel adotou uma série de políticas de “judaização” do território, a exemplo de anexar as terras que formariam o Estado palestino, expulsar a força comunidades inteiras de árabes, proibir o retorno daqueles que deixaram seus lares em decorrência da guerra. Além disso, passou ilegalmente a posse dessas casas, terras e outras residências ocupadas para judeus israelenses, de modo a promover uma imigração em massa de judeus vindos de várias partes do mundo, sendo muitos deles para ocuparem as terras que antes eram de palestinos. Para se esquivar da responsabilidade sobre as violações de leis internacionais, a estratégia israelense foi negar a existência dos árabes nativos da região, o que Nur Marsalha, chamou em seu livro de “A política de Negação” (MASALHA, 2005). Diversos outros autores afirmam que essa prática foi reforçada, a exemplo de Schoenman (2008) e Mabilia (2013), inclusive, segundo Roudinesco (2010, p. 138), e historiadores israelenses, discorrem que:

Assim como o sionismo tinha contribuído para o despertar do nacionalismo árabe, também a guerra civil de 1948, durante a qual os palestinos tiveram de partir para o exílio, foi vivida pelas vítimas como o equivalente do Holocausto. Chamaram de Naqba (catástrofe) a destruição de sua sociedade, cultivando eles também uma história memorial mediante a qual identificam os judeus a racistas genocidas. A essa história memorial, dolorosa vivida, as autoridades israelenses contrapuseram uma recusa: a Naqba não existe, disseram elas, ela é uma ficção integralmente criada pela propaganda árabe, pela antisemitas, pelas antissionistas. E foram necessários os trabalhos dos novos historiadores israelenses, que se apoiaram nos arquivos de seu país, para estabelecer sua veracidade.

Essa política israelense de invisibilizar os palestinos foram acompanhados pela negação de direitos básicos, como a cidadania, o retorno dos refugiados, acesso a terras. Em contrapartida, as autoridades israelenses declararam o Estado de Israel como a pátria internacional dos judeus, onde todos esses alocados pelo mundo tem o direito de habitar, de modo a deixar claro, que Israel é um país só para os judeus (YIFTACHEL, 2011; SCHOENMAN, 2008, ROUDINESCO, 2010).

Ao longo das décadas de 50, 60 e 70 do século XX ocorreram muitas guerras entre Israel e seus vizinhos árabes, com destaques para a Guerra dos Seis Dias e a Guerra do Yon Kippur. A primeira representou um divisor de águas para a chamada “Questão Palestina”, pois, agora Israel ocuparia militarmente territórios densamente povoados por palestinos como a Faixa de Gaza e Cisjordânia, os chamados TPO. E assim como fez com as terras que deveriam formar o estado palestino em 1948, Israel vêm implementando nos territórios palestinos ocupados em 1967 um projeto colonialista de posse e povoamento das terras com

imigrantes judeus através das polêmicas e ilegais colônias judaicas (SCHOENMAN, 2008, p. 90), (MABILIA, 2013), (MASALHA, 2005).

Desde o ano de 1948, grande parte da população Palestina foi obrigada a viver em campos de refugiados administrados pela ONU através da UNRWA (Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente), os quais foram espalhados em países vizinhos como Egito, Síria, Jordânia e Líbano. Esse último, viveu o drama dos campos de refugiados palestinos e sua vulnerabilidade chocou o mundo, nos massacres de Sabra e Chatila entre os dias 16 a 18 de setembro de 1982, onde milicianos cristãos, com o apoio de tropas israelenses que ocupavam a região, massacraram milhares de palestinos (SCHOENMAN, 2008).

O ano de 1987 é um marco para a causa Palestina, ao ocorrer a Primeira Intifada Palestina (revolta popular) no qual a população dos TPO, mesmo dispondo de poucos recursos ofensivos, enfrentaram nas ruas as Forças de Defesa de Israel, as IDF. As cenas de palestinos armados com pedras, que enfrentavam os blindados israelenses corriam o mundo, e agora além de enfrentar as organizações de guerrilha Palestina, as tropas israelenses tinham que enfrentar a população civil, o que nas palavras de Gordon (2008); a Primeira Intifada Palestina mostrou a Israel que a ocupação na forma de um poder soberano, social e econômico havia falhado e agora seria necessário encontrar uma nova forma de gerenciar a ocupação.

O ano de 1993 foi especial para palestinos, israelenses e a comunidade internacional, sendo o ano do famoso acordo de Oslo na Noruega. Pela primeira vez os dois lados se reconheceram e assinaram o primeiro acordo de paz para a região. Porém, essa decisão não representou mudanças significativas, sobretudo para a população Palestina, visto que, a determinação garantiu a eles apenas um controle parcial sobre regiões da Cisjordânia e a promessa de transferência de controle para a Autoridade Palestina de outras áreas do território no futuro. Em detrimento, na prática, o acordo garantiu a Israel 80% das suas reivindicações e para os palestinos só restaram promessas (KAPPELOUK, 2004).

O que se viu nos anos seguintes foi uma recusa por parte de grupos de ambos os lados de aceitarem o acordo, o que, em especial do lado palestino, resultou na continuidade da resistência contra a ocupação israelense. Em meio a um aumento das tensões, no dia 28 de setembro de 2000, o então ministro da defesa Ariel Sharon fez uma visita provocativa à esplanada das mesquitas em Jerusalém, sendo o estopim para derramar toda frustração da população Palestina contra os fracassos dos acordos de paz. Era o início da Segunda Intifada

Palestina (Kappelouk, 2004, p. 428). Nos primeiros anos da primeira década dos anos 2000 foram realizados outros encontros de paz, porém, todos sem sucesso.

Essa Segunda Intifada seria marcada por conflitos mais intensos e uso massivo de violência de ambos os lados, agora além das pedras jogadas e tiros contra as tropas israelenses, os ataques de homens e mulheres bombas aconteceram com mais frequência. Esse tipo de ação já vinha sendo praticada antes da Segunda Intifada, mas ganharam força enquanto a repressão israelense se tornava cada vez mais violenta, chegando inclusive a usar caças F-16 para bombardear posições palestinas, e ataques aéreos feitos por Helicópteros Apaches e tanques. Israel realizou um cerco de meses a sede da Autoridade Palestina, onde estava o líder palestino Yasser Arafat na cidade de Ramallah na Cisjordânia (Kappelouk, 2004, p. 426 - 448). O mundo havia mudado e os atentados de 11 de setembro de 2001 fizeram os Estados Unidos na sua “guerra contra o terror” se posicionar totalmente do lado de Israel e contra os movimentos palestinos.

## O Terrorismo

É muito difícil falar da história da Questão Palestina sem mencionar atentados terroristas. Embora não seja nosso objetivo debater esse conceito, muitos menos inferir juízo de valor, é fato que o uso dessa tática de luta armada foi amplamente utilizado por ambos os lados. Contudo, do lado israelense essas práticas de terrorismo de estado, são invisibilizadas no discurso midiático, sendo representadas como “ataques preventivos” no qual Israel tende a matar “terroristas perigosos” ou para prevenir futuros atentados, enquanto o estereótipo de “terroristas” caiu unicamente sobre grupos palestinos.

Resistir à opressão é um direito de todos os povos, e no caso da população palestina, as formas de resistência ocorreram de vários métodos, principalmente através da luta armada. E ao longo dos 75 anos de conflitos, os confrontos armados entre as tropas israelenses e os braços armados dos grupos palestinos foram frequentes. Entretanto, no campo militar a relação de forças é altamente desproporcional. De um lado está o Estado Israel com: uma cultura altamente beligerante, além de uma das forças armadas mais poderosas do Oriente Médio. Que dispõe de um dos maiores orçamentos militares do mundo, sendo que o próprio desenvolve muitas de suas armas, ao contar com o fornecimento por parte dos Estados Unidos do que há de mais moderno em equipamentos bélicos.

Do outro lado estão as organizações paraestatais palestinas, e partidos políticos palestinos, como: (Fatah, FDLP, Hamas, Jihad Islâmica e Brigadas do Mártires de Al Aqsa), divididas em propósitos e ideologias. Essas sociedades contam com apoio de alguns países árabes, mas dispendo apenas de armas leves, portáteis, alguns mísseis e foguetes de curto alcance, produzidos quase que artesanalmente, recursos bélicos bastante limitados diante da poderosa máquina de guerra israelense.

Alguns autores como: (SCHOENMAN, 2008), (MABILIA, 2013), (SAID, 1992), (HROUB, 2008) compreendem que o uso desses ataques são como uma das únicas formas que esses grupos dispõem de atingir Israel. Contudo, grande parte da mídia ocidental, valendo-se da sua parcialidade pro-israelense, explora esses atentados para deslegitimar a luta palestina, que os acusa de priorizarem alvos “civis inocentes” em Israel. Ao passo que essa mesma mídia fecha os olhos ao fato de que as respostas militares israelenses contra esses atentados também resultam em várias mortes de civis do lado palestino.

As ofensivas militares israelenses contra territórios palestinos, na atualidade, têm se concentrado na região da Faixa de Gaza. Lugar em que Israel se retirou no ano de 2005, mas continua impondo um bloqueio a essa região, ao controlar os acessos por terra, água e ar, restringido ainda mais depois que o grupo Hamas assumiu o controle desse território. E foi contra esse grupo que Israel já travou três guerras assimétricas, com fortes características de massacres: a primeira no ano de 2009, outra em 2014 e a última recentemente em 2021.

Nessas três ofensivas, que Israel realizou contra o pequeno território de Gaza, ficou evidente a desigualdade militar existente na região. Enquanto de um lado o Hamas utiliza de foguetes, morteiros e mísseis com um raio de alcance limitado e baixa precisão facilmente interceptada por um sistema de defesa antiaéreo israelense conhecido como Iron Dome. Do outro, Israel ataca com uma força militar desproporcional, ao utilizar o que possui de mais moderno em sua força aérea e artilharia, e mesmo com toda sua tecnologia militar, ainda assim os alvos mais atingidos são civis. Da mesma maneira que ocorreu na Segunda Intifada, nessas três ofensivas militares o discurso do terrorismo é amplamente difundido pela mídia ocidental, que qualifica os disparos de mísseis do Hamas como um ato terrorista de altíssima periculosidade contra a população civil de Israel. Fato que reduz novamente a gravidade dos milhares de mortos, de civis gazitas e a destruição material infraestrutura de Gaza promovida pelos ataques israelenses MABILIA, 2013, p. 145; SAHD, 2017.

O historiador Fábio Bacila Sahd, em seu livro “Sionismo, modernidade e Barbárie, vida e morte na Faixa de Gaza”, afirma que o bloqueio a Faixa de Gaza funcionaria como uma

espécie de “laboratório” para testar métodos de controle, repressão e confinamento social, tudo isso construído sobre o argumento da necessidade de segurança e guerra total contra o Hamas. Segundo o autor,

Como um laboratório, o território está isolado e sujeito a uma lógica de funcionamento próprio. Para que esteja “mais próximo das puras condições de experimento de Laboratório” é determinante que seus gerenciadores gozem de uma relativa liberdade, estando desvinculados de acordos e tratados que restrinjam seus testes. A miríade de relatórios de entidades não governamentais e internacionais, que denunciam a política israelense em relação a população local, mostra que em Gaza, de fato, foi criada uma constante exceção na lei. “Tudo que é cometido ali se justifica pela “guerra total” contra o Hamas ou como resposta as ações dos terroristas que operam no território” (SAHD, 2017, p. 193)

As condições de vida em Gaza já eram degradantes antes mesmo do bloqueio e agora tudo piorou. Mesmo antes de Israel se retirar da Faixa de Gaza, o local já era um dos territórios mais povoados do mundo e as condições de vida dos gazitas eram de completo abandono, com ruas de terra, que quando chovia tudo ficava recoberto de lama, as casas eram feitas de forma bem improvisada e faltavam serviços básicos como: saneamento básico, serviços de saúde, etc. Não podemos esquecer da rivalidade entre os grupos de resistência palestinos que atuavam na região como: Hamas, Jihad Islamica e Fatar. (SACCO, 2005).

## O Material de apoio

Falar de Questão Palestina em sala de aula é algo desafiador, visto que, mesmo tendo uma grande cobertura midiática, e por vezes ser tema de filmes e documentários, esse tema é carregado de pensamentos eurocêntricos e coloniais. Trata-se de uma disputa com origem longa, com cem anos, que faz com que algumas conjunturas políticas e territoriais tenham mudado bastante ao longo das décadas. As guerras entre árabes e israelenses, e a Questão Palestina iniciou nos primeiros anos da Guerra Fria, que perpassou pelo processo de descolonização da Ásia e da África, ao atravessar o fim da Guerra Fria e recentemente a guerra contra o Terror, nome dado ao período em que os Estados Unidos promoveram diversas intervenções militares no Oriente Médio.

Ao longo dessas sete décadas a região foi palco de cinco guerras entre Israel e seus vizinhos árabes. Paralelamente, os palestinos lutam pela criação do seu Estado, de modo a pôr fim na sua condição de exílio. Neste sentido, podemos afirmar que para entender melhor essa problemática, faz-se necessário separar as guerras entre Israel e seus vizinhos árabes da luta dos palestinos pela criação do seu país (Questão Palestina), que iniciou na criação do Estado

de Israel, o Nakba, para os palestinos, e que hoje se concentra principalmente nos territórios ocupados por Israel na guerra de 1967.

Justamente por ser um conflito tão complexo e de difícil compreensão, acreditamos ser importante a produção de um material que auxilie a sua abordagem em turmas dos 9.º anos do Ensino Fundamental. A questão problema que nos norteou foi: Como produzir um paradidático que complemente o conteúdo referente a Questão Palestina já existente nos livros didáticos de história do 9.º ano.

A Questão Palestina, como conteúdo didático, tem nas informações do livro didático sua principal fonte de estudo. E foi na busca de oferecer um suporte adicional a esses professores que objetivamos a construção de um livro paradidático sobre a história da Palestina, com destaque quase que exclusivo para os eventos e conjunturas ligadas a luta dos palestinos para alcançarem o seu Estado independente e apresentar aspectos econômicos e sociais dos habitantes do TPO.

Na atualidade, os livros paradidáticos vêm sendo amplamente inseridos nas salas de aulas, e em todos os segmentos da educação básica. Muitas vezes eles são utilizados como auxiliares dos livros didáticos tradicionais, ao ampliar os conteúdos específicos, ou, ao mesmo tempo, trazer temas transversais que estejam presentes nos componentes curriculares. Muitos desses livros paradidáticos são produzidos com as coleções destinadas ao público escolar, mas também podem ser encontrados em plataformas digitais para uso de qualquer pessoa.

Os livros paradidáticos não são produtos educacionais recentes, eles vêm sendo produzidos e inseridos no mercado há algum tempo. Como, por exemplo, o livro paradidático intitulado (Ponto de Apoio: Oriente Médio) de autoria do historiador e filósofo Leandro Karnal publicado no ano de 1994, que aborda inclusive a Questão Palestina. Contudo, em se tratar de paradidáticos escolares, é importante que eles estejam relacionados tanto aos conteúdos curriculares como às metodologias e práticas adotadas em sala de aula. Além disso, espera-se que os mesmos disponham de atividades de fixação e sejam ricos em imagens e iconografias para facilitar a leitura e compreensão. De acordo com Laguna (2001), foi a partir da década de 80 que as editoras começaram a investir pesado na produção de livros paradidáticos e estes são de grande importância para despertar nos estudantes a vontade de ler. O autor ainda ressalta que:

Os livros paradidáticos atendem à Literatura e a todas as outras disciplinas, procurando ajudar professores e enriquecer a vida do aluno. Com visual e temas adequados, esses livros procuram despertar o hábito da leitura e levantar questionamentos que antes ficavam à margem da vida escolar, objetivando complementar informações de maneira leve e ágil. São características dos

paradidáticos: - preços populares; - longa vida editorial; - direcionamento a crianças e jovens, além do espaço escolar; - temas literários e transversais; - linguagem mais acessível. (LAGUNA, 2001, p. 48)

Ao se apresentar um conteúdo como a Questão Palestina, acreditamos que um dos melhores métodos de abordagem é a transversalidade, visto que por se tratar de um conflito antigo ele perpassa vários momentos históricos do século XX e início do XXI. Thomson (2016) realizou uma análise sobre a importância do uso de materiais paradidáticos para o estudo e conhecimento da história afro-brasileira, e fez uma importante advertência, segundo ela, temáticas como: história afro-brasileira não deve ser abordada de uma forma “conteudista” uma vez que, o currículo da disciplina história é sobrecarregado o que torna o uso de Paradidáticos uma importante alternativa para se trabalhar esses conteúdos (THOMSON, 2016, p. 45). Sendo assim, produzimos um material paradidático de História destinado ao público do 9º ano da educação básica, selecionamos alguns assuntos pontuais, importantes para a compreensão da história da Palestina. Sionismo, Colonialismo, israelense, Etnocentrismo e Direitos Humanos, foram escolhidos como capítulos do nosso livro.

Para realizarmos este trabalho utilizaremos como metodologias o levantamento de dados de relatórios produzidos por ONGs de direitos humanos como, por exemplo: a Anistia Internacional e Human Rights Watch, sendo que, dois relatórios produzidos pelas ongs citadas foram utilizadas como principais fontes de referência para a construção do livro paradidático, bem como de uma ampla produção bibliográfica, tanto específica sobre a Questão Palestina, quanto pedagógica.

Nesse produto educacional falaremos sobre a política de colônias judaicas na região e como elas se configuram em um dos elementos mais polêmicos da Questão Palestina. Apesar de já terem sido considerados como ilegais pela ONU, essas colônias são vistas como o principal elemento da colonização e ocupação de terras nos chamados TPO, além de explorarem grande parte das reservas de água potável da região, são construídos nas terras mais férteis e hoje são vistos como um dos grandes entraves para o processo de paz na Palestina. Dando seguimento ao capítulo, falaremos do polêmico muro que Israel construiu na Cisjordânia, que separa as regiões ocupadas pelos colonos judeus das áreas povoadas por palestinos, o que tem gerado acusações e denúncias de que estaria em vigor regime de Apartheid contra os palestinos.

O Sionismo é à cerne do colonialismo israelense na Palestina, está diretamente ligado a outro, que é um movimento nacionalista e colonial de origem europeia surgido ainda no final do século XIX. Seu objetivo era a construção de um Estado nação de judeu na Palestina.

Contudo, desde o início desse projeto, que visava a obtenção das terras que os judeus ocuparam, seriam adquiridas por meio da expulsão da população nativa (palestinos); ou seja, o Sionismo é a base ideológica, construída por meio de argumentos políticos, religiosos e culturais, utilizados por organizações políticas judaicas para justificar a ocupação das terras palestinas. Esse movimento é bastante difundido principalmente entre os judeus mais conservadores, e também é fortemente ramificado em partidos políticos e nas forças armadas israelenses. (SAHD, 2017; SCHOENMAN, 2008; YIFTACHEL, 2011; MASALHA, 2005). É importante frisar a existência de israelenses que são contrários a essa ideologia, ao fazer inclusive uma diferenciação entre anti-sionismo do conceito de antisemitismo, visto que são conceitos que por vezes são confundidos ou que são usados de formas inadequadas por pessoas favoráveis às políticas israelenses.

O modelo colonialista que o Estado de Israel implementou na palestina e nos TPO, trata-se do colonialismo de ocupação militar, aquele no qual a justificativa de um conflito militar permanente é usada para instalar colônias judaicas nos territórios ocupados, bem como a expulsão, segregação, impedimento de livre circulação, restrição de direitos e extermínio da comunidade palestina. A lógica do pensamento sionista é de que: a Palestina é o lar histórico dos judeus e só a eles pertence, a comunidade árabe palestina nativa são inexistentes que deve ser expulsas das terras, para que a mesma seja ocupada pelos seus “verdadeiros” donos, os judeus, e todo aquele que se levantar contra esse processo se coloca em risco a “segurança” desses judeus, e em nome da legítima defesa destes, seus opositores (os palestinos) devem ser combatidos e eliminados, e os lugares onde eles estariam ocupando agora será o lar de novos colonos judeus. Portanto, o principal objetivo do Sionismo é conquistar o máximo de terras da Palestina, isso historicamente é um processo de colonização (YIFTACHEL, 2011; MASALHA, 2005).

Grande parte da comunidade internacional defende como solução para a Questão Palestina a existência de dois Estados autônomos. Mas como concretizar a existência de dois Estados (um árabe, outro judeu) quando um dos lados não aceita a existência do outro? Como pensar em dois povos que coexisti e vive de forma pacífica quando o objetivo de um dos povos é ocupar e conquistar o território povoado pelo outro? Estas e outras perguntas revisitam o grave problema das colônias judaicas que Israel constrói e ampliar para com duas finalidades ocupar a Cisjordânia e promover a expulsão gradual dos palestinos.

Ainda na década de 1970, enquanto as organizações de direitos humanos e as Nações Unidas travavam uma luta contra o regime de apartheid na África o Sul, o sionismo foi

classificado como uma forma de racismo por parte da comunidade internacional. De acordo com Caraciki (2013, p. 74),

No seu cerne, “era uma resolução que se apoiava na tese árabe de que a ocupação da Palestina e o desalojamento dos árabes [palestinos] de seus territórios tinha fundamento no racismo sionista que concebia os judeus como uma raça superior.” Segundo a tese, ao negar o direito de independência aos palestinos, colocá-los em territórios separados – como eram os bantustões da África do Sul, aprovarem leis vistas como discriminatórias, e impor uma lei marcial pesada, Israel teria, de acordo com a racionalização de que o sionismo era uma forma de racismo, aspectos idênticos aos do apartheid sul-africano (CARACIKI, 2013, p. 74).

Em um relatório da ONG de direitos humanos Human Rights Watch intitulado *Separate and Unequal* (Separados e Desiguais) de 2010, aparecem inúmeras violações dos direitos humanos praticados pelo Estado de Israel contra a população palestina. Segundo este documento, Israel trata de forma completamente desigual os habitantes do TPO, sendo que os judeus residentes nos assentamentos desfrutam de amplos direitos civis, enquanto maioria da população árabe-palestina sofre com severas restrições de liberdades individuais, como, a negação do direito de livre movimento, construção de edificações, acesso a terras e cultivo destas.

Israel impôs uma extensa rede de restrições de movimento aos palestinos, ao incluir postos de controle, bloqueios de estradas e barreiras de separação, em muitos casos. Como resultado, grandes seções da Cisjordânia permanecem barradas para os palestinos, exceto aqueles com permissões especiais ou residência nessas áreas. Essa segregação do território limita o movimento dos palestinos e os isola efetivamente em bolsões residenciais dos quais a entrada e a saída são restritas e podem ser extremamente difíceis. Nas palavras da Filósofa e ativista política americana Ângela Davis (2018), as áreas da Cisjordânia ocupada pelos palestinos lembram uma verdadeira Prisão a céu aberto. Em contraste, os colonos desfrutam de liberdade de movimento virtualmente irrestrita, com fácil acesso a estradas, construídas para eles a custos consideráveis, que contornam áreas povoadas por palestinos, e conectam colônias à rede viária israelense e a outros assentamentos, bem como as principais áreas metropolitanas dentro de Israel. Em alguns casos, os palestinos não são apenas impedidos de terem acesso a essas estradas, mas são efetivamente excluídos do uso das mesmas, o que impossibilita o deslocamento entre outras aldeias e cidades.

Os colonos podem circular livremente pela Cisjordânia, enquanto os palestinos chegam a ser submetidos a um total de 500 postos de checagem, *Check Points*: O Banco Mundial observou que as restrições aos movimentos dos palestinos contribuíram para um declínio de 60% no PIB per capita de 1999 a 2008. Isso sem falar no confisco de terras, em vez disso, como se observou, a partir de 1979, Israel realizou uma pesquisa especificamente

destinada a identificar terras, não cultivadas, como base para confiscá-las, uma vez que impedem os palestinos de reivindicarem a propriedade das mesmas.

No caso das vastas áreas confiscadas como terras estatais, Israel não pagou indenização nenhuma aos palestinos, uma vez que vê essas terras como nunca tendo sido de propriedade privada. Israel transferiu a maioria das terras apreendidas para as colônias, seja como áreas de assentamento, áreas municipais ou reservas de terra sob o controle de concelhos regionais de assentamento. (HUMAN RIGHTS WATCH. 2011, p. 15, tradução livre do autor). Cerca de uma década depois, a HRW (Human Rights Watch), evoluiu sua interpretação da situação na palestina, ao utilizar da tipificação do direito internacional de Apartheid para classificar as políticas israelenses, ou seja, trata-se de um regime de dominação racial, que oprime, segrega e viola os direitos da população “nativa”. Outras organizações internacionais seguem esta mesma linha de interpretação e usam a tese de apartheid.

Amparado em políticas racistas, Israel promove um verdadeiro regime de Apartheid (YIFTACHEL, 2011; SCHOENMAN, 2008, p. 90), assemelhando-se ao que existiu na África do Sul. Oren Yiftachel (2011, p. 360), amplia essa afirmação ao denunciar a existência de um “Apartheid progressivo” em Israel, estruturado num regime de etnocracia, no qual os direitos civis e sociais são definidos por questões étnico-raciais, onde os ashkenazi, principalmente de classe média e alta, mizrahises e russos, seriam as etnias superiores em Israel, depois deles viriam os Judeus Ortodoxos e ultraortodoxos (que são os colonos dos territórios ocupados) logo abaixo estariam os Drusos: palestinos com cidadania israelense, beduínos estes com status médios, e por fim as classes inferiores são: árabes de Jerusalém, palestinos da Cisjordânia, palestinos de Gaza e trabalhadores estrangeiros. (YIFTACHEL, 2011, p. 169).

No capítulo intitulado Etnocentrismo do livro paradigmático discutimos os conceitos formulados pelo geógrafo israelense Oren Yiftachel que defende a tese de que em Israel vigora um regime etnocrata que se caracteriza por uma hierarquia racial. O mesmo defende que existe uma divisão étnica racial dentro do estado de Israel que classifica os judeus locais como um grupo racial.

A literatura mais recente sobre a Questão Palestina afirma a existência de um regime de apartheid em Israel semelhante ao que existiu na África do Sul. Essa acusação vem sendo denunciada por observadores especiais da ONU para os direitos humanos como Richard Falk, que em seu relatório de 2019 denunciou a existência de um Apartheid em Israel, acusação reforçada por vários outros intelectuais, como a filósofa americana, Angela Davis, 2018 (Yiftachel, 2011; Schoenman, 2008; Richard Falk, 2019; Sahd, 2020; Mbembe, 2018).

## Capítulo-2 Os Direitos Humanos e sociedade palestina

As violações dos direitos humanos praticados por Israel contra a população Palestina são tão numerosas que escolhemos falar daquelas sofridas por um grupo que poucas vezes é citado nas publicações e notícias; trata-se no caso das mulheres palestinas. As mulheres são verdadeiros símbolos de resistência na Palestina, com seus rostos e corpos muitas vezes cobertos com véus islâmicos, estando presentes em vários momentos de confrontos e protestos contra a ocupação israelense. Infelizmente a imagem da mulher apresentada na mídia ocidental as apresenta aos berros, chorando e gritando no lamento da morte de um familiar. O que é de pouco conhecimento, é que a mulher Palestina é duplamente vítima da ocupação, pois, além de sofrerem com o horror do controle militar israelense, ainda precisam enfrentar o machismo estrutural presente na sociedade palestina. Para Shahd Wadi (2009, p. 5),

A representação dominante das mulheres palestina (s) no ocidente é normalmente baseada em várias imagens estereotipadas: a refugiada em frente da sua tenda, a hijacker, a mãe com seu vestido tradicional que às vezes chora, outras vezes “celebra” a morte dos filhos, a lutadora com as pedras, a bombista suicida, a mulher política e outras imagens contraditórias. Dependendo da perspectiva pessoal, cultural e política, e do momento histórico, a representação da mulher palestina varia entre a oprimida, a revolucionária, a pobre, a sacrificadora, a lutadora, a velada, a intelectual, a exótica, a miserável, a vítima e a terrorista. Pergunto: quem são as mulheres palestinas? (Shahd Wadi, 2009, p. 5)

Para Shahd Wadi (2009), muitos grupos e organizações palestinas também são contra a participação de mulheres na atividade de resistência (MABILIA, 2013). Um exemplo é o Hamas, grupo que controla a Faixa de Gaza, que apesar de ser reconhecido como o primeiro a usar mulheres bombas, tenta impor sobre estas as rígidas leis islâmicas. Para muitos homens palestinos, militantes ou não, a participação feminina nas atividades de resistência representa um risco à “honra” da mulher, os TPO são espaços onde também vigora a ideologia machista, que enxerga o corpo da mulher como uma propriedade do homem, e que este corpo, quando sofre alguma violação a preocupação maior é com a imagem da família e do homem, do que com o sofrimento ao qual a mulher foi vítima. Neste sentido, Dayan-Herzbrun (1996, p. 176-178), ressalta que:

A participação política das mulheres elemento constituinte da modernidade coloca em risco um valor social fundamental a honra que passa aos homens e ao grupo em geral pela integridade sexual do corpo das mulheres. Daí as tensões, os compromissos e também as reações cuja violência surpreende o Ocidente.

Isso representa uma preocupação a mais para as mulheres engajadas na luta, pois, além de enfrentarem o inimigo israelense, ainda tem que se preocupar com a “honra” da família. Na atualidade, uma forma de resistência feminina tem provocado bastante polêmica entre as feministas e pesquisadoras; trata-se do incentivo para as mulheres palestinas terem o máximo de filhos que puderem. Essa prática tem dividido diversas opiniões, algumas são contra por entenderem que esses corpos são explorados e se tornam objetos dos interesses masculinos, enquanto outras veem nessas práticas um exemplo de resistência e nacionalismo. (Monteiro, 2020, p. 7-9). Essas e outras situações tornaram o feminismo palestino como um feminismo singular.

Sob o prisma feminista, palestinas por sua vez, romperam as barreiras da vitimização ao se colocarem como agentes ativos na resistência civil contra a ocupação israelense, aliando a luta nacional àquela pelos direitos da mulher e igualdade de gênero. As iniciativas que se seguiram — aponta Sharoni — “basearam-se na premissa de que todas as questões são questões da mulher, e que as questões da mulher palestina são formatadas a partir do tecido político e social de uma sociedade que vive sob a ocupação militar israelense” (Sharoni, 2012, p.116).

Desde o início, os serviços secretos israelenses conseguiram cooptar inúmeros colaboradores entre os árabes palestinos. Serviços secretos como Shin Bet e Mossad utilizam bastante da ação desses colaboradores para neutralizar, sabotar e eliminar líderes palestinos. E foi justamente num livro escrito por um colaborador palestino, Mosab Hassan Yousef com o título de “Filho do Hamas” que pude conhecer o outro lado das relações de poder entre as organizações palestinas, bem como as arbitrariedades praticadas por elas. Nesse livro podemos conhecer diversas divergências entre as organizações e até práticas de torturas, perseguições e assassinatos perpetrados contra indivíduos de outros movimentos. Sobre esse prisma, Yousef (2010, p. 119), discorre que:

Um dia, depois de uma agradável visita da irmã, Akel voltou à Seção Cinco com as sacolas de comida que ela levava para ele. O rapaz estava feliz e não fazia ideia do que o esperava. Meu tio Ibrahim havia aparecido para fazer o sermão, o que sempre era mau sinal. Aprendi que Ibrahim costumava reunir todos durante suas pregações para acobertar os interrogatórios dos Maj`d. daquela vez, a pessoa levada foi Akel. Eles pegaram seus presentes e o levaram para uma tenda, fazendo-o desaparecer atrás de uma cortina, onde seus piores pesadelos começaram. Olhei para meu tio e me perguntei por que ele não os deteve. Estivera na prisão com Akel várias vezes, os dois haviam sofrido juntos. Akel cozinhava e tomara conta dele e meu tio conhecia bem aquele homem. Será que permitia a tortura por ele ser um camponês pobre e calado de um vilarejo e meu tio da cidade? Quaisquer que fossem os motivos, Ibrahim Abu Salem ficou sentado com os Maj`d, rindo e comendo os alimentos que a irmã de Akel levava. Enquanto isso, ali perto, outros integrantes enfiavam agulhas sob as unhas do rapaz. Vi Akel apenas algumas vezes nas semanas seguintes. Sua barba havia sido raspada, seus olhos não se erguiam do chão. Ele estava magro e parecia um velho a beira da morte.

As rivalidades entre os grupos de resistência, também ocorreram em outras regiões colonizadas, porém, essa rivalidade entre os grupos de resistência palestinos é um fator que

dificulta as negociações de paz (KAPPELOUK, 2004; SACCO, 2005). E enquanto no ocidente existe uma visão estereotipada de que todas as organizações palestinas são grupos radicais islâmicos, alguns grupos, na prática, seguem uma postura laica, tendo inclusive militantes ateus como a Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FLDP). A exemplo, durante a Segunda Intifada Palestina o Hamas e a OLP (Organização para a Libertação da Palestina) seguiam caminhos opostos na luta, o Hamas exaltava que a luta era em nome da Jihad islâmica, enquanto a OLP era movida pelo nacionalismo e desejo descolonizar e chegar ao poder nos TPO. (Yousef, 2010, p. 47-48).

O grupo Hamas, de forte carácter religioso (MABILIA, 2013; SHAHD WADI, 2009), procura inclusive impor tradições islâmicas mais conservadoras como, por exemplo, tenta impor sobre as mulheres palestinas a obrigatoriedade do véu. Neste âmbito, a sociedade Palestina não difere de muitas sociedades, mundo afora vivem na lógica do capitalismo, sendo que as mulheres sofrem com o machismo estrutural.

Portanto, nesse último tópico do livro paradigmático que apresentamos algumas violações dos direitos humanos sofridas pelos palestinos nos TPO e condições de vida de determinados grupos sociais que muitas vezes acabam invisibilizados pelos livros didáticos, reportagens midiáticas, como também pela literatura sobre os temas: mulheres, comunidade LGBTQA+, crianças, mulheres, não mulçumanos, etc. Embasados em relatórios de ONGs internacionais de monitoramento dos direitos humanos e ligadas às próprias Nações Unidas, Anistia Internacional, Human Rights Watch, United Nations. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA) e GLOBAL PROTECTION CLUSTER.

### Capítulo-3 A importância de se estudar a Questão Palestina no 9.º ano do Fundamental II

O, 9.º ano do ensino fundamental é uma das séries que compõem os anos finais do fundamental II, ela é a última série desse período que compreende a chamada educação básica. Nessa série, os conteúdos da disciplina história costumam ser apresentados pelos livros didáticos e nos currículos escolares em dois seguimentos, História do Brasil e História Geral. Sendo que, o primeiro destacados os eventos que vão desde a abolição da escravatura até os dias atuais. Enquanto o segundo, na maioria das coleções, estendem-se do imperialismo/neocolonialismo até hoje. A Questão Palestina, costuma aparecer inserida nos capítulos que falam da Guerra Fria, processos de descolonização da África e da Ásia, ou mesmo

conflitos contemporâneos. É importante salientar, que a Questão Palestina também é um conteúdo previsto na Base Nacional Comum Curricular BNCC, como assunto esperado para ser trabalhado na parte específica de história para o, 9.º ano, na unidade temática intitulada: totalitarismos e conflitos mundiais.

Um dos mais fortes pontos de ligação entre a Questão Palestina e os estudantes brasileiros é a religião cristã. Como já dito anteriormente, o Brasil é um país majoritariamente cristão, tanto no seguimento católico como evangélico, e na nossa cultura há diversos valores judaico-cristão, ou seja, até mesmo para aqueles que não professam diretamente o cristianismo, se vem indiretamente influenciados por seus princípios morais e éticos. Já para os que professam a fé cristã, desde cedo nas catequeses ou escolas bíblicas dominicais, os jovens são inseridos nas narrativas histórias bíblicas, que trazem acontecimentos ou histórias que teriam ocorridos na Palestina antiga, sem falar que o cristianismo possui fortes elementos ligados à religião judaica, a qual é a principal e oficial religião do Estado de Israel, judaísmo, cristianismo e o islamismo, compartilham da veneração de Jerusalém como cidade sagrada.

Sem falar que é possível encontrarmos elementos e símbolos da religião judaica em diversas religiões neopentecostais brasileiras, que inclui símbolos sagrados como o Menorá ( Um castiçal com sete velas) e a estrela de Davi ( Estrela da Bandeira de Israel) nomes e expressões de origem judaicas, tais como Sheikinnar, Eloin, e referências a lugares sagrados da tradição judaica, tais como: Monte Sião (de onde inclusive deriva a palavra Sionismo) Monte Sinai, Getsemane, Templo de Salomão, etc. ao demonstrar o quanto as religiões pentecostais e neopentecostais nutrem forte simpatia pelo Estado de Israel, como afirmou Abdulhay (2021, p. 11), ao salientar que:

Evangélicos, especialmente esta corrente pentecostal, encontram- -se com as tradições judaicas, através da congruência entre concepções religiosas comuns, como a volta de Cristo, e indicações de seu retorno para reconstruir o Templo, o que se reflete no simbolismo de Shavuot ou Pentecostes no Cristianismo.

Em suma, temos uma longa história de relações comerciais e parcerias tecnológicas com Israel e territórios ocupados com os governos israelenses, o Brasil já promoveu vários acordos de cooperação militar e de segurança. Inclusive muitas empresas israelenses, que desenvolvem tecnologias de segurança, tem um mercado promissor no Brasil. Portanto, essas ligações chegam até mesmo às forças policiais, onde militares israelenses realizam intercâmbios e treinamentos com policiais militares de diversos estados brasileiros, lembrando que, tanto as Forças de Defesa de Israel (IDF) e as polícias militares brasileiras compartilham de uma demanda em comum, sendo reprimir grandes contingentes populacionais em áreas urbanas.

A relevância da discussão dessa temática para o 9.º ano do Fundamental II, baseia-se, entre essas e outras razões, por essa série representar um momento de transição para o Ensino Médio. Além disso, exige que os alunos passem para assuntos mais contemporâneos, de modo a ter um maior senso crítico, ao fazer relações entre o passado e o presente, reconhecendo os reflexos de acontecimentos distantes do Brasil mais que impactam ou chamam a nossa atenção. Em outras palavras, ao despertá-los a terem uma visão mais global do mundo contemporâneo.

A Questão Palestina é classificada como um conteúdo de história contemporânea, adotada pela maior parte dos historiadores e seguida pelas editoras de livros didáticos. Contudo, por se tratar de um conflito de grande longevidade, que com o passar do tempo, interesses ou as agendas que conduziam os embates por vezes se modificam, porém, as raízes e as bases do conflito continuam as mesmas.

A história é uma ciência que costuma pesquisar as mudanças e transformações, e no caso da Questão Palestina, após mais de 100 anos, disputar essas alterações pode ser vista principalmente nos agentes envolvidos diretamente nas atividades militares e de resistências promovidas pelos grupos palestinos, bem como nas táticas de ocupação e nas medidas de repressão adotadas por Israel. Isso tem feito com que este conteúdo tenha modificações de motivações, e transformações muito dinâmicas, ao fazer com que ao longo dos anos os livros didáticos tenham que apresentar informações atualizadas, que visem acompanhar os fatos e acontecimentos que foram destaque nos últimos anos, vistos por estudantes do Brasil inteiro nas reportagens midiáticas.

Esse dinamismo citado acima, também exige dos produtores de materiais didáticos, e principalmente dos professores que ministram a disciplina história, estarem constantemente atualizados com relação ao conflito, não o apresentando como um acontecimento de desdobramentos já amplamente conhecidos, e debatidos, como tantos outros conteúdos apresentados nos livros. Por isso, na atualidade, a Questão Palestina, é visto como um assunto da chamada História do Tempo Presente, uma categoria da história ainda muito debatida, que gera muitos debates entre os historiadores, ao exigir muito cuidado quanto ao seu uso enquanto conceito; não é nosso objetivo debater esse conceito, porém, utilizamos aqui a noção de (Fontoura, 2016. p. 275) “Seria a história do Tempo presente, portanto, aquela da qual se dispõem de testemunhas vivas dos eventos estudados e que são próprias da geração em que vivem a historiadora ou historiador”.

Concordamos com Neto e Ramos (2014, p. 19) quando este afirma que os livros didáticos de hoje preferem destacar assuntos que se passaram a mais de 50 ou 40 anos, e por vezes dá pouca ênfase a conteúdos mais recentes de pouco mais de 20 anos atrás. Esses fatos históricos contam com muitos testemunhos e memórias dos pais ou parentes mais próximos dos estudantes, mais esses saberes e experiências, estas memórias individuais, ou coletivas acabam por entrar em choque com os conhecimentos produzidos pelos historiadores na academia.

A questão do debate público e do confronto das opiniões e análises do Historiador com a fala das testemunhas vivas assume um caráter bastante problemático na experiência da sala de aula. Talvez por isso, os livros didáticos de História dediquem apenas um ou dois capítulos para os eventos que ocorreram nos últimos 40 ou 50 anos. É como se para esse conhecimento da História mais recente a experiência dos familiares dos alunos não devesse ser confrontada com o conhecimento histórico produzidos na academia, já que os relatos e opiniões podem ser muito distintos”.

Precisamos admitir que hoje os estudantes não aprendem história somente na escola, ela entra na vida dos alunos por meio de filmes, séries, e podemos incluir também jogos de vídeos games e muitas vezes por vídeos produzidos por historiadores ou não, que são visualizados, por vezes, aos milhares nas plataformas de vídeo, com destaque ao YouTube (CAMPELLO e SILVA 2018). No dia a dia, em sala de aula, notamos que cada vez mais os alunos trazem conhecimentos prévios sobre os conteúdos, adquiridos principalmente pela internet, visto que este é o meio de comunicação mais utilizado entre os adolescentes, e por ser tratar de um ambiente livre, cada pessoa pode produzir o vídeo ou texto que quiser sem se preocupar com a confiabilidade, ou veracidade da fonte. Isso tem exigido cada vez mais do professor manter-se atualizado com relação ao conteúdo que leva para a sala de aula e até mesmo, com os principais meios de comunicações de massa, para fazer a crítica ou recomendações sobre o material que o aluno utilizou como referencial.

É sabido que o aluno não pode ser considerado com um quadro em branco, ele trar para a sala de aula suas experiências, e o conhecimento histórico que hoje chegam por várias fontes. Além dos testemunhos daqueles que viveram os eventos estudados, a História chega através do cinema, da televisão, dos livros de ficção e até dos jornais. Dentre os eventos históricos do século XX, aquele que provavelmente sofre a maior exposição pública até hoje é a Segunda Guerra Mundial. (NETO E RAMOS, p. 19-20)

Reconhecemos que a Questão Palestina, como tantos outros assuntos do chamado período pós-guerra, presentes no currículo de História no 9º ano, são considerados conteúdos distantes dos alunos, porque seus desdobramentos não são tão explícitos para a realidade de grande parte do público escolar desta série, o mesmo acontece com outros temas, a exemplo do processo de descolonização da África e da Ásia, o Apartheid na África do Sul, a guerra do Vietnã, Guerra do Afeganistão, Fim do Socialismo no Leste Europeu, etc. Contudo, isso não quer dizer que estes e outros assuntos não devam ser trabalhados em sala de aula meramente

para cumprir os assuntos do livro didático, ou muito menos como conteúdo para preencher a carga horária anual. Estes assuntos foram dispostos no currículo atual, porque eles e outros são desdobramentos da Segunda Guerra Mundial, da chamada Guerra Fria, e suas consequências, e desdobramentos estão relacionados a uma série de tensões regionais, confrontos diplomáticos que envolvem as grandes potências mundiais, o que hoje no mundo tão globalizado podem provocar problemas econômicos em várias partes do mundo.

É oportuno problematizar que ter o passado como objeto de estudo não é o mesmo que ter o passado como único conhecimento associado à função da História em sala de aula. Essa interpretação apresentada pelos estudantes abre margem para muitos questionamentos. A história ensinada em sala de aula, que está presente nos livros didáticos ou, ainda, aquela perene, nos currículos prescritos da Educação Básica, continua demasiadamente presa aos conteúdos temáticos do passado? Esses conteúdos continuam, na história ensinada, distantes, estrangeiros e sem conexão com a vida cotidiana dos nossos estudantes? Eles continuam sendo apreendidos em uma perspectiva conteudista e sem relação com as demandas do tempo presente dos nossos alunos? Por certo que, para responder a esses questionamentos seriam necessárias pesquisas de dissertações e teses; portanto, não teria como respondê-los neste trabalho. Todavia, seu levantamento é necessário. Questioná-las pode ser um início. (CAVALCANTI, 2021).

## Capítulo -4: A importância do Livro Paradidático no ensino Fundamental II

A produção de livros paradidáticos é mais antiga do que pensamos, Segundo Campello e Silva (2018, p. 65) o termo livro paradidático foi usado pela primeira vez, em 1970, por Anderson Fernandes Dias, diretor-presidente da Editora Ática, na época a ideia era incentivar à leitura por meio de livros que abordassem temas menos rígidos do que os presentes nos currículos escolares. Hoje percebemos que muitas editoras tem produzido uma gama de livros paradidáticos tanto sobre temas específicos como sobre temas transversais; isso mostra o quanto hoje a diversidade de materiais didáticos e o seu uso tem crescido no Brasil, o que não significa que o livro didático tradicional esteja perdendo sua importância. Ao contrário, cada dia as editoras investem mais em coleções com um layout mais atraente, e versões digitalizadas, com mais interatividade, e até mesmo disciplinas que, em épocas anteriores, não tinha livros didáticos próprios, como era o caso de Filosofia e Línguas estrangeiras, que já possuem livros específicos, mesmo vale para disciplinas do novo ensino médio, como, por exemplo, projeto de vida.

Até a produção de livros paradidáticos sobre a Questão Palestina não é algo recente, um exemplo foi o trabalho de (Gonçalves, 2015) que analisou o discurso e as representações em um livro paradidático intitulado, A Fundação do Estado de Israel: e Questão Palestina, lançado no início dos anos dois mil, pela editora Ática, curiosamente a mesma editora citada anteriormente; o autor concluiu que o discurso do livro e as imagens apresentadas na publicação tinham como objetivo legitimar a versão israelense sobre a partilha da Palestina e os conflitos ocorridos ao longo das décadas passadas. É importante ressaltar, que toda produção intelectual, acadêmica ou didática, traz consigo uma carga ideológica, fato que o próprio autor faz esse debate em seu texto.

Se parece natural esperar que um autor de ascendência judaica defenda um ponto de vista coerente com essa ascendência ao tratar de questões relativas aos judeus, também parece ser natural que isso aconteça com um autor de ascendência árabe. Mas também parece algo natural questionar essa defesa, isto é, a parcialidade dela, sobretudo quando está presente em textos de material didático e num livro cuja apresentação informa ao leitor que ele tem nas mãos uma obra capaz de fazê-lo conhecer um pouco da formação de dois povos distintos (GONÇALVES, 2015 p. 44-45).

O que não significa que ignoramos, ou mesmo negamos a legitimidade da existência do Estado de Israel, porém, a versão israelense dessa história já possui um grande canal de difusão na mídia televisiva e na produção cinematográfica ocidental. Mas analisamos por meio da história crítica, e assim notamos que ao longo de mais de setes décadas de conflitos o Estado de Israel tem cometido inúmeras violações dos direitos humanos da população Palestina, e tudo isso com o apoio e conivência de potências mundiais, que não só fecharam os olhos para tais crimes, como muitas vezes até apoiam e financiam projetos do Estado judeu para ampliar a colonização dos TPO. Uma das medidas mais utilizadas contra países que cometem crimes contra a humanidade é a aplicação de sanções econômicas, mas, no caso de Israel isso nunca foi aplicado, pelo contrário, países como os Estados Unidos financiam e repassam dinheiro para que Israel desenvolva armas que depois sejam usadas contra civis palestinos.

Hoje existe com a popularização de vídeos, que tratam sobre conteúdos históricos, muitos deles postados em plataformas de compartilhamentos de vídeos que podem ser acessados com qualquer smartphone, boa parte deles são produzidos a partir das visões pessoais dos seus produtores, onde muitos não demonstram cuidado algum com o conteúdo postado, ou até mesmo sequer citam as fontes de referências, local que tiram suas informações. Muitos desses são usados como fontes de conhecimentos por parte de alguns alunos, que constroem uma visão muito simplista dos fatos históricos. É verdade que hoje, muitos estudantes consultam as chamadas vídeos-aulas, no momento em que os mesmos se preparam para serem submetidos a avaliações. O YouTube, é sem dúvida nenhuma a principal plataforma de compartilhamento de vídeos acessada pelos estudantes.

Algumas destas (vídeo) aulas são produzidas por professores formados ou com conhecimento da disciplina história. Inclusive, muitos desses vídeos são até utilizados por muitos professores no dia a dia da sala de aula, mas assim como ocorre em outras plataformas de compartilhamento de vídeos, também no YouTube, podemos encontrar conteúdos, análises muito simplistas, ou reduzidas a respeito de fatos históricos complexos, o que tem exigido do professor, orientar os seus alunos quanto ao uso de qualquer tipo de vídeo aula.

E todo fato histórico deve ser analisado em diferentes direções e visões, ao avaliado sobre o máximo de pontos de vistas. Mas não estamos aqui para falar de imparcialidade, visto que, todo material didático pedagógico, ele é antes de tudo um produto mercadológico e ideológico, que traz consigo uma intencionalidade, ou reproduzir um discurso de classes dominantes, e isso pode ser observado em diversas nações.

Mas, por que optamos em produzir um livro paradidático? A opção em produzir um material paradidático, se deu a partir da percepção de que existem pouquíssimos materiais que possam auxiliar os professores no momento que estejam apresentando para os alunos a Questão Palestina. Soma-se a isso que nos últimos anos, as editoras têm investido bastante nesse tipo de publicação. Algumas inclusive fazem parte das coleções de livros didáticos oferecidos às escolas. Os livros didáticos de história do 9º ano costumam ser escolhidos pelas editoras, no momento das produções de suas coleções, para abordarem os principais fatos e acontecimentos do século XX e início do XXI, o que faz com que esses exemplares, tenham um número muito grande de conteúdos, isso gera um problema, visto que, em um mundo as mudanças estão ocorrendo cada vez mais rápida. Com isso, os professores de história do nono ano são obrigados a apresentar para seus estudantes fotos com recortes muito longevos como, por exemplo: a ocupação russa da Ucrânia, ocorridas no período da revolução bolchevique, a qual são a origem dos atuais conflitos separatistas nas regiões de Donestik e Lugask, o problema é que a distância entre esses dois fatos que estão diretamente ligadas, chega a ser de mais de 100 anos de diferença.

Outro desafio para os professores do 9º ano é estarem acompanhando, fatos históricos de grande repercussão, mas que ainda não tiveram um desfecho. Porém, estes assuntos já estão sendo inseridos em alguns livros, como, por exemplo: a guerra da Síria.

Apesar de não ser um direito garantido para todas as classes, é fato que a internet está mais acessível a uma ampla maioria da população, e após os anos de 2020 e 2021, no qual a pandemia do Covid 19 obrigou os estudantes a terem aulas remotas, o uso de plataformas de ensino e a realização de vídeos aulas, inseriram ainda mais a internet como uma ferramenta importante de ensino e aprendizagem. Contudo, essa maior inserção da internet nos ambientes

escolares, ainda não reduziu a importância do livro didático como importante recurso pedagógico, pelo contrário a tendência para o futuro é que os livros didáticos sejam cada vez mais interligados à internet, nos quais versões digitalizadas e impressas se complementem.

Mesmo sabendo que os jovens e adolescentes de hoje, passam mais tempo a navegar pelas informações disseminadas em plataformas de vídeos e redes sociais, quando o assunto é escola o livro didático ainda possui um grande espaço, para muitos estudantes ele é visto como uma fonte de verdade, os livros escolares são verdadeiros agentes de memória, (ELHANAM, 2019); por isso são importantes construtores de uma memória coletiva não é à toa que ao longo da história o livro didático foi uma das ferramentas utilizadas por regimes políticos para construir, ou desconstruir imaginários em populações inteiras. Essas estratégias de estigmatizar outros grupos foram amplamente usadas pelo sistema educacional da Alemanha nazista, para justificar a perseguição contra a comunidade judaica, onde as crianças alemãs recebiam livros didáticos com representações negativas e imagens depreciativas sobre judeus. E hoje encontramos semelhanças com o que é feito nos livros didáticos israelenses, nos quais as representações tanto de imagens como de discursos sobre os palestinos trazem referências negativas, ou mesmo apresenta-os como uma cultura atrasada e violenta. Elhanam (2019), realizou uma importante análise dos livros didáticos israelenses, de diversas áreas do conhecimento e faz as seguintes afirmações.

Estudos mostram que os livros escolares israelenses visam inculcar, a memória coletiva criada pelo sionismo que, “constituiu uma memória coletiva judaica completamente nova”. Livros escolares de história, geografia, educação moral e cívica, literatura e até mesmo ciências e gramáticas disseminam de uma maneira ou de outra a grande narrativa sionista.

Como mencionamos anteriormente, o culto da continuidade judaica na terra de Israel/Palestina também significa apagar todos os sinais da existência contínua de palestinos nessa região. Sobre esse aspecto, o professor de literatura Areil Hirschfeld comenta que o credo sionista “Conheça a sua pátria” significa esquecer 2 mil anos de civilização nessa terra e enxergar a vida atual dos judeus em Israel como um prolongamento direto do reino bíblico da Judeia. De fato, 2 mil anos de “ausência” judaica da região, cuja negação é um dos dogmas mais importantes dos sionistas, estão literalmente entre parênteses nos Livros didáticos, como demonstraremos no capítulo 2 desde volume. Essa negação é dúplice, pois oculta o mundo da vida histórico tanto dos judeus “exilados” quanto da Palestina sem os judeus nativos. De acordo com o mito da continuidade, a própria terra foi condenada a uma espécie de exílio no período em que não houve supremacia judaica sobre ela: “Ela não possuía história significativa ou autêntica, aguardando a sua redenção como o retorno dos Judeus. Piterberg explica que o slogan sionista: “Uma terra sem povo para um povo sem terra” não significa que a terra estava literalmente desocupada, mas que estava sem os seus guardiões históricos e era ocupada por intrusos sem significado. p. 35 e 38.

A autora demonstra com isso, o quanto os livros, assim como outros processos realizados na educação, servem como construtores de memórias, e auxiliam na transmissão para as novas gerações do discurso sionista de que a Palestina é o lar dos judeus, e que a

comunidade árabe, que habita a mesma região há séculos, são invasores que devem ser expulsos das terras. Sendo assim, uma educação a serviço do Apartheid.

## Capítulo -5: A Questão Palestina como modelo de ensino descolonizador

A educação brasileira tem avançado no que se refere ao ensino das relações étnicas racial. Muito disso é resultado da lei 11.645 aprovada em 2008, que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira. Contudo, temos que reconhecer que por vezes os preconceitos contra os negros e outros grupos sociais são fortalecidos pelo próprio livro didático, visto que, a educação e principalmente o currículo, ainda carregam uma forte presença eurocêntrica com enfoque em temáticas e conteúdo que colocam o continente europeu como o centro dos acontecimentos mundiais.

Temos que reconhecer que o Brasil foi colônia de Portugal, uma nação europeia, e esse passado obviamente influenciou muito a formação dos currículos e dos modelos pedagógicos adotados no Brasil ao longo dos séculos. Por mais empenho e reformulações que foram feitas, nos últimos tempos, a educação brasileira tem muita dificuldade de romper com valores coloniais; o que levam os estudantes a reproduzirem valores, aspectos culturais e formas de vida do velho continente. (FANON, 1968) afirma que o intelectual colonizado, usa emprestada a língua do ocupante, e por mais esforço que faça permanece distante das necessidades do seu povo.

E com a disciplina história não é diferente, a maioria do conteúdo faz ligação à formação da sociedade europeia, é o que aprendemos a chamar de “História Geral” que usa como referência dos acontecimentos, a história da Europa. É importante salientar, que não estamos propondo uma substituição desse modelo cronológico por outro, até porque os próprios historiadores têm dificuldade de substituir esse modelo. Porém, o nosso passado colonial, somado com a reprodução desses conteúdos, dificulta a abordagem e a compreensão das heranças pós-coloniais, e seus debates dentro dos livros de história.

A Questão Palestina, é um dos últimos bastiões do colonialismo existente na atualidade,<sup>1</sup> por ser um conflito que perpassa importantes períodos do chamado pós-guerra. Por estar inseridos na grade curricular do 9º ano do ensino fundamental II, o mesmo permite ao professor

---

<sup>1</sup> Na qualificação nos comprometemos a submeter esse texto para que fosse corrigido por pessoas ou entidades de origem Palestina. Contudo, somente os professores Drº Fabio Bacila Sath, e Msª Ashjan Sadique Adi realizaram as correções. A embaixada da Palestina no Brasil, e Ualid Rabah presidente da FEDERAÇÃO ARABE PALESTINA DO BRASIL (FEPAL): Não retornaram as correções do texto a tempo da Banca de Defesa do Mestrado.

transitar por diversos contextos e períodos históricos. O Oriente Médio, por exemplo, é uma região pertencente ao continente asiático, mas que viveu um processo de colonização diferente de outras partes dominadas pelas potências europeias no século XIX, mas isso não livrou a região das práticas de eugenia e exploração territorial, características do Neocolonialismo (Said 2011, p. 88) afirmou:

O imperialismo era a teoria, o colonialismo era a prática de transformar os territórios vagos e sem utilidade do mundo em versões úteis da sociedade metropolitana europeia. Tudo que surgisse desperdício, desordem, recursos não contados deveria se transformado em produtividade, ordem, riqueza tributável, potencialmente desenvolvida.

Enquanto ocorria a chamada partilha da Ásia, o Oriente Médio estava sobre o controle do império otomano, império este que deixou de existir após a Primeira Guerra Mundial; depois deste conflito, grande parte da península arábica, o que incluía a região da Palestina, passou para o mandato britânico, e ficou sobre o controle do Reino Unido até o final da Segunda Guerra Mundial.

A Guerra Fria, o processo de descolonização da África e da Ásia, a queda do muro de Berlim e o fim do socialismo no continente europeu, os anos 90 e a consolidação da globalização, e recentemente a chamada guerra ao terror, e acessão de regimes extremistas, como o Estado Islâmico. Todos esses períodos citados conseqüentemente viraram assuntos da disciplina história no 9º ano, e ocorreram enquanto o colonialismo israelense na Palestina esteve, e continua em curso, o que dá margem para afirmamos que a ocupação israelense nos territórios palestinos ocupados, configura uma colonização, é amparado nas afirmações feitas por diversos pesquisadores que classificaram a ocupação israelense dos TPO como um **colonialismo**, (YIFTACHEL, 2011, SCHOENMAN, 2008, ANGELA DAVIS 2018, RICHARD FALK 2019. SAHD 2020, MBEMBE 2018) este último descreve o colonialismo da seguinte forma:

A “ocupação colonial” em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação de controle físico e geográfico, inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais “territorialização” foi, enfim equivalente; a subversão das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. p. 39.

O autor chega, inclusive a afirmar, que a ocupação israelense na Faixa de Gaza, configura-se como um “necropoder” marcado pela fragmentação territorial, expansão de assentamentos, ainda segundo Mbember (2018), a situação na Palestina, é um verdadeiro Apartheid, onde as formas de segregação racial praticadas por Israel se assemelhariam as que vigoraram na África do Sul entre 1948 e 1994.

Matar se torna um assunto de alta precisão. Tal precisão é combinada com as táticas de sítio medieval adaptada para a expansão da rede em campos de refugiados urbanos. Uma sabotagem orquestrada e sistemática da rede de infraestrutura social e urbana do inimigo complementa a apropriação dos recursos de terra, água e espaço aéreo. Um elemento crucial nessas técnicas de inabilitação do inimigo é a terra arrasada (bulldozer); demolir casas e cidades; bombardear e obstruir comunicações eletrônicas; escavar estradas; destruir transformadores de energia elétrica; arrasar pistas de aeroporto; desabilitar os transmissores de rádio e televisão; esmagar computadores; saquear símbolos culturais e políticos burocráticos do Proto-Estado Palestino; saquear equipamentos médicos. Em outras palavras, levar a cabo uma “guerra infra estrutural”.

Como ilustra o caso palestino, a ocupação colonial contemporânea é um encadeamento de vários poderes: disciplinar, biopolítico e necropolítico. A combinação dos três possibilita ao poder colonial a dominação absoluta sobre os habitantes do território ocupado. O “estado de sítio” em si é uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são alvos do soberano. As vilas e cidades sitiadas são cercadas e isoladas do mundo. A vida cotidiana é militarizada. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. O deslocamento entre células territoriais requer autorizações formais. Instituições civis locais são sistematicamente destruídas. A população sitiada é privada de suas fontes de renda. Às execuções a céu aberto soma-se matanças invisíveis. p. 47 e 49.

Outro intelectual que também ratifica esta afirmação, trata-se do erudito palestino Edward Said (2011), que acrescenta ainda que o projeto colonial sionista não foi construído como resultado das guerras que Israel travou contra seus vizinhos, muito menos é justificado pela necessidade de manter fronteiras seguras e com isso garantir a existência do Estado judeu. O colonialismo israelense foi premeditado, ainda na Primeira Guerra Mundial; ou seja, visou conquista o máximo de terras na Palestina, por meio de expulsões, migrações e colonização, á cerne do propósito sionista quando este iniciou as imigrações e ocupações na Palestina.

O sionismo como Chaim Weizman, disse de maneira muito clara após a Primeira Guerra Mundial, se aliou aos poderes imperialistas para levar adiante seu plano de estabelecer um novo Estado judeu na palestina e, salvo em termos negativos, não pensou nos “nativos”, que deveriam aceitar passivamente os projetos para sua terra. Como até mesmo historiadores sionistas como Yehoshua Porath e Neville Mendel demonstraram de maneira empírica, as ideias dos colonizadores judeus na palestina (muito antes da primeira guerra) sempre encontraram uma inquestionável resistência nativa, não porque a maioria não aceite de bom grado que seu território fosse colonizado por estrangeiros. (Said, 2011, p. 92)

Na maioria das coleções de livros didáticos do 9º ano, logo no final do assunto sobre a Segunda Guerra Mundial, aparece o Holocausto Nazista, que apresenta a forma cruel e desumana a qual a Alemanha nazista perseguiu, prendeu, e exterminou milhões de judeus, comunistas, ciganos, eslavos, russos, homossexuais e pessoas com algum tipo de deficiência, um dos maiores genocídios de toda história da humanidade. Um assunto já densamente explorado pela indústria cinematográfica, que continua usando o holocausto judeu como contexto de grandes produções A lista de Schindler, 1993, e O menino do Pijama Listrado em 2008, só como exemplos, além de séries e diversos documentários já produzidos, a literatura

também explora o drama vivido pelos judeus, como um importante tema para obras de ficção, ou biografia (O Diário de Anne Frank, por exemplo), sem falar que, até mesmo super-heróis dos quadrinhos, têm personagens com origens judaicas, como, por exemplo, a Mulher Maravilha da editora DC Comics e Magneto um dos vilões do X-Men da Marvel.

Diante dessa realidade podemos afirmar que antes mesmos de estudarem o Holocausto, muitos deles já no mínimo ouviram falar das atrocidades cometidas contra o povo judeu. E no momento que estudam esse assunto na disciplina de história, é esperado que no mínimo tudo isso gerasse uma sensibilidade com a história do povo judeu. É importante lembrarmos que foi justamente essa sensibilidade com o drama judaico, um dos motivadores por parte da comunidade internacional em apoio à criação do Estado de Israel. Porém, o que os livros de história não falam é que, após viverem o drama do holocausto, os membros do movimento sionista, e muitos sobreviventes ou parentes dos mesmos que viveram todo esse horror e barbárie perpetrados pelos nazistas, estariam praticando outros atos de barbáries contra os palestinos e promovendo uma verdadeira limpeza étnica na região (PAPPE, 2006), o que nas palavras de Said 2011:

O sionismo nunca se afirmou explicitamente como um movimento de libertação judaica, mais sim como um movimento colonial de assentamentos no oriente. Para aqueles palestinos que o sionismo deslocou, não é de modo algum justificativa suficiente, que os judeus tenham sido vítimas de antissemitismo europeu e, diante da opressão constante de Israel poucos palestinos conseguiram ver além de sua realidade, isto é, depois de serem as vítimas os judeus ocidentais tornaram-se os opressores em Israel de árabes palestinos orientais (SAID 2011, p.78)

Precisamos afirmar que, não estamos aqui para fazer nenhum tipo de negação ou relativização do Holocausto vivido pelos judeus, a nossa crítica é voltada para uma pergunta: porque o sofrimento vivido pelos palestinos, e praticado pelo Estado de Israel não recebe o mesmo destaque na mídia, no cinema, na literatura, e por vezes até mesmo na produção acadêmica sobre este conteúdo? Já que não existe sofrimento maior ou menor entre os povos, tudo é sofrimento.

Os alemães de hoje não podem ser culpados pelos crimes cometidos pelos seus compatriotas da Alemanha nazista, bem como não são todos os judeus que apoiam os atos de violência que o governo israelense pratica contra os palestinos; mas é preciso que se reconheça que muitos dos que sobreviveram aos campos de concentração, exploram a memória do holocausto para negar, relativizar ou mesmo justificar, as políticas colonialistas e racistas perpetradas pelo Estado de Israel. Inclusive, o massacre colonial de 2014 contra Gaza despertou esse debate no seio da própria comunidade judaica internacional, ao opor o uso feito da memória do Holocausto por sionistas e antissionistas (SAHD, 2015).

O antissemitismo vivido por muitos judeus em várias partes do planeta, e principalmente no mundo ocidental, é usado até hoje por alguns grupos judeus para justificar as ações por parte do Estado de Israel (MEARSHEIMER, J.WALT, 2006). Sob essa premissa, os autores argumentam, também, que aqueles que são contra Israel enfrentariam acusações de antissemitismo, um discurso que obviamente distorce a realidade e é usado por muitos sionistas para justificar as operações militares e ataques que Israel promove contra o povo palestino, é a velha alegação do “direito de defesa”. Muitos especialistas que pesquisam o Lobby sionista, principalmente nos Estados Unidos, afirma que seria este, os responsáveis por dificultar e em alguns casos até mesmo impedir as denúncias de violações de direitos humanos praticados por Israel nos TPO sejam divulgada, como afirmou (MEARSHEIMER, J.WALT, 2006).

Os judeus americanos criaram um conjunto impressionante de organizações para influenciar a política externa americana, das quais o Aipac é a mais poderosa e mais conhecida. Em 1997, a revista *Fortune* pediu a membros do Congresso e a suas equipes que listassem os lobbies mais poderosos de Washington. O Aipac ficou em segundo lugar, atrás da American Association of Retired People mas à frente da AFLCIO e da National Rifle Association. Um estudo do *National Journal* de março de 2005 chegou a conclusão semelhante, situando o Aipac em segundo lugar (empatada com a American Association of Retired People) na “lista dos mais influentes” de Washington. O Lobby também inclui destacados cristãos evangélicos como Gary Bauer, Jerry Falwell, Ralph Reed e Pat Robertson, além de Dick Arme e Tom DeLay, ex-líderes da maioria na Câmara dos Deputados, e todos eles acreditam que o renascimento de Israel é o cumprimento de uma profecia bíblica e apoiam a agenda expansionista de Israel. Grupos de interesse podem pressionar deputados eleitos e membros do Executivo, fazer doações para campanha, votar nas eleições, tentar moldar a opinião pública etc. O Lobby de Israel não é diferente do lobby da agricultura, do lobby do aço ou dos sindicatos de trabalhadores da indústria têxtil, nem dos lobbies étnicos. Não há nada de impróprio na tentativa dos judeus americanos e de seus aliados cristãos de controlar a política dos Estados Unidos: as atividades do Lobby não são uma conspiração do tipo descrito em tratados como os *Protocolos dos Sábios do Sião*. Na maioria, os indivíduos e grupos que o compõem estão fazendo apenas o que outros grupos de interesse especial fazem, só que fazem muito melhor. Em contraste, os grupos de interesse pró-árabes, quando existem, são fracos, o que torna ainda mais fácil a tarefa do Lobby de Israel. p. 51

Contudo, em um mundo cada vez mais conectado às redes sociais, fica cada vez mais difícil para Israel esconder esses crimes. Se tratando de que apesar das restrições e desafios impostos pela força de ocupação, boa parte da população Palestina tem acesso à internet, e faz uso de redes sociais para denunciar o dia a dia da ocupação israelense nos TPO.

## **Considerações Finais**

A escolha de produzimos um material de apoio sobre a Questão Palestina, voltado para estudantes do 9º ano do ensino fundamental II, não se justifica unicamente por ser uma defesa ideológica da luta dos palestinos para alcançar um Estado e livre independente na Palestina, tão pouco nosso interesse é disseminar aqui ideias antissemitas, mesmo porque, reconhecemos as

contradições e atos de violência praticados por grupos de resistências palestinos, contra civis israelenses.

Contudo, mesmo ao saber que em um conflito existem dois lados, e que ambos reivindicam suas razões, isso não exclui o passado histórico e todas as arbitrariedades que o colonialismo israelense perpetra contra a população palestina, neste que é um dos mais longevos conflitos da história. Por mais que a Questão Palestina encontre hoje outros espaços de divulgação, principalmente por meio de páginas e canais de vídeos dispostos na internet, é por meio dos livros didáticos que muitos estudantes continuam tendo contato com esse conteúdo, e as narrativas contidas nos textos ainda são para muitos jovens a única fonte de verdade.

Soma-se a isso, a crescente e cada vez maior apologia e exaltação das narrativas judaicas feitas por muitas religiões neopentecostais, que invisibilizam a história e presença de outros povos habitantes da região da Palestina, que não seja o povo Hebreu, e isso somado ao Lobby judaico que impedem a divulgação das violações aos direitos humanos que o Estado de Israel comete contra o povo palestino, torna a produção de um material paradidático, que apresenta a história da Palestina, sobre o olhar do drama palestino, é mostra para estes estudantes a trajetória de um povo que há anos luta e resiste para um dia formar um Estado livre, independente e soberano.

Entendemos que produzir um material de apoio que complemente o discurso presente nos livros didáticos, conteúdo este que é obrigatório da grade curricular da disciplina de História do 9º ano da educação básica, é mais do que reconhecer nossa parcialidade a favor da causa Palestina, é denunciar a existência de um regime colonialista e de Apartheid, invisibilizado pela mídia de massa, e até mesmo pelo próprio livro didático.

## REFERENCIAS:

Alzoubi, Ahmad. Relações Brasil-Palestina-Israel. São Paulo: Editora MEMO, 2021

BARKAY,R.Nenhuma Mulher Será Livre até que Todas as Mulheres Sejam Livres: um olhar sobre o conflito israelense-palestino. Rafaela Barkay. PSICOLOGIA POLÍTICA. VOL. 16. Nº 35. PP. 53-70. JAN. – ABR. 2016.

BASENACIONALCOMUM.MEC.GOV.BR

CARACIKI, L. A aposta antissionista: a equação do sionismo como racismo na resolução 3379 da Assembléia Geral das Nações Unidas (1975). 2013.166 f. Dissertação (Mestrado em Historia) -Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHIS), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro,2013.

CRUZ, D,J e SAHD,F. Epistemologias do Sul: Pensamento Social e Político em/desde/para América Latina, Caribe, África e Ásia. Dossiê: Corpos e sujeitos na/da modernidade. Volume 4, número 1, 2020. ISSN: 2526-7655 Foz do Iguaçu/PR: Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

CRUZ, D,J, A guerra entre Israel e o Hezbollhar de 2006 através da revista Veja. Monografia (Licenciatura em História) - UNIVERDADE ESTADUAL DE SANTA (UESC) ILHÉUS, 90 p. 2012.

Davis, Angela,A liberdade é uma luta constante; organização Frank Barat ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2018.

DE ORTE, P. A mídia como arma de guerra e a batalha no campo ideacional: O conflito entre árabes e israelenses. 2016. 108 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Tradução José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1968.

FONTOURA, A. Teoria da história. Curitiba: ed InterSaberes, 2016.

GORDON, Neve. Israel's occupation. Los Angeles: University of California Press, Ltd., 2008.

HERZBRUN, S. D.AS MULHERES E A CONSTRUÇÃO DO SENTIMENTO NACIONAL PALESTINO. Paris: Centre de Sociologie des Pratiques et des Représentations Politiques,

Université Paris 7/Denis Diderot. cadernos pagu (4) 1995: 1996. pp. 173-186.Tradução de Ricardo Augusto Vieira - Mestrando em Filosofia, UNICAMP.

HROUB, Khaled. HAMAS um guia para iniciantes.Trad. Lilian Palhares. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2008.

HUMAN RIGHTS WATCH. Separate and Unequal Israel's Discriminatory Treatment of Palestinians in the Occupied Palestinian Territories . web site, December 2010. Disponível em: < <https://www.hrw.org/report/2010/12/19/separate-and-unequal/israels-discriminatory-treatment-palestinians-occupied#> >. Acesso em 20 Out.2018.

HUMBERTO, D, G: Relações entre Palestina e Israel à construção dos sentidos no livro paradidático de história Monografia apresentada como requisito para a conclusão do curso de História — Licenciatura e Bacharelado, da Universidade Federal de Uberlândia. Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais Uberlândia, MG Junho de 2015.

INÉS, RAITER, 2000. CUANDO SE LUCHA POR EL PODERDECIR: A PROPÓSITO DEL DISCURSOZAPATISTA. CADERNO CRH, Salvador, n. 32, p. 131-148, jan./jun. 2000.

KARNAL, Leandro. Ponto de Apoio: Oriente Médio. São Paulo: Editora Scipione, 1994.

KEPELIOUK, A . Arafat: o irreduzível. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Planeta, Brasil,2014.

LAGUNA, A. A Contribuição do Livro Paradidático na Formação do Aluno-Leitor. Augusto Guzzo Revista Acadêmica, v. 02, p. 43-51, 2001.

MABILIA, A. Viagem à Palestina: prisão a céu aberto-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MASALHA, Nur. Políticas de la negación. Israel y los refugiados palestinos. Madrid: Biblioteca del Islam Contemporáneo, 2005.

MEARSHEIMER, J.WALT,S. O LOBBY DE ISRAEL. Trad Otacílio Nunes Jr Artigo publicado na London Review of Books 2006.

MONTEIRO.G. L Os diferentes feminismos da mulher palestina e israelense Feminismos transnacionais . 27 de Março de 2020.

PAPPE, Ilan (2006). The ethnic cleansing of Palestine. Oxford: Oneworld Publications Limited. Peace and its discontents. Essays on Palestine in the Middle East Peace

RICHARD, Falk. Informe del Relator Especial sobre la situación de los derechos humanos en los territorios palestinos ocupados desde 1967, 2014. (A/HRC/25/67) Disponível em: [http://ap.ohchr.org/documents/dpage\\_e.aspx?m=91](http://ap.ohchr.org/documents/dpage_e.aspx?m=91). Acesso em 12 Set. 2018.

ROSENTHAL, R. Angela Davis: o internacionalismo negro com foco na Palestina. Jornal GGN O jornal de todos os Brasis. Brasil: 22 de novembro de 2019

ROUDINESCO, E. Retorno à questão Judaica, Trad. Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

SACCO, Joe. Palestina: Uman nação ocupada. Trad Cris Siqueira. São Paulo. Editora Conrad do Brasil, 2000.

SACCO, Joe. Palestina: Na Faixa de Gaza. Trad Cris Siqueira. 2ª ed. São Paulo. Editora Conrad do Brasil, 2005.

SAHD, F.B. Patrimônio e Memória: Recordando a barbárie para libertar ou oprimir: usos e abusos mnemônicos do nazismo. São Paulo, Unesp, v. 11, n.1, p. 238-261, janeiro-junho, 2015. ISSN – 1808–1967

SAHD, F.B: A questão palestina como questão colonial e práxis intelectual de Edward Said. Intellèctus, ano XIX, n. 2, 2020, p. 347-371.

SAID, Edward W. A questão Palestina. Tradução Sonia Midori, São Paulo: Editora Unesp, 2012.

SCHOENMAN, Ralph. A história oculta do sionismo. A verdadeira história da formação do Estado de Israel. São Paulo: Sundermann, 2008.

THOMSON, Ana Beatriz A. Os paradidáticos no ensino de História. REVISTA DO LHISTE, v. 3, p. 27-49, 2016.

WADI.S. Feminismos de corpos ocupados: as mulheres palestinianas entre duas resistências. 2009. 88 p. Dissertação de Mestrado em Estudos Feministas, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

YIFTACHEL, Oren. Etnocracia. Políticas de tierra e identidad en Israel/Palestina. Madrid (Esp): Bósforo Libros, 2011.

YOUSEF, M,H. Filho do Hamas. Trad Marcello Lino. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.

## **ANEXO: LIVRO PARADIDÁTICO**

## TITULO: A HISTÓRIA DA PALESTINA.

**Capítulo -1 O que é a Palestina:** A Palestina é uma região que fica localizada no Oriente Médio, é banhada pelo mar Mediterrâneo ao oeste e tem no rio Jordão sua principal fonte de água, o clima quente e seco, formado pelo deserto de Neguev e pelo vale da Galileia. É muito provável que você já tenha ouvido falar dessa região, pois eventos históricos ocorreram nela ao longo de milênios, vamos lembrar? A ocupação da Palestina remonta o Paleolítico, inclusive na Palestina, encontra-se a cidade mais antiga do mundo, Jericó, foi lá também que se desenvolveu a famosa civilização hebraica, onde se construiu a primeira religião monoteísta da história, o judaísmo, que influenciou com sua cultura e, sobretudo com a religião a sociedade ocidental, é só lembramos que foi na Galileia situada na Palestina, que segunda a bíblia teria nascido Jesus Cristo, e após a sua morte nasceria uma das principais religiões monoteísta da história, o cristianismo, que herdou muitos elementos da religião judaica, fazendo nascer os valores judaico-cristãos, que são à base do mundo ocidental.

**Figura -1**



Fonte: AGÊNCIA FRANCE PRESSE:

[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2019/07/02/interna\\_mundo,767494/basilica-da-natividade-e-sai-de-lista-de-patrimonio-mundial-em-perigo.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2019/07/02/interna_mundo,767494/basilica-da-natividade-e-sai-de-lista-de-patrimonio-mundial-em-perigo.shtml). Acessado em : 02/11/2023.

Ao Longo da história, a Palestina foi conquistada por diversos povos, alguns dos quais você já deve ter visto em algum livro de história, ou em filmes, ou até mesmo na

própria bíblia, por exemplo: assírios, persas, gregos, árabes, romanos, cruzados europeus, bizantinos e Otomanos. A origem do nome Palestina vem do latim, e foram os romanos que deram esse nome à província, que segundo a bíblia era a terra dos filisteus, (filistim, terra dos Filisteus). A identidade nacional Palestina existe há muitos séculos, mais precisamente desde que os turcos otomanos conquistaram esse território no ano de 1516 d.C. Os palestinos são uma mescla de grupos que permaneceram na região depois da diáspora hebraica, em 70 anos D.C., e é composta também da descendência de tribos hebraicas, comunidades convertidas ao cristianismo e ao islamismo, e logo depois foram formadas por outros grupos árabes que ocuparam a região. A Palestina tem hoje a seguinte divisão étnica: judeus oriundos da Europa Oriental, e Ocidental sefarditas, (judeus do norte da África e Oriente Médio), uma população árabe formada por drusos, palestinos com cidadania israelense, beduínos, da Galileia e Negev, depois os palestinos dos territórios de Jerusalém oriental, Cisjordânia e Faixa de Gaza.

A comunidade internacional chama de palestinos a comunidade árabe que vivem na região que formou o Estado de Israel em 1948 e os árabes que vivem nos chamados Territórios Palestinos Ocupados (Cisjordânia e Faixa de Gaza), 93% desta população Palestina são muçulmanas, outros 6% são cristãos e o restante formado por grupos religiosos menores como drusos e samaritanos, além desse percentual existem centenas milhares de palestinos e seus descendentes que vivem em países vizinhos na condição de refugiados. O Keffiyeh é um lenço que os palestinos costumam usar sobre a cabeça, e é considerado um símbolo nacional palestino. A bandeira da Palestina tem as cores, preta, branca, vermelha e verde.

**Figura-2**

Fonte: BY BIA MERLIN <http://omurodemerlin.blogspot.com/2015/07/moda-keffiyeh-o-lenco-palestino.html>. Acessado em 02/11/2023.

**Figura -3**

Desde o nascimento de Cristo, a região da Palestina se tornaria um dos principais lugares do mundo para a realização de peregrinações religiosas, do que hoje é o chamado turismo de fé. Cidades como Belém, Jerusalém, Nazaré, são destinos de cristãos do mundo todo. Celebrações como a via cruces nas ruas de Jerusalém e do Natal em Belém, recebem muito destaque na imprensa internacional. E é justamente nessa terra apelidada de “Terra Santa” sagrada para cristãos, mulçumanos e judeus, que se desenrola um dos

conflitos mais antigos da história atual, que vem se desdobrando há quase 100 anos. Por vezes temos a impressão que estamos falando de dois lugares diferentes, um conhecido pelos locais sagrados e sítios arqueológicos, e outro marcado pela morte e derramamento de sangue. (imagem 1 Em Anexo)

Mas na Palestina, não se encontra somente religiosidade, ou vestígios da antiguidade, ou histórias de violência, há também uma forte atividade turística, uma diversidade cultural, uma agricultura forte, com destaque para a produção de vinhedos e oliveiras, artesanato e comércio.

Na atualidade, a Palestina é formada pelo Estado de Israel e por dois territórios ocupados militarmente pelos israelenses desde a Guerra dos Seis dias em 1967, são a Cisjordânia, região que fica entre o Estado de Israel e a reino da Jordânia, a cidade de Jerusalém Oriental, a qual é a parte oriental da cidade; de maioria árabe muçulmana, porém essa maioria foi sendo reduzida ao longo das últimas décadas, por meio da expulsão dos palestinos locais para assentamentos de judeus, e a Faixa de Gaza, um pequeno território que faz fronteira entre Israel e o Egito essas duas localidades são mundialmente reconhecidos como de Territórios Palestinos Ocupados, cuja sigla é TPO. E em 1993, palestinos e israelenses assinaram um acordo de Paz, mediado pela ONU, no qual ambos os lados aceitaram que a Cisjordânia e a Faixa de Gaza deveriam formar no futuro um Estado Palestino e é com base nesse acordo, e no reconhecimento internacional, que nos limitaremos a apresentar fatos e realidades vividas pela população árabe Palestina, desses dois territórios. Em 2005 Israel retirou suas tropas do interior de Gaza, porém impõe um bloqueio militar que controla os acessos à Gaza por terra, mar e ar.

**Figura -4****Fronteiras atuais de Israel**

Fonte: BBC. Em 3 mapas, como território palestino encolheu e Israel cresceu desde partilha da ONU em 1948. <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57147042> Data. Acessado em: 02/11/2023.

A população Palestina corresponde atualmente a cerca de 4,98 milhões de habitantes (dados de 2019) distribuídos em, 2,99 milhões vivendo da Cisjordânia, e 1,99 milhões vivendo na Faixa de Gaza outros 300.000 residindo em Jerusalém oriental, desse total de pessoas 2,2 milhões de habitantes dos Territórios ocupados são registrados com status de refugiados, e outros 3,2 milhões palestinos vivem na condição de refugiados fora dos TPO, que de cerca de 40% da população palestina é jovem com idades entre 0 a 14 anos, e a expectativa de vida da população é de 73,8 anos, existem também aproximadamente 1,9 milhão de palestinos que vivem em Israel, são conhecidos como árabes israelenses. (imagem 2 Em Anexo)

### **A cidade de Jerusalém**

Jerusalém é considerada sagrada para às três principais religiões monoteístas do mundo, que, surgiram no Oriente Médio, duas delas (judaísmo e cristianismo) na própria Palestina. Para os judeus a cidade de Jerusalém é sagrada, pois o Rei Davi a proclamou como a capital dos Hebreus no século X a.C, e onde também se localizou o templo do rei Salomão, que após ter sido destruído pelos romanos, sobrou apenas uma parte chamado de muro das lamentações, o lugar mais sagrado para o judaísmo no mundo. Para os cristãos a cidade de Jerusalém é sagrada tanto pelas referências do Antigo Testamento, como pela relevância que esta cidade teria tido na vida de Jesus Cristo, pois segundo a bíblia, Jesus teria sido levado para a cidade logo após o seu nascimento. Além

disso, a última ceia teria ocorrido na mesma cidade, onde inclusive foi lá onde teria ocorrido sua crucificação. (imagem 3 Em Anexo)

Já para os muçulmanos, Jerusalém é sagrada, pois, na parte oriental encontra-se à mesquita de Al-Aqsa, para onde Maomé teria sido levado milagrosamente e a Cúpula da Rocha, local que os muçulmanos acreditam que Maomé ascendeu ao céu. Devido a sua importância histórica e religiosa, Jerusalém é conhecida mundialmente como um local de peregrinação, tradição que vem desde a antiguidade, cabe lembrarmos, que, durante a expansão do Império Islâmico, esta cidade caiu sobre o domínio dos reinos árabes, que passaram a proibir as visitas dos peregrinos cristãos, um dos argumentos defendidos pelos europeus para a realização das chamadas cruzadas medievais entre os séculos XI e XIV.

**Figura-5**



Fonte: Berthold Werner/Wikimedia Commons.

<https://globorural.globo.com/Noticias/Economia/noticia/2018/11/tel-aviv-ou-jerusalem-embaixada-e-o-comercio-do-brasil-com-arabes-e-israelenses.html>. Acessado em: 02/11/2023.

Na atualidade, Jerusalém segue sendo um ponto central de disputas entre dois povos, desta vez estão os palestinos e os israelenses de religião judaica. Antes da fundação do Estado de Israel, Jerusalém já era considerada a capital da província da Palestina, a ONU sabendo da importância religiosa que a cidade exerce sobre às três religiões, quando aprovou o plano da partilha da Palestina, determinou que a cidade

passa-se para a administração internacional, mas isso não aconteceu, visto que, assim como ocorreu com o plano de partilha da Palestina, após um conflito travado entre as forças israelenses e uma coalisão de exércitos árabes, que durou de 1948 a 1949, que terminou com a vitória de Israel, chamado de Guerra de Independência, a cidade de Jerusalém ficou dividida em duas zonas, onde a zona ocidental ficou sobre ocupação israelense e zona oriental sobre ocupação da Jordânia; contudo, após outra guerra, chamada de Guerra dos Seis Dias, Israel ocupou militarmente toda a cidade de Jerusalém, assumindo o controle dos lugares sagrados para às três religiões.

### **O Sionismo**

O movimento sionista tem um caráter, nacionalista, colonial, com vertentes laicas e religiosas, fundado por Theodor Herzl, nascido em 1860, na cidade de Pest (posteriormente Budapeste, Hungria), no final do século XIX, tinha como principal objetivo a criação de uma pátria para os judeus na Palestina. É fato que os judeus nunca deixaram completamente a Palestina após a diáspora judaica em 70 d.c., e ao longo dos séculos a região sempre foi habitada por grupos judeus, mesmo em número pequeno. O movimento sionista teve forte adesão principalmente de judeus da Europa Oriental, e com o lema “Uma terra sem povo para um povo sem Terra”, ainda no final do século XIX organizaram uma onda imigratória para a Palestina, quando a mesma ainda era uma província do Império Otomano. É importante destacar que os judeus sionistas sempre tiveram consciência da existência dos árabes palestinos, e que eles representavam a maioria da população, mas ignorando essa realidade os judeus iniciaram uma imigração e incentivam judeus do mundo todo a fazer o mesmo, ignorando completamente os direitos dos moradores nativos.

O sionismo recebeu um importante apoio ainda no decorrer da Primeira Guerra Mundial, com a assinatura da chamada declaração Balfour, que afirmava que, o Império Britânico estaria disposto a apoiar a formação de uma pátria para os judeus na Palestina. Ao chegar ao território, os judeus compravam terras para formar os chamados Kibutz, que são espécies de assentamentos agrícolas povoados apenas por judeus, que viviam da agricultura e criação de animais; eram fortemente protegidos pelos moradores locais.

Construir uma pátria para os judeus na Palestina não era o único objetivo do sionismo, existia também o desejo de assumir o controle de outras regiões povoadas por árabes para reestabelecerem os domínios dos antigos reinos Hebreus. Para isso foi criado um fundo internacional judaico com o propósito de arrecadar dinheiro para incentivar a

migração e ajudar no desenvolvimento das colônias locais. A vinda de judeus, principalmente da Europa para a Palestina, ganhou mais intensidade depois do ano de 1933, ano em que Adolf Hitler, à frente do partido nazista, assumiu o poder na Alemanha e como consequência impôs uma série de leis segregativas e perseguições contra os judeus alemães.

Para o movimento sionista agora a missão era dupla, ajudar o máximo possível de judeus a escapar da morte em uma Europa em guerra, e, ao mesmo tempo, usar essa migração para fortalecer a luta pela criação de uma pátria judaica na Palestina.

Na atualidade o movimento sionista é visto como o principal motivador da política de colônias judaicas na região, que apesar de serem considerados ilegais pela comunidade internacional, o estado de Israel continua construindo e ampliando essas colônias nos TPO, e tem feito isso por meio de expulsões de moradores palestinos e demolições de residências. É importante salientar também que o sionismo é uma ideologia, e que apesar de não ser seguida por toda população israelense, continua fortemente a influenciar uma gama de autoridades políticas e religiosas em Israel, com forte adesão dentro das forças armadas israelenses, que, é de onde saem grandes lideranças políticas em Israel, essa ideologia é reforçada pela educação israelense, que exclui a existência dos árabes palestinos, ou mesmo os representam como um grupo atrasado culturalmente e perigosos, bárbaro, construindo um discurso racista para reforçar o projeto colonial sionista. (imagem 4 Em Anexo)

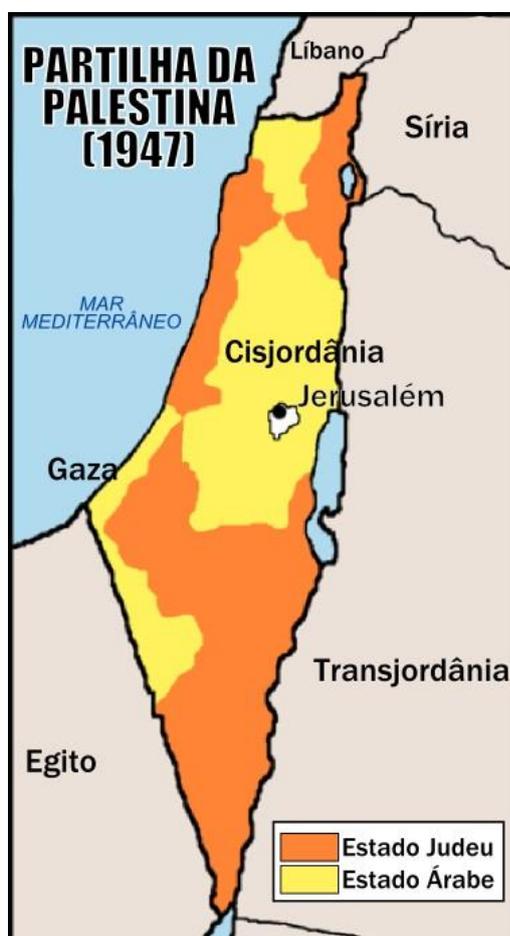
### **A fundação do Estado de Israel**

O Império Otomano, controlou a região da Palestina até o início do século XX, mais precisamente até a Primeira Guerra Mundial, que resultou no desmoronamento do Império Otomano e suas províncias foram divididas entre os países vencedores da Tríplice Entente, (Grã-Bretanha, França, Estados Unidos) a Palestina ficou sob controle dos Britânicos, porém, os choques entre os palestinos, e os judeus, ficaram cada vez mais frequentes e violentos, devido ao aumento da imigração de judeus para a região, agravada após as perseguições nazistas. O crescimento da comunidade judaica provocou tensões com a população árabe Palestina, que além de resistir ao controle britânico também era contra a presença cada vez maior de imigrantes judeus na região. (imagem 5 Em Anexo)

Se vendo incapaz de resolver esse conflito, a Grã Betânia colocou essa questão para a ONU, que aprovou a Resolução 181, que estabeleceu um plano de Partilha da Palestina, no qual os judeus que eram 31% da população ficaram com 54% das terras,

enquanto os outros 69% da população árabe palestina ficariam com 46% das terras. O plano de partilha foi aprovado e no dia 14 de maio de 1948 foi fundado o Estado de Israel. Esse plano de partilha da Palestina é visto até hoje como uma dá mais polêmicas e controversias decisões aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas, visto que, priorizou uma população colonizadora, de origem europeia, que era uma minoria no território, em detrimento da população nativa.

**Figura-6**



"Mapa da partilha da Palestina pela ONU em 1947"

Fonte: UOL <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/questao-palestina.htm>. Acesso em: 11/11/2023.

Logo após a declaração de independência de Israel, iniciou-se uma guerra entre as tropas do recém-criado estado judeu e uma coalizão de exércitos árabes dos seguintes países (Irque, Egito, Síria, Líbano e Transjordânia atual Jordânia), a guerra durou dois anos de 1948 a 1949, e terminou com a vitória de Israel; que aproveitou da situação para concretizar dois objetivos, primeiro, ampliar seu território, tomando para si as terras que

deveriam formar o Estado palestino, segundo, iniciar uma verdadeira limpeza étnica na região, visto que as tropas israelenses expulsaram milhares de palestinos de suas terras, bem como impediram com uso maciço de violência o seu retorno às mesmas, após o encerramento dos conflitos ao fim dessa mesma guerra os territórios da Faixa de Gaza ficou sob ocupação egípcia e a Cisjordânia, e a parte oriental de Jerusalém, ficaram sob ocupação da Transjordânia.

**Figura-7**



"Mapa da região da Palestina após a Primeira Guerra Árabe-israelense"

Fonte: UOL. <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/questao-palestina.htm>. Acesso em: 11/11/2023.

O final desse conflito ficou marcado na história do povo palestino, a qual ele passa a chamar pelo nome de Nakba, que significa “catástrofe” em árabe, e até hoje o mundo chama de “A Questão Palestina”, a luta dos palestinos pela concretização de um Estado soberano e independente na região, e retorno dos milhares de refugiados que estão espalhados pelos países vizinhos e em outros continentes. Ou seja, a fundação de Israel, para o povo palestino, marca o início da ocupação de suas terras que, segunda a

resolução 181 de 1947, formariam o seu Estado, bem como a expulsão de milhares de pessoas de seus lares, conseqüentemente proibidos de regressar, fazendo do povo palestino um dos maiores contingentes vivendo em status de refugiados do mundo, e um povo sem um Estado próprio. (imagem 6 Em Anexo)

Em 1954, ocorreu guerra entre Israel e forças britânicas contra o Egito, que terminou com a com intervenção da URSS e EUA, o que foi representado como vitória egípcia, e aumentou prestígio do então presidente Gabal Abidel Nasser. Os anos seguintes foram marcados por diversos atritos entre Israel e seus vizinhos, até que em 1967 ocorreu uma guerra que se tornou um divisor de águas para toda a situação política da região do Oriente Médio, trata-se da Guerra dos Seis Dias, na qual Israel atacou de surpresa seus vizinhos árabes (Egito, Jordânia e Síria) e depois de uma impressionante vitória militar, conseguiu dobrar o seu território, ocupando militarmente a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, que estavam sobre controle da Jordânia, a península do Sinai e a Faixa de Gaza do Egito e as colinas de Golã da Síria essa guerra acentuou ainda mais o sofrimento dos palestinos, visto que esses territórios eram densamente povoados por palestinos e refugiados palestinos, com destaque para a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

**Figura-8**



Aspecto do mapa Israel em 9 de junho de 1967 com a incorporação dos novos territórios

Fonte: TODAMATÈRIA. <https://www.todamateria.com.br/guerra-dos-seis-dias/>. Acesso em: 11/11/2023

Em 1973 explode outro conflito na região, dessa vez o Egito e a Síria atacaram Israel para recuperar os territórios perdidos em 1967, mais uma vez Israel saiu vitorioso

dessa guerra, porém em 1978 assina um acordo de Paz com o Egito, devolve a península do Sinai para os egípcios, contudo, continuou mantendo sobre seu controle a região da Faixa de Gaza. Nesse mesmo ano, Israel se envolveu em mais um conflito na região; alegando que precisava acabar com os ataques promovidos pela Organização para a Libertação da Palestina (OLP) Liderada por Yasser Arafat, que naquela época haviam se instalado no Líbano. Aproveitando-se de uma guerra civil que tinha se iniciado no país, em 1982, Israel invade o Líbano, para atacar diretamente as guerrilhas da OLP, durante dois meses foram realizados pesados bombardeios aéreos contra as cidades libanesas, inclusive a capital Beirute, e depois das tropas israelenses invadirem a capital, foi negociada a retirada da OLP do Líbano, e meses depois Israel recuou suas tropas para o sul, onde passou a ocupar, só se retirando no ano 2000. Foi durante esse conflito, que ocorreu um dos maiores massacres sofridos por refugiados palestinos, e que até hoje é motivo de comoção e revolta pela comunidade Palestina, foi o massacre de Sabra e Chatila, que eram dois campos de refugiados palestinos que ficavam no Líbano.

Entre os dias 15 e 18 de setembro de 1982, milicianos cristãos invadiram esses dois campos e promoveram um massacre contra os refugiados palestinos, a maioria dos mortos eram civis (idosos, mulheres e crianças) até hoje não se sabe ao certo o total de vítimas, com números que afirmam ter sido um total de 2.000, mais algumas testemunhas chegam a falar em até mais de 3.000 pessoas. No momento em que esse massacre ocorreu, a região onde se localiza os campos estavam sob total controle das tropas israelenses, contudo, os principais executores do massacre foram milicianos cristãos, conhecidos como “falanges”, e várias testemunhas afirmam que as tropas de Israel colaboraram e até mesmo ajudaram no massacre, esse episódio repercutiu tão negativamente dentro e fora de Israel, que os próprios cidadãos israelenses protestaram contra o massacre, o que resultou na queda do então ministro da defesa Ariel Sharon.

**Figura-9**

Crianças mortas no massacre de Sabra e Chatila.

Fonte: SANAUD. <http://sanaud>. <https://sanaud-voltaremos.blogspot.com/2010/09/massacre-de-sabra-e-chatila-1617-091982.html>. Acesso em: 11/11/2023.

No ano de 1987 ocorreu uma grande revolta popular contra a ocupação israelense, foi a Primeira Intifada Palestina. Essa revolta foi duramente reprimida pelas Forças de Defesa de Israel, chamadas pela sigla IDF, durante os enfrentamentos contra os palestinos, as IDF usaram de armas letais, toques de recolher, torturas, execuções sumárias, e bombardeios aéreos contra áreas civis; os soldados israelenses chegavam a quebrar os braços e as mãos dos jovens palestinos acusados de atirar pedras contra as tropas israelenses.

Em 1993, mundo celebrou a assinatura do primeiro acordo de paz entre Israel e os palestinos, os famosos acordos de Oslo na Noruega. E em 1994 Yasser Arafat, Shimon Perez e Yitzhak Rabin, recebem o prêmio Nobel da paz, um ano depois o primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin foi assassinado por um radical judeu, contrário aos acordos de paz com os palestinos. Pela primeira vez os dois lados se reconheceram publicamente e Israel prometeu transferir algumas áreas da Cisjordânia para a administração dos palestinos e prosseguir com as conversas de paz, porém, grupos radicais de ambos os lados se opuseram a esse acordo, e a violência continuou, assim como a colonização dos TPO, o que resultou anos depois na Segunda Intifada Palestina, de 2000 a 2004, e a violência novamente tomou conta da região. Alegando a necessidade

de se proteger de ataques de terroristas palestinos, em 2003, Israel iniciou a construção de um muro, que ainda segue em construção, e visa separar as colônias judaicas de regiões povoadas por palestinos. Se concluído de acordo o traçado aprovado pelo Parlamento israelense, o muro irá ocupar 16% do total do território da Cisjordânia, isolando mais de 390 mil palestinos que vivem hoje entre essa barreira à chamada “Linha Verde” uma espécie de fronteira que separa o território da Cisjordânia do território de Israel.

Em resumo: Ao longo de séculos a região da Palestina foi ocupada e conquistada por vários povos, contudo, mesmo com o fim dos grandes impérios com o seu destino político tendo sido entregue nas mãos da recém-criada, Nações Unidas, ainda não foi possível, concretizar uma paz duradoura para a região. Isso por que uma corrente ideológica chamada Sionismo ganhou força entre muitos membros da comunidade judaica que habitava a região. Essa ideologia aumentou a imigração judaica, com ela os conflitos étnicos e após a fundação do Estado de Israel vieram as guerras, que alteraram o mapa político da região. E no meio de tudo isso a população Palestina, que passou a ser a principal vítima de uma política colonialista praticada por Israel.

#### **ATIVIDADE:**

1- Explique por que Jerusalém é uma cidade considerada sagrada para o cristianismo, judaísmo e islamismo:

Na cidade de Jerusalém está localizado o muro das lamentações, considerado o lugar mais sagrado para o Judaísmo, para os cristãos teria sido lá onde ocorreu a Última ceia e a crucificação de Cristo, e para os muçulmanos foi do Domo da rocha que Maomé teria subido aos céus.

2- Qual o principal objetivo do movimento Sionista:

Tinha como principal objetivo a criação de uma pátria para os judeus na Palestina.

3- Como deveria ter ocorrido a partilha do território da Palestina, estabelecida pela resolução 181:

Os Judeus que eram 31% da população, ficaram com 54% das terras, enquanto os outros 69% da população árabe palestina ficariam com 46% das terras.

4- O que os palestinos costumam se referir quando usa o termo Nakba:

A fundação de Israel, para o povo palestino, marca o início da ocupação das terras que, segunda a resolução 181 de 1947, formariam o seu estado, bem como a expulsão de milhares de pessoas de seus lares, conseqüentemente proibidos de regressar, fazendo do povo palestino um dos maiores contingentes vivendo em status de refugiados do mundo, e um povo sem um território próprio.

5- Preencha a tabela abaixo com as principais guerras travadas entre Israel e seus vizinhos árabes.

DATA	CONFLITO:
1948	Guerra de Independência.
1954	Guerra de Suez
1967	Guerra dos Seis Dias
1973	Guerra do Yon Kippur
1982	Operação Paz para a Galileia.

## Capítulo -2: O Colonialismo:

Antes de falarmos do colonialismo israelense precisamos relembrar o que foi o colonialismo. Ao longo da história existiram dois grandes momentos em que potências europeias colonizaram territórios de outros povos. O primeiro ocorreu no século XV e XVI, no qual as potências europeias colonizaram o recém-descoberto continente americano, nesse momento dos países que lideraram esse processo foram Portugal e Espanha, mas em seguida foram acompanhados pela França, Inglaterra e Holanda. O segundo momento foi no século XIX, onde dessa vez as terras colonizadas foram as terras dos continentes asiáticos e principalmente o africano, onde praticamente todo território do continente foi colonizado; no caso deste segundo período colonial, a quantidade de potências envolvidas foi maior, com a participação da França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda, Espanha, Portugal, Itália e Alemanha. Esse processo se estendeu até a segunda metade do século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, quando muitos movimentos de independências nas colônias aproveitaram o enfraquecimento das colônias europeias para conquistarem a sua liberdade. Mais o que é uma colonização? Uma colonização ocorre quando um país povoa ou através do uso de força militar, invade o território de outros povos, com o intuito de controlar os recursos locais.

Os especialistas costumam diferenciar uma colonização em dois modelos: O primeiro chamamos por colonização de povoamento, no qual visa povoar os territórios com habitantes oriundos da potência colonizadora, a fim de legitimar a posse da terra. Enquanto o segundo, trata-se de o modelo de colônia de exploração, no qual o objetivo central da potência ocupante é explorar ao máximo os recursos naturais do território colonizado. Neste sentido, o primeiro período colonial foi entre os séculos XV e XVI, que se caracterizou pela colonização das terras do recém “descoberto” continente americano, durante esse período predominou o modelo de colônia de exploração, ainda que em alguns lugares, como na América do Norte, tenha predominado o modelo da colônia de povoamento. O segundo momento de colonialismo decorreu entre os séculos XIX e a primeira metade do século XX, também conhecido como Colonialismo e imperialismo, e foi liderado pelas potências econômicas da época, como França e Reino Unido, dentre outros países, a exemplo da Bélgica, Itália, Espanha e Alemanha. Sendo assim, dessa vez, os continentes explorados foram a Ásia e o continente africano. Cabe ressaltar que o processo de colonização ou colonialismo é um fenômeno europeu, surgido no século XV, que persiste até o século XX, ao caracteriza-se por diferentes fases e embasada por ideias racistas. A Palestina, portanto, representa a continuidade desse longo processo.

O contexto era da segunda revolução industrial e as nações europeias desejavam a conquista e controle de matérias-primas e mercados consumidores. É importante salientar, que, ao longo da história nos processos de colonização houve o emprego de extrema violência contra os povos conquistados, na primeira fase (século XV e XVI) a violência foi dirigida contra os povos indígenas da América e populações africanas que foram escravizadas e levadas para o continente americano e no segundo momento (século XIX e XX) contra os povos nativos da África e Ásia, muitos deles escravizados em seus próprios territórios pelo racismo estruturante da época. A violência colonial se caracterizava pelas práticas do que hoje chamamos de Genocídios (que é o assassinato de aglomerados de indivíduos de um mesmo grupo) e Limpeza étnica (quando o objetivo central era exterminar determinado grupo étnico do território). Mais para entendermos melhor como a ocupação que o Estado de Israel exerce sobre o TPO pode ser considerada como um modelo colonialista, vamos apresentar as principais características que estiveram presentes na grande maioria dos processos de colonização tanto do primeiro como do segundo período nos três continentes (África, Ásia e América).

## **Conquista territorial**

Todo processo colonialista começa a partir do momento em que um país inicia uma invasão para conquistar um território pertencente a outros países, reinos ou grupos. Esse processo é consolidado a partir do uso de força militar intensiva, na qual qualquer tentativa de resistência por parte dos grupos locais resulta em retaliações ainda mais violentas. Impor uma dominação territorial é fundamental para se alcançar independentemente do objetivo colonial, seja o de povoar o território ou explorá-lo. O uso de violência contra os nativos torna-se quase que uma regra, visto que, mesmo quando a potência ocupante se estala no território da nova colônia, ainda ocorrerem ações de resistências. Por isso, a repressão aos grupos que resistem a essa dominação precisa ser agressiva e, ao mesmo tempo, exemplar, ao visar desmotivar novas ações contra o colonizador.

### **Controle dos recursos e da economia.**

Após consolidar a conquista e posse do território, a potência dominante põe em prática o segundo objetivo, o qual é explorar seus recursos naturais e potenciais econômicos. Para isso, é feito um levantamento dos principais recursos naturais disponíveis na região, seu potencial econômico e viabilidade de exploração, feito isso, o colonizador trata de manter o máximo controle da produção ou extração desses recursos, seu transporte, negociação e posterior venda no mercado externo. Para esse fim, utiliza a mão de obra local, ou na condição de escravizados, ou em situação análoga a ela. No caso do primeiro período de colonialismo, (século XV e XVI) a mão de obra indígena escravizada foi amplamente utilizada. Nesse período, as buscas por mais mão de obra e a possibilidade de lucros levaram uma das maiores tragédias humanas de todos os tempos, denominada de Diáspora africana, na qual milhões de pessoas foram levados da África para a América na condição de escravos e tantos outros milhões morreram no processo.

### **Etnocentrismo.**

A supremacia racial é construída a partir de duas bases, a primeira de um discurso racista, que muitas vezes antecede a própria colonização e a segunda base é a inserção de colonos vindos da sede do país colonizador para ocupar os principais cargos públicos e administrativos da colônia, sem falar da presença dos mesmos em praticamente todas

as áreas da força militar de ocupação. A primeira base, a qual é o discurso racista, procura incutir tanto na população dominada como nos habitantes da metrópole, a ideia de que os seres humanos que habitam as colônias são inferiores etnicamente, atrasados do ponto de vista tecnológico e social, e precisam ser dominados para adquirirem os valores e comportamentos tidos como “modernos” para a época, é o que ficou conhecido principalmente como “missão civilizadora”, na qual os europeus se destinavam o fardo de ensinar outros povos, os modos de vida civilizados.

A segunda base é o povoamento do território com colonos vindos da metrópole, eles são usados como representantes da potência ocupante no território conquistado, ao exercer a primeira linha de controle e administração local. Em geral, recebem a posse das melhores terras cultiváveis, ou chegam justamente para ocuparem cargos militares, políticos e administrativos, e com o tempo acabam por formar uma elite local, sustentada e privilegiada pelo sistema colonial. As potências europeias ainda usaram outra tática, que foi estabelecer alianças com grupos tribais locais, oferecer-lhes alguns privilégios sociais, desde que auxiliassem no domínio e exploração de riquezas, e no controle e repressão dos grupos avessos a dominação, era a tática do “dividir para dominar”. Somando-se a isso, ocorrerem descolamentos forçados, nos quais os habitantes originais de algumas localidades são expulsos, ou tem suas terras confiscadas, para serem usadas e povoadas por membros dessa elite colonial que se estabeleceu no local.

*Fica então a pergunta: **Por que a ocupação militar israelense é acusada de ser um projeto colonialista?*** Primeiramente temos que reconhecer que existem outras regiões no planeta que se encontram ou já se encontraram sob ocupação militar, é o caso, por exemplo, do Iraque e do Afeganistão, que recentemente foram ocupados por tropas americanas, e na atualidade temos o exemplo da península da Crimeia, que pertence à Ucrânia, mas atualmente está sobre ocupação militar da Rússia; mas poucas ocupações militares são tão antigas quanta a ocupação israelense dos territórios da Cisjordânia, Faixa de Gaza.

É importante lembrar que, nos outros períodos coloniais, não existiam as mesmas leis e os órgãos internacionais que existem hoje, como a ONU, a convenção de Genebra, a Declaração Universal de Direitos Humanos, ou seja, as acusações feitas contra o Estado de Israel na atualidade são a partir de comparações com o modelo de colonialismo implementado nos séculos passados.

### **As colônias Judaicas:**

Desde a primeira guerra entre árabes e israelenses, a chamada Guerra de Independência de 1948–49 ou Nakba, Israel já promoveu a expulsão de grandes contingentes de palestinos, como também se apoderou do território que seria do Estado palestino, logo após o cessar-fogo, proibiu o retorno dos palestinos para suas propriedades e residências, e intensificou ainda mais a expulsão dos mesmos, por meio da polêmica lei dos ausentes, que transformava todas as casas e terras abandonadas durante este mesmo conflito, em propriedades do Estado, e logo em seguida transferiu a posse desses imóveis para judeus que viviam em Israel, ou mesmo que (receberam) (e continuam a receber) incentivos para migrarem para Israel.

Esse foi um dos primeiros momentos em que Israel promoveu a ocupação e colonização de terras ocupadas em razão de guerras, mais sem sombra de dúvidas a colonização interna externa de todas se deu logo após a Guerra dos Seis Dias.

**Figura-10**



Tanque israelense nas Colinas de Golã

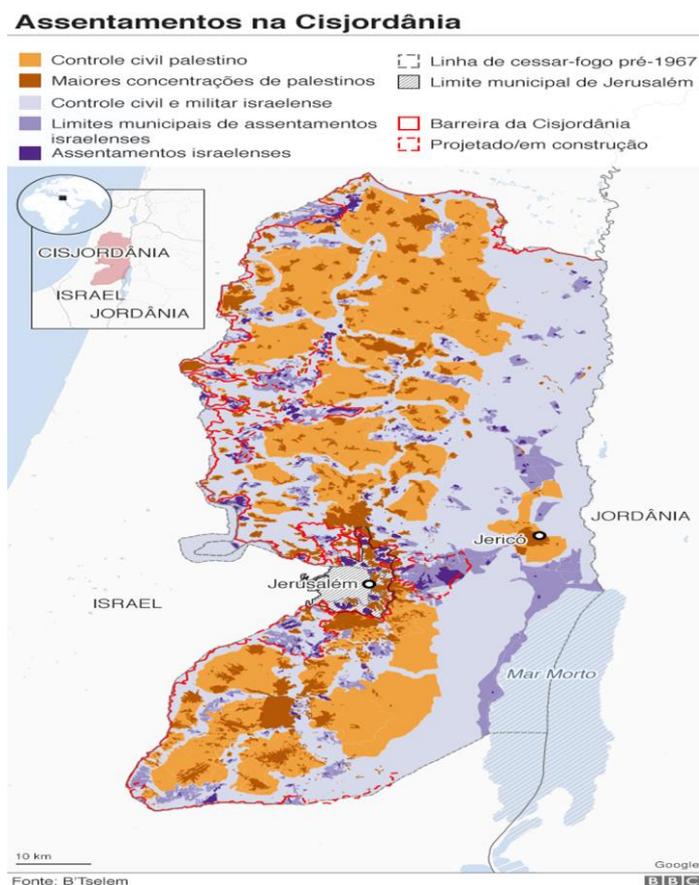
Fonte: REVISTA AVENTURAS NA HISTÓRIA .Wikimedia Commons/Revista Aventuras na História. <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/fim-da-guerra-dos-seis-dias.phtml>. Acesso em: 11/11/2023.

Após derrotar os exércitos dos países vizinhos (Síria, Egito e Jordânia) Israel, passou a ocupar os territórios assim as colinas de Golã da Síria, a península do Sinai e a região da Faixa de Gaza do Egito e a Cisjordânia, e a parte oriental de Jerusalém, ficaram sobre ocupação militar israelense, e foi à parte dessa ocupação militar que o Estado de

Israel iniciou um intenso projeto colonialista. Em todos esses territórios foram construídos assentamentos judaicos visando ocupar e povoar essas áreas com judeus, de dentro e fora de Israel.

A Guerra dos Seis Dias, além de ter sido um dos maiores conflitos travados até hoje na região, permitiu que Israel amplie-se e aumente-se sua população a partir das ocupações territoriais que persistem até hoje, como, por exemplo, as Colinas de Golã da Síria, país com qual Israel até hoje nunca assinou nenhum acordo de paz, a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e a Faixa de Gaza; que apesar de não ter mais assentamentos judaicos ainda se encontra sob controle israelense. É importante salientar que, hoje, Israel mantém uma abundância de colônias judaicas nas Cisjordânia e Jerusalém Oriental, e a ocupação militar israelense desses territórios até hoje representa um dos grandes entraves para obtenção da paz na região.

**Figura-11**



Fonte B`SELEM/BBC. Em 3 mapas, como território palestino encolheu e Israel cresceu desde partilha da ONU em 1948 <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57147042>. Acessado em: 02/11/2023

Logo após derrotar os países árabes na guerra dos Seis Dias em 1967, Israel iniciou a instalação de colônias judaicas em todos os territórios que ficaram sob seu

controle; o objetivo era povoar as terras conquistadas com judeus que explorariam a agricultura na localidade. Mesmo em territórios que o Estado Israel ocupou em outros conflitos, os israelenses também construíram assentamentos judeus. Algo que conforme a convenção de Genebra é crime, visto que a mesma proíbe a transferência de civis em lugares sob ocupação militar. Desde a primeira guerra travada contra países vizinhos, Israel adotou uma estratégia política e militar, que consistia em manter suas tropas nos territórios avançados durante a guerra, manter sua presença militar, e posteriormente construir assentamentos judaicos nessas terras sobre ocupação. Uma prática que é considerada ilegal pelas leis internacionais. A resolução 446 (1979) de março de 1979 e o conselho de Segurança da ONU considerou que estes assentamentos não têm validade legal e afirmou mais uma vez que a Convenção de Genebra de 12 de agosto de 1949 é aplicável aos territórios árabes ocupados por Israel desde 1967, que inclui Jerusalém.

Colônias agrícolas, ou bairros residenciais, veem sendo construídas em territórios pertencentes aos palestinos, e cuja população local foi expulsa pelas tropas de Israel, alguns destes assentamentos de tão grandes chegam a formar cidades, como o assentamento de Ariel, que hoje é considerada uma cidade da Cisjordânia. A maioria desses assentamentos encontra-se instalados na chamada zona C, justamente onde estão as terras mais férteis da região, e garantem ao governo israelense o controle do rio Jordão. Esses assentamentos representam hoje o principal bastião da ocupação israelense nos territórios palestinos.

Conforme o acordo de Oslo, a Cisjordânia foi dividida em três zonas: a zona A, onde estão as principais cidades palestinas, e corresponde a 3% do território, a zona B abrange mais 450 aldeias e localidades palestinas e corresponde a 24% da área, e os restantes 73% ficaram com a zona C, onde estão situadas a maioria das bases militares israelenses e colônias judaicas; a zona C abrange a região próxima ao rio Jordão, o que permite a Israel o controle do uso das águas do rio.

Existem centenas de postos de controle chamados de *checks points* controlados pelas IDF, para limitar e fiscalizar o acesso dos palestinos em toda Cisjordânia. Para isso toda população está submetida às leis militares, em um permanente estado de exceção, no qual as leis e decisões são tomadas como se estivesse em uma guerra permanente; porém, os colonos judeus que vivem nos assentamentos têm livre acesso e circulação por esses *checks points*. Além disso, existem estradas e rodovias distintas, umas por onde só trafegam os colonos, e outras precarizadas, só para uso dos palestinos.

A presença cada vez maior desses colonos é importante para Israel, na busca por manter a dominação judaica sobre os palestinos. Por meio disso, ele consegue exercer um controle mais intenso sobre os recursos naturais das regiões. Além do que, a ampliação do número de assentados para muitos é visto como uma forma de concretizar um objetivo ideológico do movimento sionista que o “Eretz”, que significa, “Grande Israel”, trata-se da reconquista de territórios que fizeram parte dos reinos judeus na antiguidade.

As forças armadas israelense usam sempre o argumento de manter a segurança de suas fronteiras, e com isso garantem o projeto de colonização dos TPO, ao usar a força para expulsar moradores de suas propriedades, também garantem a segurança dos colonos judeus que viviam na região, as IDF funcionam como uma espécie de “escudo protetor”, para os assentados, que chegam inclusive a cometer crimes, como assassinatos e agressões físicas contra palestinos, onde inclusive as IDF se posicionam, de modo a proteger os agressores de qualquer tipo de retaliação. Esses colonos hoje representam um dos grandes problemas para a concretização de um processo de paz, visto que, passados quase 80 anos da fundação do Estado de Israel e 55 anos da Guerra dos Seis Dias, hoje o número de colonos judeus instalados nos TPO é de aproximadamente 441,600 mil, que reside em 132 assentamentos reconhecidos oficialmente pelo governo israelense, e em outros 140 postos avançados, que não são reconhecidos oficialmente pelo governo, mas são protegidos também. Portanto, a conquista do território, foi determinante para os planos israelense de ampliação do número de judeus vivendo na região.

(imagem 7 Em Anexo)

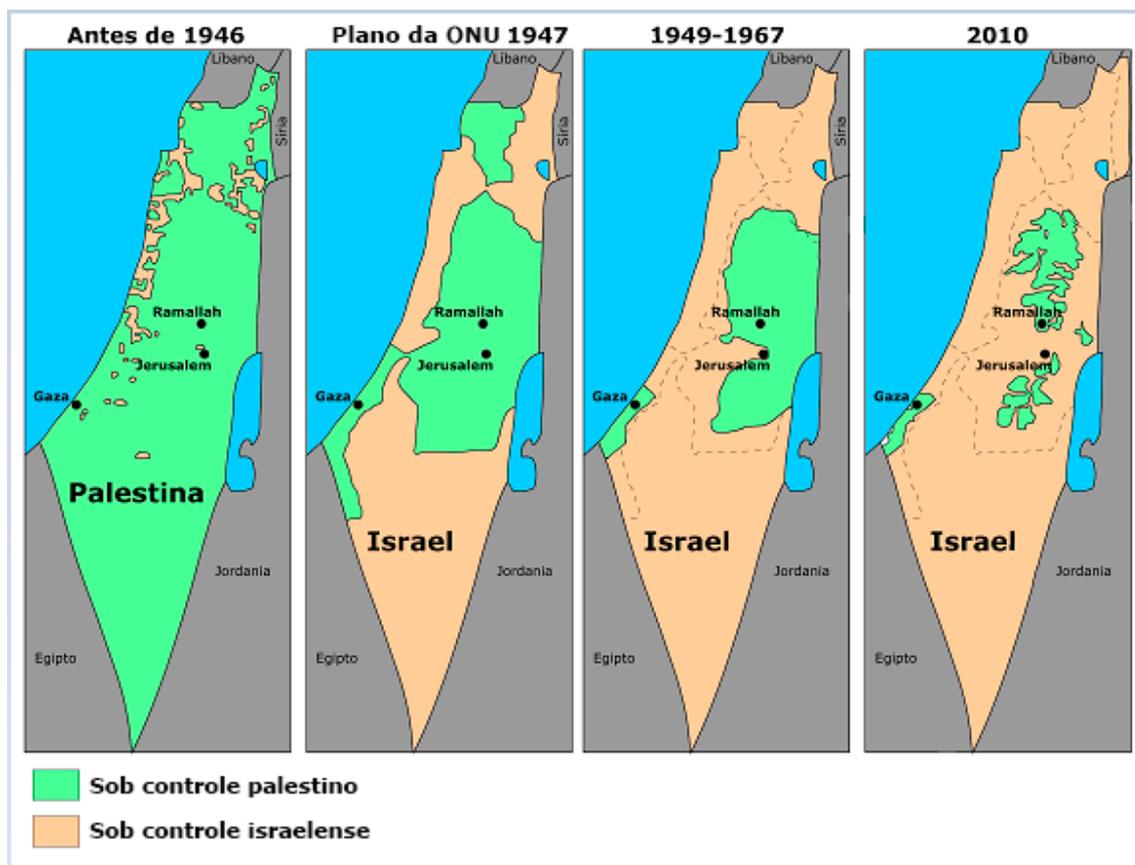
### **O Controle dos Recursos:**

Atualmente mais 40% das terras da Cisjordânia foram destinadas para o benefício econômico dos assentamentos. Na Faixa de Gaza a situação é ainda pior, com uma economia praticamente devastada, cerca de 80% da população de Gaza depende de ajuda humanitária para sobreviver. Israel usa de meios violentos e muitas vezes força letal para proibir que os moradores da Faixa de Gaza possam utilizar-se das terras próximas à fronteira com Israel, um total de 62 quilômetros quadrados (aproximadamente 17% da área da Faixa de Gaza) o que compromete o uso de 35% das terras agrícolas. No mar a situação não é muito diferente, o bloqueio imposto por Israel a Gaza também se estende

a zona marítima, que restringe a área de pesca dos gazitas, o que afeta 85% de suas águas de pesqueiras.

Israel aplica uma proibição de expansão e construção de novas residências palestinas, na zona C, onde praticamente nenhum projeto de expansão Palestina foi aprovado nos últimos anos. Com isso, Israel considera qualquer construção feita sem a expressa ordem das autoridades como uma construção irregular, o que serve de pretexto para a demolição do imóvel e, em contrapartida, os judeus recebem várias permissões para construções e aplicações residenciais, e até mesmo aquelas que não foram autorizadas pelo Estado acabam não sendo demolidas. Em Jerusalém Oriental, os palestinos são 60% da população, mas tem apenas 15% das terras.

**Figura-13**



"Mapa que indica a evolução do território indica a judaização territorial de 1947 até o presente, à direita."

Fonte:REPRODUÇÃO/BLOGDMASD.

<https://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2021/06/questao-israel-palestina-73-anos-de-limpeza-etnica/>. Acesso em: 11/11/2023.

Na zona C os palestinos têm permissão de construir em apenas 0,5% das terras visto que, os outros 70%, são destinadas às colônias judaicas, tendo o resto sido

qualificado como zona militar entre os anos 2019 a 2020, não foram permitidos nenhuma ordem de construção para palestinos e nesse mesmo período foram autorizadas a construção de 715 casas para judeus, com mais de 1.094 permissões de construções.

Essas e outras medidas praticadas por Israel desmantelam a economia Palestina as importações e exportações são rigorosamente controladas pelos israelenses, que aproveitam para permitir somente entrada em larga escala dos produtos fabricados no território de Israel, o que lê é bem vantajoso não é verdade? Isso é feito tanto na Cisjordânia como na Faixa de Gaza, onde o bloqueio territorial ainda atinge mais severamente a população, visto que, desde 2007 são proibidos artigos que Israel chama de “duplo uso” que segundo o exército de Israel podem ser utilizados para fins militares, são mais de 117 artigos e vão desde equipamentos de comunicação, auxílio em comunicações, eletrodomésticos e até mesmo equipamentos médicos. 80% dos agricultores palestinos cujas terras estão nas zonas do muro perderam o acesso às mesmas. Na Faixa de Gaza, 85% da zona de pesca foi transformada em uma zona de segurança, e ao longo da fronteira com Israel, ocorre o despejo de venenos agrícolas, com o intuito de evitar o crescimento de plantas na região.

Vimos que o controle demográfico é muito importante para os israelenses manterem a posse dos recursos naturais na região, e para isso, limitam a circulação e locomoção dos moradores em palestinos. As autoridades israelenses limitam o acesso à água aos moradores da Cisjordânia, também não permitem que os palestinos perfurem nenhum poço artesiano ou troquem tubulações sem a autorização dos israelenses, porém essas autorizações nunca são dadas. O acesso dos palestinos às águas do rio Jordão é limitando. O exército israelense também destrói cisternas em áreas públicas e privadas, cujo objetivo de ações como estas é inviabilizar a agricultura palestina e, a própria presença dessa população para abrir mais espaço para a judaização do território.

Em Gaza um aquífero costeiro vem sendo reduzido devido à grande extração da água por parte de Israel e devido à contaminação por água salgada e esgoto residencial, isso torna cerca de 95% das águas em Gaza impróprias para o consumo. Nós TPO o consumo médio de água é de 50 litros por dia, enquanto um israelense consome um total de 300 litros, já os colonos judeus dos TPO consomem uma média de 360 litros, ou seja, seis vezes mais que qualquer palestino. Em Gaza, 90% da população pobre é obrigada a comprar água dessalinizada ou purificada, que é de 10 a 30% mais cara do que a água canalizada.

Israel nega a assistência médica a maioria dos palestinos, os pacientes com doenças graves que precisam de tratamento médico especializado em Jerusalém Oriental, têm o acesso ao tratamento negado, o que provoca muitas mortes, principalmente os com câncer. As dificuldades em passar pelos *checks points* tem sido também um grande desafio para as mulheres grávidas, que enfrentam dificuldades ou mesmo são impedidas de chegar os hospitais na hora de dar à luz. Essas dificuldades também fazem parte da rotina da população beduína do Neguev/ Nagab, só a título de comparação a taxa de mortalidade entre as crianças beduínas é 5,4 mortes a cada mil nascimentos, enquanto entre os Judeus essa taxa é de 2,4 para cada mil nascimentos. Na educação essa desigualdade também se faz presente, um estudante palestino recebe 30% menos acesso à educação primária e 75% menos no caso da educação secundária.

A carga tributária imposta aos palestinos é muito maior do que as cobradas dos israelenses. Em regiões ocupadas habitadas pelos palestinos, existe um aquífero, que no momento encontra-se sob total controle israelense. Israel classifica essa região do aquífero como área C e realiza deslocamentos forçados de palestinos. Outra fonte de exploração econômica usada pelo governo israelense são as multas, muitas delas aplicadas contra moradores que recebem ordem de demolições e que além de pagar à multa ainda tem que arcar com os custos da demolição da própria casa.

Desde o início da ocupação, as autoridades israelenses já demoliram cerca de 27.000 mil residências palestinas, essas demolições seguem dois propósitos bem nítidos, o primeiro, é tornar a vida dos palestinos tão difíceis e tão sem perspectiva, que obriga muitos a deixarem a região em busca de melhores condições de vida, e como quem saiu é proibido de voltar, reduz a população palestina local, fato que deixa reflexos, pois, o grupo que mais procura deixar os TPO são as pessoas de classe média que tiveram melhor acesso à educação. O segundo propósito, no qual Israel também tem obtido êxito, é na transferência dessas pessoas da área C para as outras áreas (A e B). Esse processo despovoou a área C de Palestinos, e a deixa praticamente sobre a posse e controle do governo de Israel e seus colonos, só para se ter uma ideia, a área C corresponde a 62% da área territorial da Cisjordânia, mas possuiu apenas 5% de palestinos.

**Figura-14**

Fonte: MUSSA QAWASMA / REUTERS. <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/israel-demole-casas-de-palestinos-perto-de-barreira-dacisjordania,b56a26c886522689c9f2dacb974b4033fo04ntla.html..>  
Acesso em 11/11/2023.

Mas o tamanho dos impactos causados por essas demolições podem ser ainda maior, exemplo: das 27.000 mil estruturas demolidas, estão incluídas cercas e currais de criação de animais, mas Israel só contabiliza as estruturas como se fossem uma coisa só, não separa essas partes das propriedades do restante das casas, ou seja, como se a casa da propriedade agrícola, os currais e cercas pertencessem unicamente a uma. Além disso, quando um prédio de apartamentos é demolido, o prédio é contabilizado como apenas uma única estrutura, mesmo que nele venham abaixo também mais 20 unidades residenciais, nem mesmo casas incompletas são polpudas, e com 70% da população palestina vivendo abaixo da linha da pobreza, essa política de demolições viola um dos direitos humanos básicos de um povo, sendo o direito à moradia. E enquanto casas palestinas são demolidas, assentamentos judaicos são expandidos, inclusive com rodovias construídas para interligar os mesmos, muitas destas rodovias atravessam áreas palestinas, e como os palestinos são proibidos de transitar por elas, sevem como mais um elemento de separação, uma clara demonstração de que um dos objetivos dos israelenses é fragmentar a Cisjordânia, para torna um futuro Estado palestino algo inviável a situação atual lembra os bantustões, que eram as locais onde os negros eram confinados na época

em que vigorava o regime de Apartheid na África do Sul. Essa separação também é feita entre os próprios territórios da faixa de Gaza e Cisjordânia, onde os moradores são proibidos de se deslocarem de uma para outro.

**Figura-15**



"Mapa dos territórios palestinos na atualidade, com a Faixa de Gaza e a Cisjordânia"

Fonte: UOL. <https://diplomatie.org.br/faixa-de-gaza-2021-um-meteorito-no-ceu-do-futuro/>. Acesso em 11/11/2023.

### **Etnocentrismo:**

É um conceito de uma ciência chamada Antropologia, no qual indivíduos de um grupo étnico ou cultural se consideram os mais importantes e mais desenvolvidos que outros grupos. Esse conceito está na base dos argumentos ideológicos utilizados pelos europeus para justificar as barbaridades e violências raciais cometidas durante o Colonialismo/Imperialismo nos continentes asiáticos e africano. Como isso, desde a sua fundação, o Estado de Israel tem procurado garantir a supremacia dos judeus no

território. O próprio país se intitula como “A pátria nacional dos judeus” algo que está previsto na legislação israelense, pois todos os judeus têm um status social maior do que os palestinos. Onde inclusive Israel afirma que todos os judeus do mundo teriam o direito de viver nas suas fronteiras.

O principal elemento diferenciador entre os judeus e árabes, é a nacionalidade. Só uma minoria de origem palestina possui cidadania israelense, a grande maioria dos árabes não é considerada cidadã; essa cidadania é negada para os palestinos até mesmo nos Territórios Ocupados, visto que muitos encontram dificuldades para serem reconhecidos como moradores da localidade, inclusive são tratados como imigrantes ilegais, ainda que tenham documentos que atestem que seriam nativos dos TPO, muitos palestinos não podem sequer deixar os territórios ocupados, pois, correm o risco de não conseguir retornar mais. A dominação dos judeus sobre a população palestina, a opressão sistemática dos palestinos e o tratamento desumano dado a eles evidenciam o crime de apartheid. A legislação israelense permite a toda pessoa, homem ou mulher que prove ser de origem judaica, possam viver no país, onde, inclusive, muitos desses imigrantes são encaminhados para os novos assentamentos construídos na Cisjordânia. Paralelo a isso, as autoridades israelenses proíbem o retorno dos palestinos que se encontram na condição de refugiados, o retorno dos mesmos, é visto como um dos mais polêmicos das negociações de paz, já que Israel não aceita negociar o retorno desses refugiados, ao temer que os árabes se tornem a maioria da população em Israel.

Existem outros dois elementos que ratificam a supremacia judaica na região, o primeiro elemento, já citado anteriormente, é a construção de assentamentos judaicos. E o segundo ponto que escancara o etnocentrismo, é a privação da população palestina de um direito básico, ir e vir dentro do seu próprio território, por meio dos *cheks points*, as forças armadas israelenses controlam, limitam e muitas vezes proíbem os palestinos de terem acesso a muitas localidades dentro da Cisjordânia, o que inclui até mesmo lugares sagrados para a religião islâmica. No caso da Faixa de Gaza, o problema atual não é mais os assentamentos, e sim, um bloqueio que Israel impõe ao território, que é terrestre, aéreo e marítimo, nenhuma aeronave pode pousar na Faixa de Gaza sem autorização, assim como existe uma zona costeira que limita as águas territoriais de Gaza, onde nenhuma embarcação que esteja no território pode ultrapassar, assim como nenhuma pessoa vinda de fora pode entrar na Faixa Gaza sem autorização. A região chega a ficar de 12 até 20 horas sem energia elétrica por dia. E por terra tudo que entra e sai da Faixa de Gaza precisa passar por uma única passagem de acesso chamada de Passagem do

Eretz, onde a entrada e saída dos moradores é rigidamente controlada, até existe outra passagem na fronteira com o Egito, mas este também dificulta bastante o acesso à Gaza. O que torna Gaza em uma verdadeira “prisão a céu aberto”.

Essas, e outras ações praticadas pelo Estado de Israel contra a população palestina tem gerado acusações da existência de Apartheid nos TPO, assunto que será aprofundado no próximo capítulo. Nos últimos anos, diversos especialistas de várias áreas do conhecimento, ONGS de direitos humanos, e até mesmo observadores especiais da ONU para os direitos humanos, confirmam a existência de um regime de segregação racial praticado por Israel dos TPO, um crime que já vinha sendo denunciado por diversas ONGS palestinianas há muitos anos.

*“A discriminação<sup>2</sup> racial e a segregação da população palestina é consequência de uma política governo deliberado. As habituais violações dos direitos da população palestina não são repetições acidentais de infrações, mas parte de um regime institucionalizado de opressão e dominação sistemática”*

Fonte: ANISTIA INTERNACIONAL.

O geógrafo israelense, Oren Yiftachel chegou a afirmar que no Estado de Israel, exista, na verdade, um regime que ele chama de Etnocracia, visto que, mesmo entre os judeus de Israel, existem diferenças de classes e origens, e essas desigualdades garantem a uns mais status sociais melhores que a outros; porém mesmo o grupo judeu que possuem os menores privilégios em Israel ainda possuem mais direitos do que a população árabe/palestina, residente nos TPO. Segundo o autor, a hierarquia social israelense funcionária da seguinte forma:

- Os Ashkenazi, principalmente de classe média e alta, mizrahises russos, seriam as etnias superiores em Israel,
- Depois deles viriam os Judeus Ortodoxos e ultraortodoxos (que são os colonos dos territórios, chamados de sefarditas)
- Logo abaixo estariam os Drusos: palestinianos com cidadania israelense, beduínos, estes com status médios.
- E por fim as etnoclasse inferiores são: árabes de Jerusalém, palestinianos da Cisjordânia, palestinianos de Gaza e trabalhadores estrangeiros.

---

<sup>2</sup>. El apartheid en el derecho internacional la intención de oprimir y dominar a la población palestina fragmentación territorial y segregación legal. 2020.

**ATIVIDADE:**

6- Enem – 2007 (com adaptações)

Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou um plano de partilha da Palestina que previa a criação de dois Estados: um judeu e outro palestino. A recusa árabe em aceitar a decisão conduziu ao primeiro conflito entre Israel e países árabes. A segunda guerra (Suez, 1956) decorreu da decisão egípcia de nacionalizar o canal, ato que atingia interesses anglo-franceses e israelenses. Vitorioso, Israel passou a controlar a Península do Sinai. O terceiro conflito árabe-israelense (1967) ficou conhecido como Guerra dos Seis Dias, tal a rapidez da vitória de Israel. Em 6 de outubro de 1973, quando os judeus comemoravam o Yom Kippur (Dia do Perdão), forças egípcias e sírias atacaram de surpresa Israel, que revidou de forma arrasadora. A intervenção americano-soviética impôs o cessar-fogo, concluído em 22 de outubro.

A partir do texto acima, assinale a opção correta.

- a) A primeira guerra árabe-israelense foi determinada pela ação bélica de tradicionais potências europeias no Oriente Médio.
- b) Na segunda metade dos anos 1960, quando explodiu a terceira guerra árabe-israelense, Israel obteve rápida vitória.
- c) A guerra do Yom Kippur ocorreu no momento em que, a partir de decisão da ONU, foi oficialmente instalado o Estado de Israel.
- d) Apesar das sucessivas vitórias militares, Israel mantém suas dimensões territoriais tal como estabelecido pela resolução de 1947 aprovada pela ONU.

RESP: B

## 7-QUESTÃO:



Mapa ilustrativo da partilha da Palestina em 1947

Fonte: UOL.<https://brasilescola.uol.com.br/geografia/questao-palestina.htm>. Acesso em: 19 jun. 2023.

No âmbito da Partilha da Palestina, realizada após uma série de debates e acordos diplomáticos, a cidade de Jerusalém seria considerada:

- a) parte do território judeu, mas de livre acesso pelos árabes.
- b) a capital da Palestina, porém com participação gestora de Israel.
- c) uma cidade administrada igualmente pelos dois países.
- d) a capital de Israel, sendo restrita à entrada de palestinos em sua área.
- e) uma cidade neutra, de cunho internacional, administrada pela ONU.

RESP: E

8- Na esteira da discórdia entre judeus e palestinos nos territórios por eles disputados está o movimento sionista, apontado por muitos como um dos principais elementos relacionados com o aumento das tensões entre ambos os lados da questão. De toda forma, o sionismo não é a causa do problema em si, mas um de seus fatores históricos mais importantes.

Entende-se por sionismo:

- a) a intenção proeminente dos povos árabes de tentar erradicar os judeus do Oriente Médio.
- b) a crença religiosa de que judeus e muçulmanos são povos excludentes e que jamais entrarão em paz.
- c) a busca dos judeus pela Terra Prometida, nos arredores de Jerusalém, com a consequente criação de seu Estado-Nação.
- d) o movimento de resistência dos judeus frente às constantes ameaças árabes promovidas em todo o mundo.

RESP: C

9- Entre os vários eventos ocorridos no conflito entre Israel e Palestina, citam-se duas das guerras árabe-israelenses: a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973). Esses conflitos representaram, respectivamente:

- a) a anexação por parte de Israel de vários territórios dos países árabes circundantes e a posterior tentativa desses países de reaverem as suas áreas.
- b) o ataque deliberado dos palestinos contra os territórios israelenses e a intervenção militar estadunidense na região.
- c) a resposta militar da Liga Árabe à criação do Estado de Israel pela ONU e a ofensiva militar israelense para retomar sua soberania territorial
- d) o combate inicial realizado entre Israel e Egito pelo Canal de Suez e a tentativa dos palestinos de agruparem para si a posse desse estratégico ponto de disputa.

RESP: A

Capítulo -3: **Apartheid:** Começaremos esse capítulo ao apresentar um texto retirado do relatório da ONG de direitos humanos Anistia Internacional, que acusa Israel de prática de crime de Apartheid.

*“Embora <sup>3</sup>o sistema de apartheid de Israel se manifeste de diferentes formas nas várias áreas sob sub controle efetivo, sempre tem o mesmo propósito de oprimir e dominar a população palestina em benefício da população judaica israelense, que são privilegiadas pela lei civil israelense, independentemente de seu lugar de residência. Ele é projetado para manter uma esmagadora maioria judaica que tem acesso e é beneficiária a quantidade máxima de território e terra adquiridos ou controlados, enquanto restringe a direitos da população palestina de desafiar a desapropriação de suas terras e propriedades. Este sistema é vem sendo aplicado em todos os lugares onde Israel exerceu controle efetivo sobre o território e terra ou no exercício dos direitos da população palestina; está consagrado na lei, na política e prática, e se reflete no discurso do Estado desde sua criação até o presente. O contínuo deslocamento forçado da maioria da população palestina de suas terras e propriedades entre 1947 e 1949, e mais tarde em 1967, deportações forçadas, transferências forçadas e restrições arbitrarias à sua liberdade de movimento, a negação da nacionalidade e o direito de retorno, a desapropriação racista e discriminatória de suas terras e propriedades, e a subsequente alocação discriminatória e acesso aos recursos nacionais (incluindo terra, habitação e água) são combinados não apenas para impedir o gozo atual de seus direitos (incluindo acesso a meios de subsistência, emprego, cuidados saúde, segurança alimentar, água, saneamento e oportunidades educacionais), mas também assegurar que os palestinos, como indivíduos ou comunidades, não possam desfrutar de um status igual ao dos judeus israelenses em Israel, o OPT e outras situações em que Israel exerce controle sobre o gozo pela população palestina de seus direitos e, especificamente, o direito de Retorno. Fonte: ANISTIA INTERNACIONAL.*

A dominação e opressão sistemática de um grupo racial sobre outro, é um dos principais elementos de um regime de Apartheid. Em Israel essa opressão é sustentada principalmente pela negação, ou privação dos direitos básicos da população palestina. As autoridades israelenses não liberam licenças de construções, ou melhorias de postos

---

<sup>3</sup> El apartheid en el derecho internacional la intención de oprimir y dominar a la población palestina fragmentación territorial y segregación legal. 2020.

de saúde, poços artesianos, cisternas e currais, entre outros, na zona C, com o intuito de promover a ocupação israelense. Exemplo: entre 2016 e 2018, foram aprovadas menos de 1,5% de pedidos de construção dos palestinos na área C. Enquanto nesse mesmo período 2.147 ordens de demolições foram aprovadas, o que significa um total de 100 vezes mais emissões de ordens de demolições para cada autorização de construção.

Outro crime denunciado pelos relatórios são os chamados homicídios Ilegítimos; são mortes de palestinos provocados pelas forças de segurança de Israel, fora do contexto de um conflito armado, eles ocorrem em repressão a manifestantes, protestos, operações de prisões, ou ao cumprir operações de restrições de circulações de pessoas. As Forças de Defesas de Israel (IDF) fazem uso indiscriminado de força letal, com intuito de provocar mortes, ou ferimentos graves a integridade física e mental da população palestina, tanto na Cisjordânia como na Faixa de Gaza, onde inclusive existem várias denúncias de que as tropas israelenses estariam por utilizar de um tipo de munição proibida, cujo projétil é feito especificamente para dilacerar ossos e causa mutilações.

Os palestinos da Faixa de Gaza e Cisjordânia são proibidos de se transferirem para residir de um território para o outro. Ou seja, que está em um deles deve ficar sobre pena de não poder mais retornar. Existem diferenças de tratamento entre os grupos raciais até nas prisões. Enquanto as prisões preventivas dos palestinos são de 96 horas, podendo ser estendidas a 60 dias, as prisões dos israelenses chegam até apenas 48 horas, chegando a no máximo 21 dias. Até mesmo contra crianças existem essas diferenças jurídicas, uma criança palestina pode ser presa a qualquer momento, e interrogadas sem a presença de um responsável legal, 72% das crianças palestinas de até 12 anos que ficam retidas até a conclusão do inquérito. Já as crianças judias não podem ser presas à noite, e só podem ser interrogadas com a presença de um responsável, sendo que apenas 17% delas ficam presas até a conclusão do inquérito.

Existem também diversas acusações de práticas de torturas contra prisioneiros palestinos, lembrando que a tortura é um crime gravíssimo perante a convenção de Genebra; relatórios produzidos por um dos serviços de segurança de Israel chamado de Shin Bet produziu dados sobre as torturas praticadas contra prisioneiros palestinos, esse relatório diz que, 31% das torturas são violência física, 40%, uso de algemas dolorosas por tempo prolongado, imposição do réu às posições desconfortáveis e estressantes, 61% sofreram privação do sono, 61% ameaças, 27% assédio sexual ou humilhação.

Na Cisjordânia, existem 40 quilômetros de estradas nas quais os palestinos são proibidos de entrar, e 19 quilômetros onde a viagem dos mesmos é restrita. O muro construído por Israel na Cisjordânia separou os palestinos de mais de 20 poços artesianos, e novas licenças de tubulações e uso de água são negados. Os palestinos que vivem na zona C são impedidos de ter acesso à água e se veem obrigados a depender de carros pipas para abastecerem seus reservatórios, o que acaba comprometendo 40% da renda.

É fato que grupos armados palestinos também realizavam crimes de guerra, principalmente o lançamento indiscriminado de foguetes contra civis israelenses; mas, por outro lado, Israel reage de forma desproporcional, ao causar milhares de mortes e mutilações, e ao destruir infraestruturas importantes para a população da Faixa de Gaza, a exemplo de casas, hospitais, escolas e a única usina de energia de Gaza, reservatórios de água, etc. Só no conflito de 2014, mais de 18.000 moradias foram parcial ou completamente destruídas o que resultou em mais de 100. 000 desabrigados.

Resumo: O Apartheid praticado por Israel na Palestina, se caracteriza pela separação de acesso e negação de direitos básicos da população palestina, na Cisjordânia. Neste sentido, a população sofre intensamente com os *check Points*, e com as restrições de livre circulação dentro do seu próprio território. Na Faixa de Gaza, as políticas de Apartheid ficam evidenciadas no bloqueio que Israel promove contra o enclave, a região é quase que uma “prisão” no qual tudo que entra ou que sai segue as determinações do governo israelense, até o acesso à comida é regulada. De origem colonial, o apartheid é um regime que se vale de uma intensa violência racial. Trata-se de um crime internacional, cuja responsabilidade é total sobre as autoridades do país que mantem o regime.

### **O Muro**

O muro é uma das medidas mais polêmicas que vem sendo adotadas por Israel na atualidade, visto que separou comunidades palestinas ao dificultar a locomoção, o acesso a terras agrícolas, de modo a isolar vilarejos, que chegam inclusive separar ruas e até residências inteiras. Além disso, o muro aumenta o controle israelense sobre importantes recursos da região, e favorece a ampliação dos polêmicos assentamentos judaicos na região. A construção desse muro e a sua continuidade foi considerada ilegal pela Assembleia Geral das Nações Unidas, visto que representa uma série de violações aos direitos humanos e a convenção de Genebra.

**Figura-12**

Um menino palestino e um soldado israelense em frente ao muro na Cisjordânia. Em 17 de agosto de 2004

Fonte: JUSTIN MCINTOSH/WIKIMEDIA/MEMO. <https://www.monitordooriente.com/20220603-linha-do-tempo-leis-e-medidas-anti-palestinas-de-israel-desde-1948/>.. Acesso 02/11/2023

Por meio de uma política que obriga a população palestina a viver em pequenos enclaves superpovoados e separados entre si, demolições, direito a novas construções, o acesso à água, negação do direito de ir e vir, expulsão de moradores, proibição do regresso de qualquer refugiado para suas casas, são um paradoxo diante de uma realidade onde milhares de colonos, usufruem amplo acesso à água, terras, liberdade de locomoção, e vários outros auxílios e suportes por parte de Estado israelense. Até o sistema jurídico atribuído aos dois grupos é diferente, Israel utiliza-se das chamadas detenções administrativas, usadas contra todas as que se opõem a ocupação, até mesmo crianças, muitas delas menores de idade, são submetidas há meses ou até anos de prisão. Além disso, o uso de torturas é algo amplamente utilizado pelas autoridades israelenses, alguns juízes chegam a fazer uso de provas obtidas mediante tortura, algo considerado

crime perante a corte internacional. As forças armadas israelenses promovem a morte de pessoas sem justificativa, visto que em muitos casos as tropas israelenses usam de força letal na repressão de qualquer tipo de protestos ou manifestações, essa força letal atinge jornalistas, representantes de organizações de direitos humanos, ativistas e principalmente a população civil, e com essas armas letais, são disparadas munições feitas principalmente para causar amputações, ao mesmo tempo quando força não letal é empregado, é feita de forma exagerada. Raros são os casos em que soldados israelenses são condenados por uso excessivo da força.

### **Ocupações e invasões um problema também do Brasil contemporâneo:**

A questão palestina encontra certa semelhança com a questão indígena brasileira. Se quisermos conhecer um pouco da realidade que vivem os povos palestinos basta fazer uma relativa comparação com a realidade vivida por muitos povos indígenas aqui do Brasil. Anualmente percebemos que diversos povos indígenas sofrem constantemente com invasões de suas terras, violações de direitos humanos básicos, exploração dos recursos naturais, torturas, violências físicas, e um elevado número de assassinatos, praticados contra essa população.

Percebemos que ao longo de todos esses 523 anos os colonizadores europeus portugueses invadiram, ocuparam e expulsaram milhares de povos indígenas que viviam em seus territórios, ao fazer o de uma extrema violência e de um poder bélico mais sofisticado. A cidadania e reconhecimento dos seus direitos foram negados aos povos indígenas, ao longo desses cinco séculos. E mesmo com a Constituição de 1988 que concedeu cidadania aos índios, bem como o direito a demarcação de suas terras, não foi suficiente para evitar a violência diária a qual esses povos são submetidos. Relatórios de ONGs especializadas afirmam que, anualmente em todas as regiões do país, terras indígenas são alvos de invasões, principalmente de garimpeiros, grileiros de terra, madeireiros, caçadores, pescadores, etc.

Semelhante ao que ocorre com a Questão Palestina, observamos que a mídia brasileira só costuma demonstrar os impactos dessas invasões quando a situação de violência nas localidades já atingiu um nível drástico. Outro ponto que se assemelha com a Questão Palestina é a invisibilidade das ocupações de terras, que no Brasil só vem ao conhecimento do público quando as mesmas são respondidas por alguma forma de resistência feita por grupos indígenas, assim também é feito com as ocupações das terras palestinas feitas por colonos judeus, a grande mídia brasileira sequer toca nesse assunto,

ou evita ao máximo apresentar esse problema como um causador de distúrbios na região, como se a culpa fosse sempre dos movimentos mais radicais palestinos que iniciam como as ações de violência.

Vemos a situação de calamidade a qual ocorreu com a tribo Yanomami entre o final de 2022 e início de 2023. O mundo ficou impressionado com as dramáticas cenas de pessoas que morreram de fome, crianças, idosos e adultos esqueléticos, e vítimas de doenças causadas pela contaminação por mercúrio, resultado do garimpo ilegal e das invasões de terras da reserva Yanomami. Um problema que já ocorria e vem sendo denunciado por algumas ONGs a muito tempo, mas que só motivou ações por parte do governo quando a situação já estava desesperadora. O número de índios Yanomamis que vivem na reserva são mais de 30 mil, e estima-se que o número de garimpeiros que exploram ilegalmente a região seja o mesmo.

A situação dos palestinos na Cisjordânia não é muito diferente, visto que, comunidades inteiras sofrem com a privação de recursos, crianças são vítimas de mortes por doenças agravadas por falta de atendimento médico, além disso, o número de colonos israelenses que vivem em certas regiões é tão significativo quanto a população palestina local. E assim como a violência sofrida pelos Yanomamis ocorreu de uma forma desconhecida do grande público, o mesmo também desconhece o sofrimento diário vivido pelos palestinos nos territórios ocupados. É preciso entender que muitas vezes um ato de violência é também de resistência, e que se não conhecemos mais a fundo a raiz do problema estaremos confundidos a vítima com o agressor.



## **A RESISTÊNCIA PALESTINA:**

Resistir à opressão é um direito; e como tantos outros povos que se encontraram sobre dominação, os palestinos resistem à ocupação israelense; para isso empregam diversas formas e métodos. Assim como, os vários povos que lutaram por sua independência, os palestinos também tiveram que aderir à luta armada; porém, não se pode deixar de citar um dos mais polêmicos da resistência palestina, que é o uso do “terrorismo” como forma de atingir os israelenses.

Os movimentos de resistências palestinos são diferentes entre si, em objetivos e ideologia, os mais conhecidos são o Hamas, Fatah, Brigada dos Mártires de Al Aqsar, Jirad Islâmica, e FLDP, alguns são movimentos guerrilheiros, outros são partidos políticos com braços armados. E desde a fundação do Estado de Israel, ou Nakba para os palestinos, esses grupos realizaram operações de guerrilha contra as tropas israelenses, contudo, foi o uso de táticas consideradas como terrorismo que deram destaque para esses movimentos, principalmente na mídia ocidental. Alguns episódios são famosos, como os sequestros de aeronaves, e talvez um dos mais chocantes de todos, quando terroristas invadiram o hotel onde estava a delegação israelense nas Olimpíadas de Berlim e o ano de 1972, que aconteceu a morte de 12 atletas israelenses.

Porém, a prática mais comum usada durante décadas por esses movimentos foram os atentados a bombas, que atingiram alvos militares e civis dentro e fora de Israel. Além disso, no início dos anos dois mil, um novo tipo de atentado a bomba passou a receber grande destaque na mídia internacional, os atentados suicidas, praticados pelos chamados “homens bombas”. A frieza com que eram praticados e o medo generalizado que esses ataques provocavam acabaram construindo um estereótipo de que toda a forma de resistência palestina é feita através do terror. Até hoje algumas organizações palestinas são classificadas como terroristas.

Hoje a tática mais polêmica utilizada por organizações palestinas para atingir alvos israelenses, é os lançamentos de mísseis, foguetes e morteiros contra alvos em Israel, algo que também é classificado como um ato de terrorismo. Na atualidade, o grupo que mais realiza esses disparos é o grupo Hamas, que controla a Faixa de Gaza,

inclusive sob o pretexto de responder a disparos desses mísseis, que Israel já travou três massacres coloniais contra este grupo, em 2009, 2014 e a mais recente em 2021. Essas ações israelenses podem ser facilmente classificadas como terrorismo de Estado. Ainda que a luta armada seja legítima, grande parte da mídia internacional não destaca, é que, a forma mais comum de resistência dos palestinos não são as ações violentas, e sim as de resistências e algumas pacíficas, como manifestações e protestos que ocorrem há décadas, especialmente, nos TPO. Desde o início da ocupação israelense, jovens, estudantes, mulheres, trabalhadores, agricultores, presos se manifestam de diferentes modos, como greves de fome, permanecendo sentados em frente a órgãos públicos, fazendo passeatas, petições, etc.

**Figura-16**



Hamas e outros grupos palestinos contam com uma variedade de mísseis.

Fonte:GETTYIMAGES/BBC<<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57110074>>

Acessado em 11/11/2023.

Não se pode falar na luta dos palestinos pela formação de um Estado independente, sem mencionamos o nome um pouco da história do líder palestino Yasser Arafat; nascido em 04 de agosto de 1929, um dos principais fundadores de um dos grupos de resistência palestino chamado de Fatah, que durante décadas utilizou-se principalmente da luta armada para tentar formar um Estado árabe na Palestina. Para

uns, Yasser Arafat era um líder guerrilheiro, para Israel e seus aliados ele era um terrorista, mas muitos outros o consideravam o símbolo da causa palestina. Ao usar seu tradicional Keffieh, ele foi o primeiro líder palestino a discursar na Assembleia Geral da ONU e ao longo de sua vida se encontrou com diversas autoridades mundiais, para divulgar a causa palestina.

**Figura-17**



Yasser Arafat.

Fonte: MUHAMMED MUHEISEN AP PHOTO. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/09/por-falta-de-provas-franca-descarta-denuncia-de-assassinato-de-arafat.html> Acesso: 11/11/2023.

Foi ele, o líder palestino que, com o primeiro-ministro israelense, Yitzhak Rabin, assinou o acordo de Oslo em 1993, acordo no qual palestinos e israelenses se reconheceram oficialmente e confirmaram que os territórios da Cisjordânia e da Faixa de Gaza deveriam formar um Estado palestino. Arafat morreu no dia 11 de novembro de 2004, supostamente vítima de um derrame resultante de uma doença hemorrágica, mas existe uma forte suspeita de que ele teria sido envenenado a mando de Israel.

**Figura-18**



Isaac Rabin, Bill Clinton e Yasser Arafat durante os Acordos de Oslo.

Fonte: PICTURE-ALLIANCE/CPA MEDIA. <https://www.dw.com/pt-br/a-paz-incompleta-de-oslo/a-45462722..> Acesso em: 11/11/2023.

Após esse acordo foi oficializado a Autoridade Palestina, um órgão executivo, formado por grupos que atuam na resistência palestina, sendo que a maioria deles possui além do setor político um braço armado, é Autoridade Palestina que controla partes do território da Cisjordânia que estão sobre domínio palestino, a Autoridade palestina é reconhecida internacionalmente e pelas Nações Unidas como o representante oficial dos interesses dos palestinos, sendo ela a responsável por negociar acordos de paz com o governo israelense, é atualmente chefiada pelo líder Mahmoud Abbas. O Estado palestino, reconhecido por mais de 138 países, possui representação diplomática em vários estados, como, por exemplo, no Brasil.

**Figura-19**



Símbolo Oficial da Autoridade Palestina.

#### **ATIVIDADE:**

10- Apresente os principais argumentos que afirmam que a ocupação israelense do territórios palestinos um modelo colonial:

**Controle territorial, controle dos recursos e Etnocentrismo.**

11- O que são os assentamentos judaicos?

São colônias agrícolas, ou bairros residenciais, contraídos em territórios pertencentes aos palestinos, e cuja população local foi expulsa pelas trapas de Israel

12- Por que razão os grupos de resistência palestino, acabaram ganhando o estigma de “Terroristas”

Devido aos ataques a bombas, uso de Terroristas suicidas (homens bombas) e o disparo de foquetes contra áreas civis em Israel.

### **A FAIXA DE GAZA:**

A Faixa de Gaza é uma estreita faixa de terra que fica situada entre Israel e o Egito, o território hoje está sobre controle do grupo Hamas, que mantêm relações políticas com a Autoridade Palestina. O Hamas é considerado uma organização terrorista por Israel e seus aliados, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, que possuem um braço armado e com frequência realizam ataques com mísseis contra o território israelense.

**Figura-20**



Os lançamentos de Mísseis e foguetes feitos pelo grupo Hamas contra o território israelense, à parte da Faixa de Gaza, levantam muito polêmica, e recebe um grande destaque na mídia internacional, entre especialistas, há quem condene, ao alegar que atacar civis israelenses é uma ação ilegítima e que isso dá à justificativa para Israel exercer o direito de defesa. Outros afirmam que esses ataques são respostas desses movimentos contra ações agressivas feitas anteriormente pelos israelenses, e contra atos de violência praticados por Israel, ou seja, a outros civis palestinos, e tem mesmo aqueles que afirmam que sem esses ataques são a única forma desses movimentos atingirem de alguma forma os israelenses, visto que os movimentos armados palestinos têm de enfrentar a poderosa máquina de guerra israelense, uma das forças armadas poderosas e mais bem equipadas do mundo. Conforme relatórios produzidos por ONGs especializadas em direitos humanos, os ataques praticados pelos grupos da Faixa de Gaza, ocorrem como retaliação a uma agressão anterior feita por Israel, que depois utiliza-se do argumento do direito de se defender para impor um ataque desproporcional contra o território gazita.

**Figura-21**



Imagem mostra luta entre mísseis disparados pelo Domo de Ferro de Israel (à esquerda) e foguetes do Hamas (à direita)

Fonte: GETTY IMAGES.<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57147042>. Acessado em: 11/11/2023.

É importante destacar que o Estado de Israel dispõe de modernos sistemas de defesa antimísseis, como o sistema Iron Dome, que intercepta aproximadamente 90% desses mísseis, ao evitar que os mesmos caiam em áreas urbanas em Israel, próximas à fronteira com Gaza. E as “respostas” contra esses ataques é feita com extrema violência,

consideradas por alguns analistas que realizam pesados bombardeios aéreos contra áreas palestinas, ao ignorar o fato de serem densamente povoados por civis, que usam armas de emprego específico para guerras em campo aberto. Algumas inclusive são de uso proibido em ambientes urbanos, como o fósforo branco, por exemplo. Falar em “respostas” israelenses a esses ataques chega a ser até um erro, pois, muitas vezes, os disparos desses mísseis feitos pelos grupos palestinos, já ocorrem devido à alguma ação de violência anterior praticado por Israel.

Essas “respostas” israelenses acabam por causar um número muito alto de mortes, principalmente entre a população civil palestina, e não precisa ser um especialista em números para perceber que para cada civil israelense ou militar israelense morto por uma ação de um grupo palestino. Os exemplos mais recentes, massacres coloniais promovidos pelo Estado de Israel. Em dezembro de 2008, militares israelenses lançaram a Operação Chumbo, 2014 militares israelenses lançaram uma ofensiva chamada Operação Margem Protetora, e o último de 2021 ocorreu após Israel iniciar ações de despejo de famílias palestinas no bairro de Sheikh Jarrah, que fica em Jerusalém Oriental, com uso da força da polícia de Israel.

Esses massacres coloniais apresentam muitas semelhanças com os antigos massacres coloniais, que eram promovidos pelas potências europeias na época do imperialismo, visto que as operações não se limitavam unicamente a forças combatentes inimigas, elas promoviam ações de repressão coletivas, onde qualquer pessoa do grupo étnico rival era visto como um inimigo que deveria ser atingido. Muitas ofensivas israelenses recebem acusações semelhantes, pois, ao término desses conflitos, grupos defensores de direitos humanos afirmam que Israel fez uso de munições proibidas de serem utilizadas em áreas civis, e de ter realizado bombardeios contra zonas residenciais onde não havia atividade militar comprovada.

**Figura -22**



Menina foi resgatada dos escombros após Israel bombardear prédio em Gaza

Fonte: BBC/REUTERS <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57147042> Acessado em: 11/11/2023.

Ao longo da história da Questão Palestina, a imprensa e alguns governos ocidentais como os Estados Unidos e Reino Unido passaram a destacar os atentados terroristas, ao invisibilizar as outras ações de resistências. Isso criou uma visão maniqueísta a respeito da Questão Palestina, como se existir-se um lado do “bem” (os israelenses) que são um país legítimo e que é sempre atacado por terroristas, e do outro do “mal” formado pelos perigosos e sanguinários terroristas palestinos, os que sempre atacam primeiro. Essa construção ideológica estigmatizou a resistência dos grupos palestinos. Contudo, essa mesma imprensa e governos ocidentais, fecham os olhos para as violações de direitos humanos, torturas e uso excessivo da força por parte dos israelenses, que inúmeras vezes reprimem as manifestações palestinas, até mesmo as pacíficas, com força muitas vezes até letal. O Estado de Israel ainda promove assassinatos, prisões, toques de recolher, torturas e confinamentos, violações dos direitos humanos, e privam a população palestina de seus direitos básicos.

*Diante dessa situação podemos afirmar que, na Questão Palestina não há inocentes nem culpados, e sim um lado que ocupa e despovoava um território, e outro que resiste a ocupação.*

Resumo: Desde os primeiros conflitos entre Israel e seus países vizinhos, ficou evidente que para além de vencer exércitos também era objetivo dos israelenses conquista e ocupar territórios dos mesmos. E a vitória do Estado de Israel na Guerra dos

Seis Dias representou para o Estado de Israel uma oportunidade singular, na qual as áreas por onde seu exército avançou depois foram densamente explorados em projeto colonialista. Nesse cenário, a colonização da Cisjordânia e a da Faixa de Gaza são as mais emblemáticas. Por meio de um intensivo controle dos territórios e dos recursos, e apoiado em leis segregativas, Israel tem buscado a todo custo tanto expulsar a população palestina, como dificultar das mais variadas formas a residências dos mesmos na região. E mesmo após ter se retirado unilateralmente da Faixa de Gaza, Israel segue usando de intensa violência contra a população e estrutura do enclave palestino.

#### Capítulo-4: **As mulheres da Palestina:**

Dos 5.038,9180 habitantes dos territórios ocupados, 2, 476.614 são mulheres, a expectativa de vida dessas mulheres é de 65 anos. As mulheres palestinas são economicamente marginalizadas, visto que sofrem vários tipos de discriminações. Mulheres com algum tipo de deficiência são as que menos têm acesso ao mercado de trabalho, as com dificuldade de locomoção sofrem também com a marginalização, por conta de serem vistas como uma desonra para a família, durante a pandemia da covid-19, muitas destas tiveram seus nomes cortados de programas de assistência financeira. Além disso, as mulheres dos TPO no geral têm baixa participação no setor formal de trabalho dividido as tradições sociais no qual elas estão inseridas, as mulheres são vistas como cuidadores e os homens como provedores.

A ocupação israelense e o bloqueio a Gaza têm provocado grandes desafios para as mulheres; elas são os grupos mais vulneráveis, as demolições de casas, a violência dos colonos, dispersão das famílias e restrição de movimentos. Nos TPO não existem leis específicas que criminalizem a violência de gênero, ou o feminicídio, assédio sexual e agressão, ou a violência baseada em Gênero (GBV). Na Cisjordânia e Faixa de Gaza a violência mais sofrida entre as mulheres de 18 a 64 anos: violência psicológica, 56%, violência econômica 41,1%, violência social (32,5%), violência física (17,8%), violência sexual (8,8%).

O bloqueio a Gaza tem dificultado a coleta de dados no enclave. A pandemia, e a necessidade de isolamento social aumentaram muito os casos de violência contra as

mulheres nos TPO. Um dos principais meios de proteção para essas mulheres em condições de vulnerabilidade, são os abrigos sociais, mas estes não são abertos para todos os grupos de mulheres palestinas; o acesso a eles é negado as mulheres com deficiência, acusadas de homicídios e outros crimes, aquelas com envolvimento com drogas, prostitutas, ou colaboradoras com os israelenses, bem como as mulheres da comunidade LGBTQIA+. Outro desafio imposto pela cultura local, que as mulheres palestinas enfrentam são os casamentos forçados, estima-se que uma média de 30% das mulheres palestinas se casam antes 18 anos, uma média de três em cada 10 mulheres. Muitas meninas nos TPO entre os 15 e 17 anos vivem sem acesso à escola, e sujeitas ao patriarcado, e a endogamia (que é o casamento entre pessoas do mesmo grupo) casamentos forçados.

Em Gaza as dificuldades de coordenação e financiamento dos dois abrigos sociais também são graves. Além disso, mulheres com dependência química, as com problemas mentais e da comunidade LGBTQIA+ e dificuldades não são aceitas. Durante a pandemia muitas mulheres enfrentaram sérias dificuldades na hora de receber informações de como fazer uso desses aparelhos eletrônicos, e com isso ficaram privadas de terem contado com seus parentes mais distantes. Devido à covid-19, o abrigo em Gaza acabou sendo fechado, e as prisões foram orientadas a libertar as mulheres, fato que resultou em muitas delas não serem aceitas mais por suas famílias.

### **Violações dos Direitos Humanos na Faixa de Gaza.**

Nos protestos ocorridos entre 2018 e 2019, no qual palestinos da Faixa de Gaza realizaram diversas manifestações contra o governo israelenses, Snipers israelenses mataram 214 manifestantes, alguns atingidos a mais de cem metros de distância, cerca de 8.000 foram atingidos com fogo letal, e 156 sofreram amputações. Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA) concluíram que quase todos os manifestantes não ofereciam riscos eminentes a segurança das tropas israelenses que ficam estacionadas ao longo da cerca que separa gaza de Israel.

Entre 2010 a 2017, a ONG de Direitos humanos B'tselem registrou que Israel aprendeu 250 barcos palestinos com uso inclusive de fogo real, e esses incidentes provocaram 5 mortes. Devido ao bloqueio marítimo imposto a Faixa de Gaza desde 2007, o número de pescadores que no ano dois mil era de 10.000 caiu para apenas 4.000 em 2017, com 95% deles vivendo abaixo da linha da pobreza. Em Gaza, produtos como:

coentro, papel e até chocolate são proibidos de entrar, e mesmo não se reconhece oficialmente, existem acusações de que Israel aplica uma política na qual os moradores da Faixa de Gaza só podem ter o acesso a um mínimo de calorias necessário para sobreviverem.

**Figura-23**



15 de maio, que costuma ser marcado por protestos, é lembrado para os palestinos como início de um êxodo em massa que está na raiz do conflito travado há décadas com os israelenses.

Fonte: BBC.<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-57147042>. Acessado em: 11/11/2023.

Porém, as restrições de entradas de produtos acabam por beneficiar as empresas israelenses, só em 2015 mais de 80% das mercadorias que receberam autorização para serem na faixa de Gaza eram fabricados por empresas israelenses.

Israel controla a entrada de água em Gaza, por meio de uma rede subterrânea, mais 30% da água são perdidos em vazamentos, os reparos dessas tubulações é muito difícil por que Israel reduziu em 70% a entrada de materiais para reparar sistemas de esgoto ao

alegar “duplo uso”; além disso, ocorre uma grande contaminação da água por esgoto, o que torna 96% da água usada imprópria para o consumo humano, esse fator seria o responsável por 26% das doenças que atingem a população gazita, e também a principal causa de mortalidade infantil. Em Gaza, a água é imprópria para o consumo humano, e os gazitas tem dificuldades para dessalinizar a água do mar, porque esse processo precisa de eletricidade que falta de 12 a 20 horas por dia. Também há falta de insumos e recursos financeiros. Os gazitas precisam comprar água, e a média do consumo de água pelos moradores de Gaza é de apenas 79 litros por dia, abaixo dos 100 litros recomendados pela OMS.

#### **ATIVIDADE:**

13- Sobre a situação das mulheres nos Territórios Palestinos ocupados responda:

a) Tipo de violência que mais é vítima:

**Violência psicológica 56%.**

b) Imposição cultural:

**Casamentos forçados.**

14- Transcreva o trecho do relatório da Anistia Internacional citado no livro, no qual aparece as principais acusações de crime de Apartheid praticadas por Israel nos TPO.

**O contínuo deslocamento forçado da maioria da população palestina de suas terras e propriedades entre 1947 e 1949, e mais tarde em 1967, deportações forçadas, transferências forçadas e restrições arbitrárias à sua liberdade de movimento, a negação da nacionalidade e o direito de retorno, a desapropriação racista e discriminatória de suas terras e propriedades, e a subsequente alocação discriminatória e acesso aos recursos nacionais (que inclui terra, habitação e água) são combinados não apenas para impedir o gozo atual de seus direitos ( que abrange o acesso a meios de subsistência, emprego, cuidados saúde, segurança alimentar, água e saneamento e oportunidades educacionais), mas também assegurar que os palestinos, como indivíduos ou comunidades, não possam desfrutar de um status igual ao dos judeus israelenses em Israel**

15- Quais os impactos que o bloqueio a Faixa de Gaza tem provocado no que diz respeito a nutrição e o acesso à água para os moradores da região?

Os moradores da Faixa de Gaza só podem ter acesso há um mínimo de calorias necessário para sobreviverem. Ocorre uma grande contaminação da água, por esgoto, o que torna 96% da água usada imprópria para o consumo humano.

## QUESTÃO 16

### TEXTO I

“O Hamas tem dois grandes aliados: um número maior de mortos e o ódio covarde a Israel. É um ódio dissimulado, sem coragem de dizer seu nome, que usa os corpos de mulheres e crianças como escudo moral, mas que mal esconde sua natureza. Sessenta e seis anos depois da "partilha", renegada, então, pelo mundo árabe – e só por isso surgiu uma "causa palestina" –, eis que Israel continua a lutar por sua sobrevivência. Já teria sido "varrido do mapa" se, confiante na paz, não houvesse se preparado para a guerra”.

AZEVEDO, R. Ódio a Israel. Folha de S. Paulo, 01 ago. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/reinaldoazevedo>. Acesso em: 19 jun. 2015.

### TEXTO II

“Israel foi concebido no rearranjo entre as grandes potências que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. É uma obra artificial, construída desde o início com mortes, expulsões, humilhações e convulsões. Os palestinos desalojados e tratados como cidadãos de segunda classe nunca deixaram de lutar contra a opressão. Batalha inglória. Tratou-se sempre, como atualmente, de um combate contra interesses muito maiores do que a extensão geográfica da região faz supor”.

MELO, R. Israel é aberração; os judeus, não. Folha de S. Paulo, 28 jul. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/ricardomelo>. Acesso em: 19 jun. 2015.

Os textos acima refletem opiniões distintas acerca do histórico conflito entre Israel e Palestina. Os pontos de vista inscrevem-se em linhas argumentativas que salientam, respectivamente,

- a) a superioridade intelectual de Israel e a necessidade de auxílio bélico da Palestina.
- b) o direito de autodefesa de Israel e a legitimidade palestina de luta pelo território.
- c) a necessidade de autoproclamação dos judeus e a grandeza moral da Palestina.
- d) o caráter religioso de Israel e a posição anticlerical da Palestina.
- e) o rigor da violência dos palestinos e o apoio internacional ilegítimo aos israelenses.

RESP: B

17- O governo sueco reconheceu o Estado da Palestina nesta quinta-feira, 30, por decreto. A Suécia se torna assim o primeiro país ocidental da União Europeia (UE) a tomar esta decisão. [...] No início de outubro, o primeiro-ministro Stefan Löfven anunciou que a Suécia reconheceria o Estado da Palestina, o que provocou muitas críticas de Israel e dos Estados Unidos.

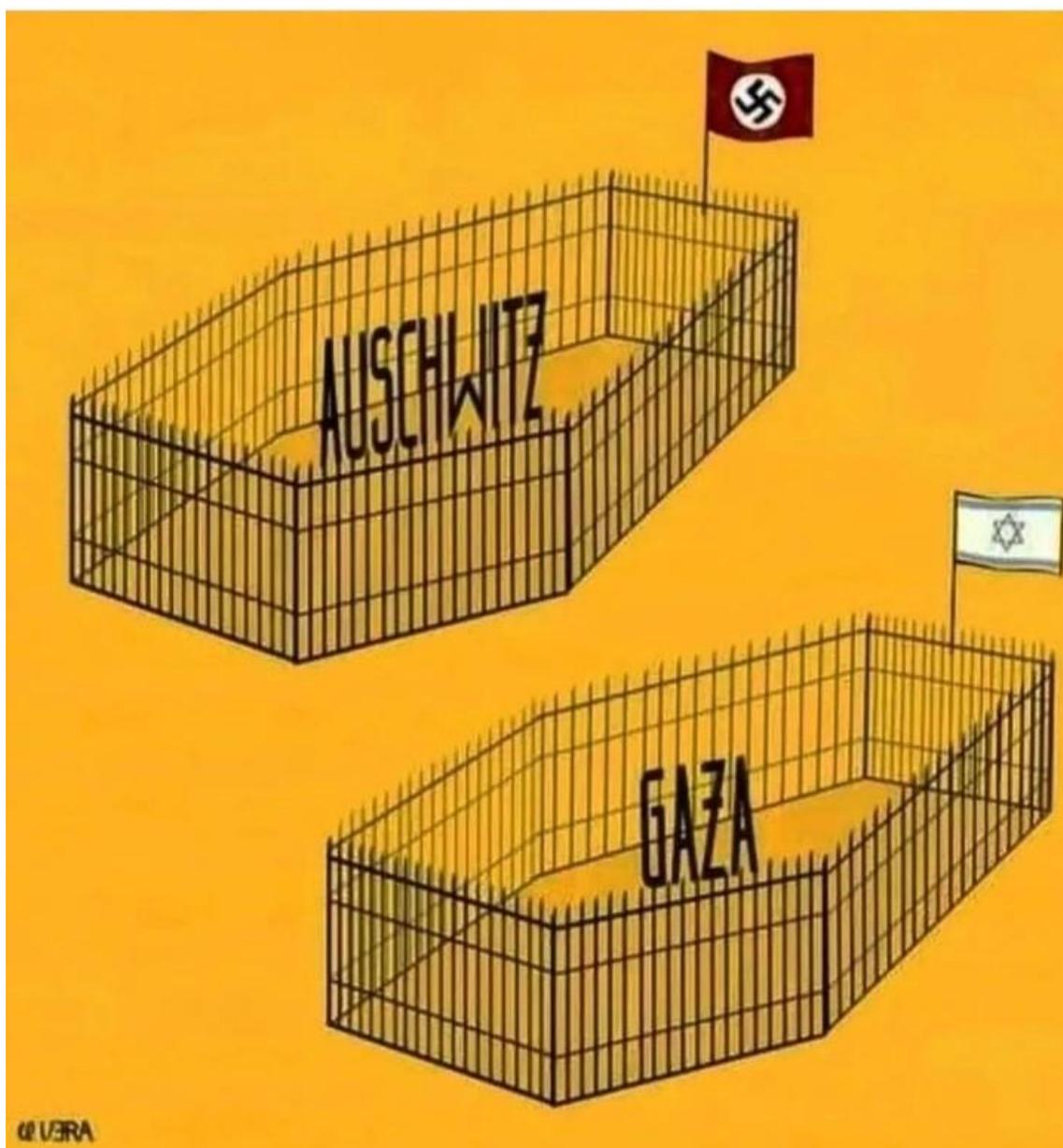
(Adaptado de: Carta Capital, 30 out. 2014. Suécia reconhece o Estado da Palestina. Disponível em: [www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br). Acesso em: 09 mar. 2015).

O motivo das críticas de Israel e dos Estados Unidos mediante o reconhecimento do Estado da Palestina deve-se:

- a) ao fato de os palestinos estarem entre os envolvidos nos atentados de 11 de setembro de 2001.
- b) às históricas disputas territoriais entre israelenses e palestinos e o constante apoio dado pelos EUA aos primeiros.
- c) ao argumento de que a Suécia estaria indo contra a regulamentação da ONU, que dá proibição irrestrita à existência dos territórios palestinos sob um governo formal.
- d) à ameaça que a legitimidade da Palestina representa ao comércio de petróleo, elemento abundante na região em questão.

RESP: B

18- Analise a imagem e responda:



Qual é a crítica presente na imagem?

---

---

---

### REFERENCIAS:

ANISTIA INTERNACIONAL. El apartheid en el derecho internacional la intención de oprimir y dominar a la población palestina fragmentación territorial y segregación legal. 2020.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (Cimi). RELATÓRIO Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil Dados de 2021.2021. SSN 1984-7645.

ELHANAM,N,P. Ideologia e propaganda na educação: a Palestina nos livros didáticos israelenses. Tradução Arthur Renzo, 1 ed, São paulo: ed Boitempo; editora unesp, 2019.

GLOBAL PROTECTION CLUSTER .Women and girls in the occupied Palestinian territory (oPt). 23 March. 2022.

HUMAN RIGHTS WATCH. A Threshold Crossed Israeli Authorities and the Crimes of Apartheid and Persecution, April 2021. ISBN: 978-1-62313-900-1

KEPELIOUK, A. Arafat: o irreductível. Trad. Beatriz Sidou. São Paulo: Editora Planeta, Brasil, 2014.

MABILIA, A. Viagem à Palestina: prisão a céu aberto-Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MASALHA, Nur. Políticas de la negación. Israel y los refugiados palestinos. Madrid: Biblioteca del Islam Contemporáneo, 2005.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Bipoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo. N-1 edições 2018.

ROUDINESCO, E. Retorno à questão Judaica, Trad. Cláudia Berliner. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2010.

SCHOENMAN, Ralph. A história oculta do sionismo. A verdadeira história da formação do Estado de Israel. São Paulo: Sundermann, 2008.

UNITED NATIONS. Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA). Occupied Palestinian Territory (oPt) Protection Analysis Update. March 2022

YIFTACHEL, Oren. Etnocracia. Políticas de tierra e identidad en Israel/Palestina. Madrid: Bósforo Libros, 2011.

## **ANEXOS: IMAGENS ADICIONAIS**

(imagem 1) Oliveiras Palestinas



Jardim do Getsemani: <https://blog.cancaonova.com/terrasanta/2019/04/18/getsemani/>.  
Acesso em 11/11/2023.

(imagem 2) Jovens Palestinos



Crianças e adolescentes palestinos:

Fonte:

[https://pt.wikipedia.org/wiki/Palestinos#/media/Ficheiro:Palestinian\\_children\\_in\\_Jenin.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Palestinos#/media/Ficheiro:Palestinian_children_in_Jenin.jpg). Acessado em: 11/11/2023.

(imagem 3) Via cruzes.



Centenas de cristãos se aglomeraram durante a tradicional procissão que refaz o caminho de Jesus Cristo.

Fonte:REPRODUÇÃO/CNNBRASIL. <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/cristaos-participam-de-procissao-da-sexta-feira-santa-em-jerusalem/>. Acessado em : 11/11/2023.

(imagem 4) 1º Congresso Sionista Mundial



Fonte: Instituto Brasil-Israel <https://www.institutobrasilisrael.org/2020/10/21/congresso-sionista-de-2020-tem-condicoes-ineditas/>. Acessado em: 11/11/2023.

(imagem 5) David Ben Gurion, lê o que Israel chamou de declaração de independência em 14 de maio de 1948. Uma foto de Herzl está pendurada no cenário.



Fonte: REUTERS/MST. <https://mst.org.br/2018/05/15/al-nakba-a-catastrofe-esquecida/>. Acessado em: 11/11/2023.

(imagem 6) Nakba



Fonte:GETTYIMAGES/BBC.<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c9rx1wkwqw>  
o. Acessado em: 11/11/2023.

(Imagem 7) Cheks Points



Checkpoint israelense em Belém, na Cisjordânia ocupada, em 31 de março de 2023, segunda sexta-feira do mês sagrado do Ramadã; Israel mantém restrições de acesso aos <https://www.monitordo Oriente.com/20230403-exercito-de-israel-aumenta-contingente-nos-postos-de-controle-durante-ramada/>. Acessado em.11/11/2023.